

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Alana Claudia Mohr

**EMERGÊNCIA DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NAS
POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DE
RACIONALIDADE NEOLIBERAL**

Santa Maria, RS
2018

Alana Claudia Mohr

**EMERGÊNCIA DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NAS POLÍTICAS DE
INCLUSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DE RACIONALIDADE
NEOLIBERAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Educação**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Lise Lunardi-Lazzarin
Coorientadora: Prof.^a Dra. Leandra Boer Possa

Santa Maria, RS
2018

Mohr, Alana Claudia
Emergência do discurso da sustentabilidade nas
políticas de inclusão na sociedade contemporânea de
racionalidade neoliberal / Alana Claudia Mohr.- 2018.
187 p.; 30 cm

Orientadora: Márcia Lise Lunardi-Lazzarin
Coorientadora: Leandra Boer Possa
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2018

1. Sustentabilidade 2. Inclusão 3. Produtividade 4.
Governamento 5. Governamentalidade neoliberal I. Lunardi
Lazzarin, Márcia Lise II. Possa, Leandra Boer III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2018

Todos os direitos autorais reservados a Alana Claudia Mohr. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: alanamohr.ufsm@gmail.com

Alana Claudia Mohr

**SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS DE GOVERNAMENTO NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DE RACIONALIDADE NEOLIBERAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Educação**.

Aprovado em 23 de novembro de 2018:

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Leandra Boer Possa, Dra. (UFSM)
(Coorientadora)

Priscila Turchiello, Dra. (IFFar)

Tania Mara ZancanaroPieczkowski, Dra. (UNOCHAPECÓ)

Eliana da Costa Pereira de Menezes, Dra. (UFSM)

Elisete Medianeira Tomazetti, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

GRATIDÃO

“Agradecer é mais difícil do que perdoar. Agradecer não tem necessidade, perdoar tem um interesse por detrás.

Agradecer é generosidade, perdoar é uma exigência para consertar a relação.

Perdoar é fazer o outro feliz de qualquer jeito, agradecer é fazer o outro feliz porque se quis.

Quem não agradece acha que deveria receber o melhor sempre – demonstra prepotência e arrogância.

Quem não agradece não tem humildade para sair do lugar e melhorar os seus defeitos. A preguiça e o egoísmo são vizinhos da imobilidade.

Quem não agradece um dia bonito nunca reconhecerá os dias tristes.

Quem não agradece não é capaz de diferenciar o pior do ruim porque tudo é menosprezado.

Quem não agradece jamais chora de emoção.

Quem não agradece anula o valor da família.

Agradecer é entender que aquele que nos acompanha não tem a obrigação de amar. Amar é uma escolha de cada olhar.

[...]Agradecer é homenagear a vida. É se esforçar para ter, é mostrar o que presta, é valorizar a chance, é não se entregar facilmente ao silêncio.

Agradeça para merecer, não se acostume em desprezar. Dizer "obrigado" é educar a memória e ensinar como se fabrica a saudade.

Rezar é agradecer mais do que pedir. Não durma nenhuma noite sem agradecer por estar vivo. Eu agradeço a mulher [ao companheiro] que me aguenta, os filhos condicionados a aceitar as minhas manias, os pais desesperados com a minha pressa.

Agradeço à água que me banha, ao fogo que me inspira a queimar alto, ao escuro da madrugada onde os pensamentos se amansam e as estrelas brilham mais.

Agradecer é sem motivo, sem explicação, por isso é puro e espontâneo. Perdoar vem de um conflito, de uma discussão, de uma falha.

Agradecer nasce de um acerto. Você não errou e agradece.

Perdoar é gostar contrariado. Agradecer é amar por sua conta e risco.

Quem não agradece é que jamais perdoou alguma injustiça. Ficou preso no passado, desesperançoso.

O agradecimento é repetir o perdão toda a manhã.

(CARPINEJAR, 2016, s/p)

A palavra que melhor define este momento tão esperado e sonhado é: *agradecer!* Agradeço, com toda humildade e sinceridade de meu coração, por todos os encontros e acontecimentos durante o percurso de construção deste trabalho. Agradeço, toda manhã, por poder viver a experiência de mais um dia de vida, por poder multiplicar e partilhar as múltiplas possibilidades de amor.

Agradecer a todos que ajudaram a construir este momento (esta tese) não é tarefa fácil. O maior desafio que se coloca para o agradecimento seletivo não é decidir quem incluir ou não, mas lembrar-se de todas as pessoas que, em diversos momentos, difíceis, de tensões e angústias, se fizeram presentes, tanto fisicamente quanto virtualmente, e que mereceriam lugar nesta escrita. Então, aos meus amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com

sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Agradeço ao meu marido – Luan – meu companheiro de mais de uma década, que sempre esteve presente nos momentos mais difíceis, que me acompanhou e vem me acompanhando, sempre muito atencioso, paciente, dando-me força para seguir em frente e nunca me deixar desistir, mesmo nos momentos de desespero, impotência, estresse e muito cansaço ao longo destes anos. Momentos de conflito, de culpa por não estar presente nos encontros de família e em alguns momentos do crescimento e desenvolvimento de nosso maior tesouro, Antonella. Agradeço a Deus pela nossa filha e por permitir-me construir e amar esta família linda!

Agradeço profundamente à minha mãe, Elia Muller Mohr, por acreditar e sempre me apoiar, em todos os momentos e caminhos da minha vida, além da constante disponibilidade em cuidar da Antonella, para que a “mamãe” pudesse continuar a escrita do trabalho. Agradeço à minha irmã, Janaina Mohr, pelas constantes preocupações e mensagens de apoio, mesmo longe.

Meu mais intenso agradecimento à minha orientadora, Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, por aceitar-me no decorrer do curso de Doutorado, pela confiança, amizade, carinho e compreensão com os acontecimentos da vida. Com toda certeza, sem ela, este trabalho não seria possível! Agradeço pela acolhida no grupo, por acreditar em mim e por aceitar aventurar-se nesta trajetória um tanto “tumultuada”. Sinto-me honrada e orgulhosa de fazer parte deste grupo e de poder dizer que sou sua orientanda. Márcia terá sempre minha admiração, respeito e carinho pela pessoa e profissional que é.

Destaco aqui também minha gratidão à professora Maria Inês Naujorks, orientadora do Mestrado e do ingresso no curso de Doutorado, pelas oportunidades e apostas feitas em mim ao longo de minha trajetória acadêmica. À professora Leandra Boer Possa, uma amiga, mestra e conselheira, que participou de minha formação como Educadora Especial e de minha pesquisa de Mestrado, estando outra vez presente, agora nesta etapa. Meu muito obrigada.

Agradeço à professora Maura Corcini Lopes pela leitura atenta e criteriosa da proposta inicial deste trabalho e pelas contribuições para sua continuidade. Também às professoras Eliana da Costa Pereira de Menezes, Elisete Tomazetti e Priscila Turchiello, por aceitarem compor a banca final. A disponibilidade de cada uma para a leitura deste trabalho constitui em mim um sentimento de carinho, generosidade e legitimação.

Agradeço às colegas do grupo de pesquisa, que me aceitaram e me acolheram, partilhando e construindo momentos de trocas, discussões e construções conceituais. Meu

muito obrigada pela disponibilidade de leitura de meu trabalho e pelas atentas considerações e apontamentos.

Um agradecimento especial a algumas colegas que conheci, com quem passei a conviver a partir do espaço acadêmico e que se tornaram amigas de vida: Eliane, Elize e Vanise. Obrigada por sempre estarem presentes, mesmo que não fisicamente, por mensagens e sentimentos de incentivo e luta.

Agradeço às minhas escolas da rede municipal de Santa Maria, EMEF Tenente João Pedro Menna Barreto e CEI Casa da Criança, onde atuo/atuei como professora de Educação Especial, pela compreensão e ajustes de horário e carga de trabalho. Essas condições foram essenciais para a finalização deste trabalho.

Às amigades que iniciaram no Ensino Médio e que conseguimos manter até hoje, com dedicação e carinho de todas. São pessoas por quem tenho grande carinho e que são extremamente importantes em minha vida: Ana Camila, Fabiéle, Jéssica, Juciele, Patrícia e Sheila. Como teimosas, insistimos em manter nosso “grupinho”, com pelo menos um encontro mensal. Um agradecimento especial à Ana Camila, minha amiga *jornalista* que é também uma confidente, estando sempre disposta a ouvir-me e a compartilhar de minhas angústias e medos ao longo destes anos. Muito obrigada!

Aos amigos da turma do *DigDim*, que, de uma maneira ou outra, sempre se fizeram presentes com ações de apoio e incentivo. Um agradecimento especial à minha amiga-irmã, Janaina Sonigo, que, mesmo com a distância que o Doutorado acarreta, esteve sempre presente e disposta a ajudar em tudo que fosse possível compreendendo minhas necessidades neste momento.

Obrigada à família e aos amigos por mostrarem-me e ensinarem-me a importância de cada sentimento de amor e preocupação em minha vida e por fazerem-me entender que amar é uma escolha de cada olhar!

“Precisamos resolver nossos monstros secretos, nossas feridas clandestinas, nossa insanidade oculta. Não podemos nunca esquecer que os sonhos, a motivação, o desejo de ser livre nos ajudam a superar esses monstros, vencê-los e utilizá-los como servos da nossa inteligência. Não tenha medo da dor, tenho medo de não enfrentá-la, criticá-la, usá-la”.

(Michel Foucault, 1926-1984)

RESUMO

EMERGÊNCIA DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DE RACIONALIDADE NEOLIBERAL

AUTORA: Alana Claudia Mohr
ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Márcia Lise Lunardi-Lazzarin
COORIENTADORA: Prof.^a Dra. Leandra Boer Possa

Vários documentos e orientações ressaltam a sustentabilidade, articulada à inclusão, como garantia de desenvolvimento da população e do país. Esta tese, desenvolvida junto à Linha de Pesquisa em Educação Especial, propõe problematizações sobre a emergência e funcionamento da noção de sustentabilidade articulada à inclusão na Contemporaneidade. Para isso, tem como objetivo principal compreender como a sustentabilidade emerge discursivamente na racionalidade neoliberal, funcionando como uma estratégia de governo e possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão. Assim como a inclusão, a noção de “sustentabilidade” vem se constituindo como um termo recorrente em diversas políticas públicas e discursos no Brasil e no mundo. Os documentos selecionados para compor a materialidade deste estudo referem-se a políticas públicas; decorrem de materiais de programas de Governo e produções e orientações nacionais e de organismos internacionais publicados com o objetivo de apresentar ações, orientações e princípios sobre a sustentabilidade e a inclusão. Foram organizados em três grupos: políticas de inclusão; inclusão e sustentabilidade; programas/parcerias. Aliada ao pensamento de Michel Foucault e aos Estudos Foucaultianos em Educação, a análise delineou-se a partir da ferramenta analítica do governo e das noções transversais, biopolítica, neoliberalismo e capital humano. Com o empreendimento analítico realizado, foi possível compreender que a sustentabilidade, articulada à inclusão, está envolvida com o desenvolvimento social, uma vez que considera as pessoas como alvo principal da garantia de uma vida econômica, política e emocionalmente saudável. Articuladas, a sustentabilidade e a inclusão funcionam como estratégias de governo na sociedade contemporânea de racionalidade neoliberal, investindo no desenvolvimento e produtividade para a inclusão socioproductiva nos jogos de mercado. No que se refere às pessoas com deficiência, o empreendedorismo, a produtividade e o desenvolvimento dos sujeitos como capital humano são condições fundamentais para que cada um possa gerenciar sua vida, fazendo as melhores escolhas e buscando situações de in/exclusão nas redes de mercado, assim contribuindo para o desenvolvimento e seguridade da nação. O discurso da sustentabilidade opera a estratégia da *aprendizagem ao longo da vida* na perspectiva da inclusão, na tentativa de não deixar ninguém fora da ordem neoliberal e do jogo econômico, para que ninguém fique para trás e todos se tornem sujeitos deste tempo, desta ordem que vem se configurando a partir da produtividade e sustentabilidade. No estabelecimento de parcerias e na articulação do social com a educação, a sustentabilidade empreende ações que buscam a inserção da pessoa com deficiência na rede laboral (mercado de trabalho) como condição e possibilidade de seu desenvolvimento socioproductivo (inclusão socioproductiva) para a garantia do desenvolvimento sustentável da nação e seguridade da população. Portanto, a inclusão socioproductiva pressupõe uma articulação intersetorial e um olhar integral sobre o ser humano e suas necessidades básicas. O governo, então, busca promover a inclusão socioproductiva paralelamente à promoção do crescimento e desenvolvimento econômico sustentado. Assim, vê-se emergir a noção de inclusão socioproductiva não como um simples acesso ao mercado, mas como acesso aos direitos econômicos e sociais, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Inclusão. Produtividade. Governo. Governamentalidade neoliberal.

ABSTRACT

EMERGENCE OF THE SUSTAINABILITY DISCOURSE IN INCLUSION POLICIES IN THE CONTEMPORARY SOCIETY OF NEOLIBERAL RATIONALITY

AUTHOR: Alana Claudia Mohr
ADVISOR: Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, PhD.
CO-ADVISOR: Leandra Boer Possa, PhD.

Several documents and guidelines have highlighted sustainability in articulation with inclusion as a guarantee for the development of both the population and the country. This thesis, which was carried out in the Research Line of Special Education, problematizes the emergence and functioning of the notion of sustainability in articulation with inclusion in Contemporaneity. Its main objective is to understand the way in which sustainability emerged as a discourse in the neoliberal rationality, thus functioning as a government device and enabling the strengthening of the inclusion imperative. Like inclusion, the notion of “sustainability” has become a recurrent term in several public policies and discourses both in Brazil and in the world. The documents selected to compose the research material refer to public policies; they include materials of Government programs, and both national and international documents and guidelines intended to present sustainability and inclusion actions, guidelines and principles. These materials were divided into three groups: inclusion policies; inclusion and sustainability; programs/partnerships. Grounded on Michel Foucault’s thought and Foucauldian Studies in Education, the analysis has relied on the analytical tool of government, as well as on transversal notions, biopolitics, neoliberalism and human capital. The analysis has enabled the understanding that sustainability in articulation with inclusion has been involved in the social development, since people have been regarded as the main target of the guarantee of an economically, politically and emotionally healthy life. In articulation, sustainability and inclusion have functioned as government strategies in the contemporary society of neoliberal rationality by investing in the development and productivity for social-productive inclusion in the marketplace games. Regarding people with disabilities, entrepreneurship, productivity and development of subjects as human capital are fundamental conditions for individuals to manage their lives by making the best choices and searching for in/exclusion situations in the market networks, thus contributing towards the development and security of the nation. The sustainability discourse operates the *lifelong learning* strategy from the inclusion perspective, in an attempt not to leave anybody out of either the neoliberal order or the economic game, so that nobody is left behind, and everybody becomes subjects of this time, in this order shaped through productivity and sustainability. By establishing partnerships and articulating social elements with education, sustainability has triggered actions to insert people with disabilities in the labor network (labor market) as both a condition and a possibility of their social-productive development (social-productive inclusion) to guarantee the sustainable development of the nation and the security of the population. Therefore, the social-productive inclusion implies an intersectoral articulation and a look at human beings and their basic needs as a whole. The government, hence, attempts to foster the social-productive inclusion in parallel to the promotion of sustainable economic growth and development. Thus, the notion of social-productive inclusion emerges as not only the simple access to the market, but also as access to economic and social rights, which are fundamental for the sustainable development of the country.

Keywords: Sustainability. Inclusion. Productivity. Government. Neoliberal governmentality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência....	79
Figura 2 – Plano Viver sem Limite	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrículas de pessoas com deficiência	121
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Materiais Analíticos.....	51
--------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acessuas-Trabalho	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPEs	Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoa de Nível Superior
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSD	Objetivos Sustentáveis para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
Sebrae	Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEESP	Secretaria de Educação Especial
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENEB	Secretaria Nacional de Educação Básica
SESPE	Secretaria de Educação Especial
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	25
CAPÍTULO I.....	39
1 TERRENO INVESTIGATIVO: POSSIBILIDADES, ESCOLHAS E OS (DES)CAMINHOS NA PRODUÇÃO DA TESE.....	39
1.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: DA CONSTITUIÇÃO DA PESQUISADORA AO TERRENO INVESTIGATIVO.....	39
1.2 OLHARES E DEFINIÇÕES: DAS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	49
1.3 RUMOS METODOLÓGICOS: POSSIBILIDADES E ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	52
CAPÍTULO II.....	69
2 SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO: INDÍCIOS DE UMA ARTICULAÇÃO NEOLIBERAL	69
2.1 SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO: QUE POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES ESTÃO SENDO PRODUZIDAS?	70
2.2 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA DISCURSIVA DA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO	86
CAPÍTULO III.....	101
3 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO PRESENTE A PARTIR DA DISCURSIVIDADE DA SUSTENTABILIDADE EM UMA RACIONALIDADE NEOLIBERAL	101
3.1 INCLUSÃO: CONSTITUIÇÃO DE UM IMPERATIVO NA RACIONALIDADE POLÍTICA DO PRESENTE E CONDIÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DA SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO	102
3.2 INCLUSÃO E GESTÃO DO RISCO: GOVERNAMENTO E INVESTIMENTO NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A SEGURIDADE DA POPULAÇÃO	125
3.2.1 Resgatando sujeitos e governando o risco à sustentabilidade	129
3.2.2 Investindo nos sujeitos “recuperados” e prevenindo o risco à sustentabilidade	138
CAPÍTULO IV.....	145
4 A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO E A CONSTITUIÇÃO DA INCLUSÃO SÓCIO-PRODUTIVA.....	145
4.1 INVESTIMENTO NA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA A MANUTENÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS SUJEITOS NAS REDES NEOLIBERAIS COMO ESTRATÉGIA DO ESTRATÉGIA DA SUSTENTABILIDADE	147
4.2 INCLUSÃO SÓCIO-PRODUTIVA: PRODUÇÃO E INVESTIMENTO EM UMA “NOVA” FORMA DE PRODUTIVIDADE A PARTIR DA NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE	162
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: movimentos possíveis com as condições do presente.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179

APRESENTAÇÃO

O futuro da humanidade e do nosso planeta está em nossas mãos. Também está nas mãos da geração mais jovem de hoje, que vai passar a tocha para as gerações futuras. Mapeamos o caminho para o desenvolvimento sustentável; dependerá de nós assegurar que a jornada seja de êxito, e seus ganhos, irreversíveis (ONU, 2016, p. 12).

Sensibilizada, responsabilizada e comprometida com o futuro da humanidade e do nosso planeta, inicio a escrita desta tese destacando um excerto publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em que é possível perceber um discurso de responsabilização de todos e de cada um por esse futuro. A escolha deste trecho para abertura do trabalho não foi ao acaso; foi com a intenção de já sinalizar o quanto estamos sendo, a todo momento, chamados e responsabilizados pelo futuro comum, pelo êxito do desenvolvimento das nações, que atualmente vem sendo produzido discursivamente pelo princípio do desenvolvimento sustentável.

Esse movimento de responsabilização de todos e de cada um vem se constituindo como uma estratégia eficaz de captura e condução da conduta dos sujeitos. Nesse contexto, trago como exemplo mais recente a inclusão. A inclusão como estratégia de governo neoliberal constituiu-se como um imperativo de Estado, e todos devem entrar, permanecer e participar do jogo, das redes de mercado. Reporto-me a Lopes (2009a) quando diz que a única regra que não é consentida neste jogo contemporâneo que estamos vivendo é a de não jogar, de não participar. Com a autora, compreendo o contexto contemporâneo como um jogo neoliberal de in/exclusão que funciona a partir de regras específicas e do qual somos peças e também jogadores.

Por esse viés, olho para o movimento da inclusão, pelo qual as pessoas com deficiência passam a não mais apenas integrar os espaços educacionais, mas também a desejar estar neles e participar de suas ações, possibilitando e produzindo a adjetivação da escola e da educação como inclusivas. Essa adjetivação tem o objetivo de convencer e de produzir uma verdade deste tempo, da inclusão, não sendo mais possível pensar e agir fora dela. Assim, passo a questionar: em que medida o termo *desenvolvimento*, em si mesmo, não é mais suficiente nos discursos políticos¹ e passa a ser adjetivado, constantemente, como *sustentável*?

¹ Fonseca (2008) coloca que Foucault faz uma correção após afirmar que a análise da governamentalidade implica na concepção de que “tudo é político”, onde coloca que trata-se antes de dizer que “nada é político, tudo é politizável, tudo pode tornar-se político. A política não é nada mais e nada menos do que aquilo que nasce com a resistência às governamentalidades, a primeira revolta, o primeiro afrontamento” (FOUCAULT apud FONSECA, 2008, p. 161). Portanto, aqui o termo *político* será usado a partir da compreensão de que os

Quais discursos estão sendo produzidos a partir deste “sustentável”? Como nos tornamos sujeitos “sustentáveis” a partir da conjuntura atual? E quais os efeitos na condução dos sujeitos?

Essas primeiras questões fizeram-me pensar como estamos sendo governados e conduzidos a partir de uma lógica neoliberal, que a cada tempo vai assumindo e produzindo discursos específicos a fim de atender a determinadas ordens, dentre as quais, podemos visualizar, mais recentemente, a ordem da inclusão. Fazemos escolhas, desejamos, ou melhor, é produzido em nós o desejo de fazer parte do jogo neoliberal, fazer parte da lógica inclusiva. Estas opções são feitas com base em necessidades, constituindo-nos e produzindo-nos como sujeitos desta ordem neoliberal, na qual somos jogadores, devemos escolher quais cartas jogar e de que forma apostar, mas, sobretudo, como vamos nos constituindo produtivos na Contemporaneidade.

A partir do século XVI, conforme aponta Foucault, a sociedade começa a viver intensamente o problema das técnicas de condução. Nesse mesmo período, surge a necessidade de encontrar novas maneiras de conduzir e conduzir-se fora do âmbito da autoridade eclesiástica. Então, passam-se a questionar as formas de governar: “[...] como se governar, como ser governado, como governar os outros? [...]” (FOUCAULT, 2008a, p.118-119). Essa crise constitui-se como uma condição de possibilidade para a emergência da razão do Estado.

Foucault (2010a) diz que a história da governamentalidade do Estado tem um deslocamento marcado pela passagem de um Estado de justiça, do modelo da soberania, na Idade Média, para um Estado administrativo, nos séculos XV e XVI, preocupado com a disciplina. Nessa passagem de um Estado de justiça para um Estado administrativo, Foucault localiza o processo de governamentalização, uma vez que o Estado foi, pouco a pouco, sendo governamentalizado para que se instaurasse um Estado de governo interessado na segurança da população, principalmente a partir dos séculos XVII e XVIII.

Foucault (2008a) alerta-nos para que não consideremos esse percurso da governamentalidade do Estado como “a substituição de uma sociedade da soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade de disciplina por uma sociedade de governo” (p. 142-143). Não há substituição entre elas; elas formam um triângulo, soberania-disciplina-gestão governamental, que, a partir do século XVIII, tem como alvo principal a

discursos, os documentos, a legislação, tudo pode ser politizável, e isso acontece a partir do interesse de quem está governando, de quem está ocupando posições nas relações de poder em determinado momento.

população, transformada em um dado, em um campo de intervenção que vai constituir-se como tal desde a emergência do Estado moderno até o neoliberal contemporâneo.

Com o processo de governamentalização, o Estado passou a preocupar-se com a vida e a compreender que era mais importante e produtivo fazer viver do que deixar morrer, porque “é preciso bastante população para produzir muito” (FOUCAULT, 2008a, p. 464). Com isso, é possível entender que a arte de governar está cada vez mais relacionada a uma dimensão técnica, fazendo uso de um tipo de saber, a “*economia política*”, e de tecnologias próprias para dar conta desse novo objeto de intervenção política, que é a população, como um campo e objeto econômico.

Nesse cenário, é possível perceber e localizar a inclusão como uma estratégia da governamentalidade neoliberal. Isso porque, a partir da inclusão e da captura de todos, inclusive das pessoas com deficiência, é possível cuidar da segurança da população para que ninguém seja deixado para trás e se perca neste processo de governo.

Nesse contexto, começo a pensar: em que medida o desenvolvimento sustentável se articula com a inclusão dentro da lógica neoliberal, uma vez que também vem produzindo modos de governar e modos de ser e estar na sociedade? E quais os efeitos desta articulação para os sujeitos, mais especificamente, os sujeitos com deficiência?

Para dar continuidade à escrita e mostrar como estas primeiras questões foram sendo delineadas e produzidas neste trabalho, sinto a necessidade de expor, mesmo que brevemente, as condições que me trouxeram até este lugar – aluna do curso de doutorado em Educação, interessada em olhar os discursos produzidos em dado momento que vêm constituindo e instituindo alguns movimentos no campo da educação.

Medos, angústias, dúvidas, escolhas. Condições que me constituíram e vêm me constituindo durante o curso de doutorado em Educação. Tentar instituir uma forma a esta primeira parte do emaranhado e árduo processo de pesquisar tem sido um movimento constante e complexo. Ter de continuar, de pronunciar palavras, como diz Foucault (2009a), tem se configurado como um constante processo de escrever, apagar, reescrever – regras de um processo de pensamento e escrita, neste momento, que condizem com o necessário exercício da hipercrítica (VEIGA-NETO, 1995). Faz parte da pesquisa: desconfiar; olhar as coisas com outras lentes; ter outros modos de exercitar o pensamento. Isso quer dizer, a partir de uma possibilidade de fazer uma crítica, que todos somos parte, que nos constituímos a partir dos modos de vida contemporâneos, de uma racionalidade neoliberal, na medida em que ela nos movimenta, nos constitui, assim como a coloco em movimento em minhas escritas e tensionamentos.

Tomo, então, minhas vivências para pensar como a Contemporaneidade nos impõe, cada vez mais precocemente, a urgência de tornarmo-nos produtivos, de termos uma formação, uma profissão, condições para tornarmo-nos sujeitos, “alguém”. Somos capturados e subjetivados para a escolha de um caminho dentre muitos outros traçados por um tempo histórico e, para tanto, tornamo-nos sujeitos desse tempo.

Nasci na pequena cidade de Agudo, localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul. Sou de família com ascendência alemã e filha de professora, condições estas que me permitiram determinadas experiências.

Hoje percebo que fui subjetivada pelas constantes colocações dos professores da Educação Básica: “vocês devem ser alguém na vida”, “vocês só serão alguém se estudarem”, “devem sair e ir para a universidade”. Alcei voos na intenção de buscar algo que me garantisse ser esse “alguém” tão enfatizado ao longo do processo de escolarização, que me capturou e, por efeito, me constituiu desta forma, e não de outra. Uma captura que me constitui como um sujeito que deseja uma posição-função² produtiva, que me subjetiva e me produz como sujeito desta sociedade, deste tempo, desta ordem. Esse desejo de posição-função fez-me escolher um curso, uma futura profissão. Assim, em 2008, ingresso no curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e começo a traçar minha trajetória acadêmica e profissional dentro deste campo do saber.

Cabe destacar que o primeiro ano de curso foi bastante intenso. Foi o ano em que tivemos a publicação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a qual abordou de forma mais específica e objetiva as questões da inclusão dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino. O texto da Política proporcionou intensas e acaloradas discussões e tensionamentos dentro do curso de graduação em Educação Especial, uma vez que tinha como objetivo outras formas de atuação dessa área no cenário nacional da educação, que até então não tinha foco central na formação curricular do curso de Educação Especial. Antes da Política de 2008, o curso era organizado e gerido por ações desencadeadas, principalmente, pelas orientações da Política Nacional de Educação Especial de 1994 (entre outros documentos), as quais tinham como principal foco a inserção

² Noção entendida a partir de Possa (2013), que, ao tomar a noção de sujeito de Foucault, considera um sujeito aquele que se constitui não como um sujeito fundante, soberano, um sujeito em si, mas um sujeito que é produzido enquanto função, assumindo uma posição-sujeito a partir de saberes, de redes de poder e de mecanismos em que toma a si mesmo como objeto de constituição e de cuidado. Trata-se da posição-sujeito que, para Foucault, implica um desempenho prático, constitui a utilidade do sujeito, uma função que caracteriza uma possibilidade de ser do sujeito. Esse mesmo sujeito também vai, na perspectiva de uma atuação profissional, ocupar-se de uma profissão.

dos profissionais de Educação Especial nas Instituições Especializadas e/ou nas Classes Especiais, contextos estes atualizados a partir da PNEEPEI (2008).

Nos quatro anos de curso, primeiramente, dediquei-me a projetos de pesquisa de cunho sociointeracionista, estudando mais especificamente as obras de Lev Vygotsky³. Foram momentos de experiências em que estudávamos e refletíamos sobre as condições da escola e o processo de inclusão diante das políticas educacionais daquele momento. Pensávamos em alternativas de práticas educacionais que possibilitassem uma inclusão efetiva e de qualidade.

No sexto semestre, fim do terceiro ano de graduação, cursei a disciplina de Alternativas Metodológicas para o Aluno com Déficit Cognitivo, disciplina essa em que tivemos acesso a materiais para pensarmos e estudarmos como eram constituídos os processos de inclusão. Dentre esses materiais, um texto disparou em mim um “pisca alerta” sobre como vinha olhando e entendendo as questões da inclusão dos alunos na escola, que naquele momento de formação estava sendo nomeada como escola inclusiva. O texto que acendeu em mim uma inquietude e uma desconfiança do que vinha construindo como verdade em relação ao processo de inclusão foi “(Im)Possibilidades de pensar a inclusão”, da autora Maura Corcini Lopes, apresentado e publicado na 30ª Reunião Anual da Anped, em 2007. Esse acontecimento⁴ ficou “pipocando” em mim, um tanto ainda “escondido” e “disfarçado”.

No último ano de graduação, ingressei como bolsista no projeto de pesquisa intitulado Ciclo de Cinema, coordenado pela professora Dra. Maria Inês Naujorks, do Departamento de Educação Especial, o qual propunha um olhar diferente para a formação de professores. O projeto trazia como base o campo dos Estudos Culturais e utilizava a narrativa fílmica para compreender a representação e constituição docente em relação aos sujeitos com deficiência. Pensando a respeito das experiências vividas na disciplina de Alternativas Metodológicas para o Aluno com Déficit Cognitivo e no ingresso naquele projeto, percebo que fui tocada, fui “capturada” por esse movimento que passou pelos Estudos Culturais e que se estende, atualmente, aos estudos pós-estruturalistas.

Durante o período de bolsista, com as leituras sobre os Estudos Culturais, produzi meu Trabalho de Conclusão de Curso nesse campo teórico, sob orientação da professora Dra.

³ Vygotsky foi o grande fundador da escola soviética de psicologia histórico-cultural. Pensador importante em sua área e época, foi pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. Suas obras e estudos têm significativa importância no campo da Educação Especial, principalmente em relação aos conceitos de linguagem, aprendizagem, pensamento simbólico, funções psicológicas superiores e zona de desenvolvimento proximal.

⁴ Acontecimento aqui entendido a partir de Larrosa (2002, p. 2), quando pontua que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. [...] A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. Assim, a experiência do contato com o material citado no texto é tratada aqui como acontecimento.

Eliana da Costa Pereira de Menezes, do Departamento de Educação Especial. A partir desse momento, fui tendo a oportunidade de aproximar-me de outros autores, que compõem os chamados estudos foucaultianos. Os estudos pós-estruturalistas têm como principal estudioso o pensador e filósofo Michel Foucault, que nos provoca a olhar as coisas de outra forma, a desconfiar das coisas dadas como naturais e das representações já cristalizadas e instituídas como verdades únicas, ajudando-nos a ajustar nossas lentes para esse outro olhar por meio do uso de algumas noções que ele nos oferece como possibilidade de leitura.

Nesse momento, já no final da graduação, fui assolada por um estado de tensão nunca antes experimentado. Tal sensação colocava em xeque todos os investimentos realizados até então, desmoronando tudo aquilo que tinha construído como certezas/verdades. A busca pela verdade, pela verdadeira inclusão, era algo constante em minhas reflexões e pesquisas durante a graduação, algo que, ao final do curso, foi tensionado e desconstruído.

Esse primeiro sentimento de medo e a curiosidade para com esse outro modo de olhar e compreender as “coisas” foram ganhando cada vez mais intensidade. Entendi que esses sentimentos fazem parte do estado de tensão e percebi que eles não serão superados, mas sim colocados em movimento durante minha constituição. À medida que percebo que esses tensionamentos fazem parte de uma forma de olhar o mundo, penso na potência que os estudos pós-estruturalistas poderiam trazer para as questões da educação e minha constituição profissional como professora de Educação Especial.

Com isso, a partir de algumas experiências profissionais e acadêmicas, outros questionamentos passaram a intensificar-se e ganharam lugar na pesquisa de mestrado. A experiência profissional foi tratada naquele momento como acontecimento. O que nos toca, o que nos faz pensar, o que nos modifica de alguma maneira, são experiências que nos acontecem, e essa minha experiência de formação e constituição profissional com certeza caracterizou-se como um desses poucos momentos.

Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo, pode ler-se outro componente fundamental da experiência: sua capacidade de formação ou de transformação. É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação (LARROSA, 2002, p. 6-7).

Foi desse lugar e dessa experiência, que então propus a pesquisa de mestrado⁵: do lugar de professora de Educação Especial que escutava, vivenciava e participava de momentos em que os professores relatavam o que pensavam da inclusão e como a viam, dizendo como esse processo foi acontecendo e o quanto enfrentavam dificuldades para serem “inclusivos”, para terem práticas inclusivas. Porém, diante da conjuntura educacional, não “conseguiram” ou não “podiam” dizer e posicionar-se fora dessa lógica irreduzível, a lógica da inclusão. Essa impossibilidade de resistir e de colocar sob suspeição a inclusão, Possa e Naujorks (2013) sinalizam como o “silêncio docente”, em que os professores acabam silenciando à medida que vão sendo subjetivados pelos discursos da inclusão escolar.

Meu desejo de saber, naquele momento, estava direcionado a entender como os professores vinham sendo narrados, subjetivados e produzidos a partir dos discursos da inclusão escolar. Durante a análise dos materiais selecionados para a pesquisa no mestrado, percebi que três estratégias discursivas eram operacionalizadas para a subjetivação docente inclusiva: a sensibilização; a responsabilização e a formação constante (empreendimento em si). Essas estratégias eram potencializadas em meio a uma lógica neoliberal que produziu a inclusão como um imperativo discursivo (LOPES, 2009b), colocando-a como um imperativo neoliberal para a manutenção de todos nas redes do mercado.

Com a defesa da dissertação, consegui realizar alguns movimentos analíticos importantes para minha constituição como pesquisadora e professora; no entanto, outras questões passaram a tensionar meus modos de pensar. Dentre os tensionamentos realizados, pude perceber que estamos sendo conduzidos e produzidos, não apenas como docentes, mas também como sujeitos de uma sociedade, por inúmeros enunciados discursivos, dentre eles, determinadas políticas que atualmente vêm sendo geridas e produzidas a partir da perspectiva da inclusão de todos.

Com a dissertação de mestrado e as experiências docentes, comecei a perceber o quanto as políticas produzidas no Brasil, a partir de documentos e orientações internacionais, principalmente desde a década de 90, têm direcionado e conduzido as práticas inclusivas, não só dos docentes, como também da sociedade como um todo. Essas práticas são operacionalizadas a fim de atender a uma determinada ordem mundial, que vem se configurando em uma lógica neoliberal em que a metáfora do jogo novamente é colocada no centro de sua movimentação, ou seja, todos devem entrar e permanecer no jogo.

⁵ MOHR, A. C. A inclusão escolar nos discursos veiculados pela educação especial: estratégia discursiva de subjetivação docente. 2014. 132p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. 2014.

Então, passei a questionar-me: como nós (eu) atendemos à racionalidade⁶ neoliberal e dentro dela nos conduzimos? Como os sujeitos com deficiência se conduzem e são conduzidos para atender a essa racionalidade? Que estratégias estão sendo colocadas em operação na condução dos sujeitos com deficiência a partir de uma lógica de mercado, de uma racionalidade política que hoje chamamos de neoliberal? Quais significados estão sendo atribuídos ao imperativo da inclusão?

A partir dessas questões, passo a olhar para algumas áreas do conhecimento, compreendidas aqui como campos discursivos, que vêm tomando a perspectiva da inclusão e da pessoa com deficiência dentro dessa lógica neoliberal e com ela vêm operando, com ênfase na produtividade do sujeito. Percebo que tanto as práticas docentes inclusivas quanto outras práticas nesse âmbito (principalmente sociais e assistenciais), como o Programa BPC Trabalho⁷, estão direcionadas a uma produção e fabricação do sujeito com deficiência como um sujeito “útil” ao Estado, ou seja, um sujeito produtivo economicamente, “autossustentável”, que utiliza a Educação como potente território de operacionalização dessas práticas.

Neste momento, passo a olhar e tensionar o termo *sustentável* dentro dos discursos educacionais e sociais, uma vez que percebo a recorrência desse enunciado em diferentes proposições na condução e governo dos sujeitos. Visualizo também a possibilidade de esse termo, que decorre de uma noção maior, a sustentabilidade, estar movimentando estratégias que vêm possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão, já que não basta mais entrar e permanecer no jogo neoliberal; é preciso produzir sua permanência e produtividade em uma ordem sustentável que garanta o desenvolvimento da nação.

Dessa forma, passo a olhar e compreender a sustentabilidade como uma estratégia de governo. Parto da compreensão de estratégias a partir de Foucault (2013, p. 82), que coloca que

⁶ Racionalidade aqui entendida, conforme Foucault, como “os conjuntos de prescrições calculadas e razoáveis que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos; neste sentido, as racionalidades induzem uma série de efeitos sobre o real. São fragmentos de realidade que induzem esses efeitos de real tão específicos que são aqueles da separação do verdadeiro e do falso na maneira pela qual os homens se 'dirigem', se 'governam', se 'conduzem' a si mesmos e aos outros" (AVELINO, 2011, p. 89).

⁷ Conforme orientações do Governo, o Programa BPC Trabalho será executado pela União, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Educação (MEC) e do Trabalho e Emprego (MTE) e com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), com o objetivo de oferecer acesso ao trabalho, programas de aprendizagem e qualificação profissional. Os cursos de qualificação serão oferecidos pela rede federal de educação profissional e pelas entidades nacionais de aprendizagem, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). O Programa integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, que visa a promover a inclusão social e a autonomia da pessoa com deficiência.

as estratégias devem ser descritas como maneiras sistematicamente diferentes de tratar objetos de discurso (de delimitá-los, reagrupá-los ou separá-los, encadeá-los e fazê-los derivar uns dos outros), de dispor formas de enunciações (de escolhê-las, organizá-las, constituir séries, compô-las em grandes unidades retóricas), de manipular conceitos (de lhe dar regras de utilização, fazê-los entrar em coerências regionais e constituir, assim, arquiteturas conceituais). Essas opções soam maneiras reguladas (e descritíveis como tais) de utilizar possibilidades de discursos.

Diante disso, com a busca e o olhar em diferentes documentos relacionados ao campo da Educação, a recorrência da palavra *sustentabilidade* nos documentos internacionais e nacionais passou a ganhar cada vez mais visibilidade. Essa recorrência constituiu-se como um incômodo para mim enquanto pesquisadora, formando outras indagações: de que maneira a noção de sustentabilidade vem sendo colocada em operação nesses documentos? Como essa noção de sustentabilidade estaria movimentando e operando determinadas condutas nos sujeitos? Quais os efeitos da operacionalização dessa noção na constituição dos sujeitos?

Construí, então, uma primeira intenção de pesquisa, apresentada na defesa do projeto de tese sob orientação da professora Maria Inês Naujorks, a saber: “como os documentos produzidos por organismos internacionais têm atuado e atualizado no Brasil práticas de governo para a produção de sujeitos economicamente sustentáveis”. No entanto, após a defesa, dando seguimento a leituras e análises, e sob nova orientação⁸, da professora Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, e coorientação da professora Leandra Boer Possa, comecei a perceber que a noção de sustentabilidade operada nos documentos internacionais e, por efeito, nos nacionais vem tendo e produzindo alguns significados nos modos de vida dos sujeitos com deficiência.

Esses significados produzem e oferecem condições de possibilidade para que os sujeitos com deficiência desejem estar a todo momento dentro do jogo e para ele se conduzam; para que façam parte da lógica de mercado e de produção (produzindo e sendo produtores); para que estejam sempre na esteira da inclusão. Diante disso, **interessa-me compreender como a racionalidade neoliberal, a partir da noção de sustentabilidade, vem conduzindo práticas de governo que movimentam e aperfeiçoam o imperativo da inclusão.**

Com essa intenção de pesquisa produzida, tenho como objetivo geral compreender como a sustentabilidade emerge discursivamente na racionalidade neoliberal, funcionando como uma estratégia de governo que vem possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão. Os objetivos específicos são: analisar a articulação da sustentabilidade com a

⁸ A troca de orientadora deu-se em virtude do desligamento da professora Maria Inês Naujorks do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM devido à sua aposentadoria.

inclusão na Contemporaneidade; problematizar a sustentabilidade como estratégia de governo da população na atualidade; e compreender como vão sendo colocadas em operação determinadas práticas que visam à inclusão sócio-produtiva e sustentável das pessoas com deficiência.

Com este trabalho, não tenho a pretensão de descobrir uma resposta ou uma verdade, mas de problematizar o presente, a partir da compreensão das condições de possibilidade que oportunizaram a atual conjuntura nacional. O poder se exerce por estratégias. Foucault, ao utilizar o método descritivo, tem a preocupação de entender como o poder alcança, por táticas, estratégias e subjetividades, a constituição do corpo social.

Para isso, precisei investir em duas linhas de análise. Uma primeira colocou-se como um desafio por ser algo novo em minhas leituras e estudos acadêmicos – a noção e conceito de sustentabilidade. A outra, com que venho transitando desde a graduação, é a inclusão. É preciso dizer que, mesmo tendo certa familiaridade e fluidez no trânsito com as questões da inclusão, isso não implica mais tranquilidade ou facilidade nos tensionamentos e análises durante a escrita, uma vez que, a todo momento, se colocam novas demandas e exigências quando se pretende realizar um exercício crítico sobre o próprio pensamento.

Procurei organizar o trabalho de modo que cada capítulo mostrasse aos leitores os movimentos realizados durante a pesquisa e a escrita desta tese. A estrutura aqui apresentada foi pensada a fim de possibilitar a compreensão da forma como fui conseguindo entender as questões da sustentabilidade e articulá-las com a inclusão no presente e com os efeitos dessa articulação na condução e produção dos sujeitos com deficiência.

No Capítulo 1, intitulado *Terreno Investigativo: Possibilidades, Escolhas e os (Des)Caminhos na Produção da Tese*, apresento em três seções os caminhos metodológicos desenvolvidos para a constituição da tese, com a intenção de mostrar como a noção de sustentabilidade passa a ocupar espaço nas discussões e discursos da inclusão, constituindo-se como problema desta pesquisa. Na seção *Contextualizando a pesquisa: da constituição da pesquisadora ao terreno investigativo*, descrevo alguns momentos de minha trajetória pessoal que me conduziram à formação acadêmica e profissional no campo da Educação Especial, e dentro desta formação – acadêmica e profissional – destaco alguns acontecimentos importantes que contribuíram para a aproximação e constituição do tema desta pesquisa. Na segunda seção, *Olhares e definições: das primeiras aproximações à composição do corpus de análise*, apresento o problema de pesquisa e os objetivos que passaram a movimentar este estudo após o processo de qualificação, bem como a organização dos materiais de pesquisa, que foram divididos em três grupos, a fim de uma melhor organização e descrição dos

movimentos analíticos desenvolvidos na pesquisa. Por último, na seção *Rumos metodológicos: possibilidades e escolhas teórico-metodológicas*, desenvolvo a escrita a fim de apresentar os rumos escolhidos para a organização do estudo e apresento considerações acerca da filiação teórico-metodológica aos estudos foucaultianos, tomando o pensamento de Michel Foucault como lente teórica. Ainda nesta seção, após a exposição da escolha teórico-metodológica, trago alguns estudos de Foucault, com a intenção de mostrar como algumas noções desenvolvidas pelo filósofo em suas análises assumem potência no funcionamento desta pesquisa.

No capítulo seguinte, *Sustentabilidade e Inclusão: Indícios de uma Articulação Neoliberal*, empreendo a análise dos materiais que compõem o *corpus* empírico, dando visibilidade às questões relacionadas aos enredos neoliberais que estão sendo produzidos para a articulação da sustentabilidade com a inclusão. Desenvolvo a análise com a intenção de mostrar como esta articulação vem sendo operacionalizada na Contemporaneidade, tomando como fio condutor o governo do sujeito para que se torne produtivo, ativo e incluído nas redes regidas pelo neoliberalismo e pela estratégia de governo da sustentabilidade. O capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, *Sustentabilidade e inclusão: que possíveis articulações estão sendo produzidas?*, discuto como a discursividade sobre o investimento na sustentabilidade dos sujeitos encontra-se articulada com o desenvolvimento da sociedade cujo “*modus operandi*” vem sendo o imperativo da inclusão, de modo que esta potencializa a participação nos espaços sociais, educacionais e econômicos de todos os sujeitos, contribuindo não apenas com “benefícios” para si, mas para todo o país. Já na segunda seção, *Condições de possibilidade para a emergência discursiva da sustentabilidade no campo da Educação*, apresento um mapeamento de alguns documentos, o que se fez necessário para entender como foram sendo produzidas as condições de possibilidade que permitiram a emergência discursiva da sustentabilidade no campo da Educação com foco direcionado às práticas que promovam a “autossustentabilidade” e inclusão do sujeito no jogo econômico.

No Capítulo 3, *Políticas de inclusão e seus desdobramentos no presente a partir da discursividade da sustentabilidade em uma racionalidade neoliberal*, as discussões empreendidas voltam-se para a análise das políticas de inclusão e seus desdobramentos no presente. No delineamento do capítulo propus dois movimentos: o primeiro, intitulado *Inclusão: constituição de um imperativo na racionalidade política do presente e possibilidade de funcionamento da sustentabilidade como estratégia de governo*, está relacionado à produção da inclusão como um imperativo de Estado na Contemporaneidade, com o objetivo

de entender e mostrar como a inclusão foi assumindo determinados significados e produzindo determinadas práticas, constituindo-se em um regime de verdade de ser e estar na Contemporaneidade mobilizado e aperfeiçoado pela estratégia de governo da sustentabilidade. O segundo movimento, contemplado no título *Inclusão e gestão do risco – “ninguém será deixado para trás”*: *governo e investimento nas pessoas com deficiência para a seguridade da população*, constitui-se principalmente a partir da articulação entre o social e educação, visualizada nos materiais analíticos. Nesta articulação, observei duas estratégias sendo colocadas em operação: a primeira, discutida na subseção *Resgatando e governando o risco à sustentabilidade*, onde a recuperação e inclusão do sujeito com deficiência nas tramas do mercado é mobilizada, e a segunda estratégia, na subseção seguinte, *Investindo no risco à sustentabilidade*, na qual o investimento na permanência e produtividade da pessoa com deficiência se configura como condição de possibilidade para a sustentabilidade e para manter a seguridade da população. Portanto, este capítulo teve a intenção de mostrar como a estratégia de governo da sustentabilidade encontra na inclusão, enquanto imperativo de Estado, possibilidades de emergência e produção de práticas de governo, movimentando e aperfeiçoando essa forma inclusiva de ser e estar na sociedade contemporânea e tomando como matriz de inteligibilidade a governamentalidade neoliberal.

No capítulo, *A sustentabilidade como estratégia de governo e a constituição da inclusão sócio-produtiva*, busco compreender como vão sendo colocadas em operação determinadas práticas que visam a inclusão produtiva e sustentável das pessoas com deficiência. Para isso, organizei dois movimentos: o primeiro, intitulado *Investimento na aprendizagem ao longo da vida para a manutenção e produtividade dos sujeitos nas redes neoliberais como estratégia de governo da sustentabilidade*, está relacionado a uma análise das estratégias e práticas colocadas em funcionamento para que a inclusão das pessoas com deficiência se dê de forma produtiva no contexto da racionalidade neoliberal, onde foi possível perceber que na articulação da sustentabilidade com a inclusão as práticas desenvolvidas a partir da noção de *aprendizagem ao longo da vida*, possibilitam o investimento na produtividade dos sujeitos, de forma que o aperfeiçoamento e atualização se tornem constantes na vida deste sujeito como condição que ele se mantenha em processo de inclusão, que vem se constituindo como uma inclusão sócio-produtiva. O segundo movimento - *Inclusão sócio-produtiva: produção e investimento numa “nova” forma de produtividade a partir da estratégia de governo da sustentabilidade* – se constituiu com a intenção de compreender como a noção de inclusão sócio-produtiva vem sendo produzida como uma condição necessária na Contemporaneidade. Nesse empreendimento percebi que a partir do

agenciamento entre a educação e o social, a estratégia de governamento da sustentabilidade encontra condições de funcionamento de forma que passa a organizar uma rede de parcerias que objetivam ações em comum para garantir a participação no mercado de trabalho como possibilidade de melhoria das condições de vida da população com deficiência, já que ninguém deverá ser deixado para trás, permitindo a inclusão competitiva dessas pessoas no jogo econômico, de forma que esta aconteça produtiva socialmente, garantindo o desenvolvimento sustentável da nação.

Como último esforço analítico e teórico deste trabalho, trago as *Considerações finais: movimentos possíveis com as condições do presente*, mostrando como ao longo do trabalho foi possível inferir algumas considerações acerca da articulação da sustentabilidade com a inclusão, a medida que, fui percebendo que a recorrência do termo *sustentável* dentro dos discursos educacionais e sociais, decorrentes de uma noção maior, a sustentabilidade, vem movimentando estratégias que mobilizam e aperfeiçoam o imperativo da inclusão, a partir de sua articulação, entendendo que já não basta mais entrar e permanecer no jogo neoliberal; é preciso produzir sua permanência e produtividade em uma ordem sustentável que garanta o desenvolvimento e seguridade da nação. Com isso, passo a olhar e compreender a sustentabilidade como uma estratégia de governamento, que ao compreender e mobilizar discursos como maneiras sistematicamente diferentes, (de delimitá-los, reagrupá-los ou separá-los, encadeá-los e fazê-los derivar uns dos outros), atua no governamento das condutas dos sujeitos.

CAPÍTULO I

1 TERRENO INVESTIGATIVO: POSSIBILIDADES, ESCOLHAS E OS (DES)CAMINHOS NA PRODUÇÃO DA TESE

Foucault (2009a, p. 6) ao colocar que “[...] É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem [...]”, me inspira e me conduz no desejo de escrita desta tese. Neste capítulo, pretendo pronunciar palavras sobre as aproximações e estratégias que foram sendo delineadas na costura analítica dos materiais. Essas aproximações estão relacionadas não apenas a escolhas, mas também a renúncias, intenções e dúvidas. Aproximações que foram possíveis a partir da imersão nos materiais analíticos e na composição de uma caixa de ferramentas que me acompanhou ao longo deste trajeto que fui desenhando.

As aproximações e escolhas feitas e aqui desenhadas não produziram efeitos apenas no modo como olho para as questões acadêmicas e profissionais, mas também na forma como me conduzo, seja enquanto professora de Educação Especial da Educação Básica, compreendida no contexto escolar como a principal responsável pelo processo de inclusão na escola, seja como pesquisadora da área, vista por muitos como “*expert*” no assunto, considerando meus modos de pensar, de olhar para os acontecimentos do presente de um determinado lugar. Nessa condição, venho me constituindo muito mais por questionamentos e suspeitas do que por verdades absolutas, ou seja, passo a circular e ver os acontecimentos do presente sempre com uma sensação de instabilidade, de desconfiança, o que me permite suspeitar de determinadas articulações que tenho visto sendo produzidas no cenário educacional.

No que se refere à produção deste trabalho acadêmico, apresento os caminhos percorridos e os movimentos possíveis como pesquisadora que se destinam a uma vontade de saber, com o objetivo de compreender como a sustentabilidade emerge discursivamente na racionalidade neoliberal, funcionando como uma estratégia de governo que vem possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão.

1.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: DA CONSTITUIÇÃO DA PESQUISADORA AO TERRENO INVESTIGATIVO

Atualmente, se lançarmos a palavra *inclusão* em qualquer roda de conversa, grupo de pessoas, família, instituições sociais, escolares, enfim, em diferentes contextos, perceberemos que a maioria das pessoas já conhece essa palavra ou já ouviu falar dela e se sente confortável

e “apta” a comentar sobre ela, inferindo diferentes sentidos e saberes. O que estou querendo movimentar neste momento, com a ideia anterior, que não é inédita nem original, é que a palavra *inclusão*, atualmente, vem assumindo e produzindo diferentes sentidos e modos de ser na sociedade.

Foucault (2010b), no curso *Em defesa da sociedade*, traz o entendimento sobre “saberes sujeitados”. Tomo essa compreensão para entender e movimentar as questões de inferências sobre a inclusão nos diferentes espaços, as quais acabam produzindo determinados sentidos e discursos sobre ela.

Por “saberes sujeitados”, eu entendo igualmente toda uma série de saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. E foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo, desses saberes não qualificados, [...] esse saber que denominarei, se quiserem, o “saber das pessoas” [...] foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica (FOUCAULT, 2010b, p. 8-9).

Bem, mas o que isso diz de minha pesquisa? Ou: como isso movimenta minha vontade de saber no curso de doutorado, já que se trata de constatações “não qualificadas”? É justamente o fato de perceber a pluralidade da palavra *inclusão* – as formas como vem sendo significadas e produzidas. Tomo a inclusão como “uma invenção produzida na/pela linguagem” que “ganha status de verdade e de realidade quando começa a ser produzida nas narrativas, quando começa a circular em diferentes grupos como uma bandeira de luta” (LOPES, 2007, p. 15).

Seguindo a compreensão de experiência de Larrosa (2002), um dos poucos momentos que nos toca e nos faz pensar aconteceu-me ao compartilhar meus estudos e apontamentos da dissertação⁹ com dois grupos diferentes de professores¹⁰. Naquele momento, com a experiência de compartilhamento, em que construímos momentos de escuta, de troca e de discussão, entendi que o que eu havia identificado na pesquisa de mestrado sobre a subjetivação docente a partir da perspectiva da inclusão já era “conhecido” e assumido pelos docentes como “Formação Docente Continuada para a Inclusão”. Ou seja, os professores já haviam naturalizado aquelas estratégias como inerentes ao processo de formação continuada e traziam-nas como fundamentais para seu aperfeiçoamento e para a qualidade de suas práticas de inclusão.

⁹ Dissertação orientada pela professora Dra. Maria Inês Naujorks e defendida em 10 de março de 2014, tendo como problema de pesquisa “entender como os professores vêm sendo narrados, subjetivados e produzidos a partir dos discursos da inclusão escolar” (MOHR, 2014, p. 21).

¹⁰ Um grupo de cada uma das escolas onde atuava como professora de Educação Especial.

Realizei diferentes tentativas de tensionar e problematizar as condutas daqueles professores diante da perspectiva inclusiva, com o intuito de levá-los a perceber que tais condutas não eram simplesmente naturais, mas produzidas e governadas para atender a uma proposta educacional inclusiva, sendo esta operada intencionalmente como uma estratégia neoliberal de governo dos sujeitos. Buscava estabelecer com esses grupos de professores uma discussão em que não se tratava de ser contra ou a favor da inclusão, mas de entender e tensionar essa perspectiva educacional diante da história do presente inscrita na racionalidade neoliberal.

Ainda sobre o estudo de mestrado: os grupos de professores conseguiram entender esse processo e movimento de governo e perceber-se nele? Não sei. O que pude compreender é que os professores desses grupos já estavam, de forma geral, convencidos e subjetivados pela proposta da inclusão, produzindo seus discursos diante do enunciado “a educação é para todos”; portanto, como efeito desses discursos; “todos têm o direito, não podemos ir contra o direito das crianças e das famílias, as famílias já chegam informadas deste direito”, “essas crianças precisam da educação, também devem ser alguém na vida” (Falas do grupo de professores).

Experiências como essa que mencionei acima me “sacodem” para colocar em funcionamento “outra máquina de pensar, de significar, de analisar, de desejar, de atribuir e produzir sentidos, de interrogar em que sentidos há sentidos” (CORAZZA, 2007, p. 111).

Ao olhar para essa experiência e voltar para os discursos e movimentos inclusivos colocados em funcionamento desde a década de 90, percebo uma produção discursiva e operacionalização dos processos inclusivos como uma estratégia produtiva para atender a uma determinada razão de Estado. Lopes (2010) e Menezes (2011) apontam a inclusão como um imperativo da lógica de um Estado neoliberal, uma vez que mobiliza os sujeitos, a economia e o próprio Estado, produzindo uma forma de organização de vida em sociedade. Nessa lógica, a inclusão, ao mobilizar os sujeitos – todos os sujeitos –, operando um modo de organização da sociedade, também passa a ser de todos, o que permite que “todos” falem, se movimentem e produzam diante desse modo de vida que se quer inclusivo. É nesse contexto que passo a pensar a sustentabilidade, uma vez que, do mesmo modo que o imperativo da inclusão, a noção de sustentabilidade também vem movimentando sujeitos, a economia e o próprio Estado, produzindo uma forma de organização de vida em sociedade.

Neste momento, direciono meu olhar para a proliferação, em nível macro, de documentos e declarações que versam sobre as questões da inclusão, a fim de perceber como esta vem sendo articulada à noção de sustentabilidade. Nessa amplitude de olhar, percebo que

os documentos produzidos, principalmente pelos chamados organismos internacionais, escoam suas orientações aos Estados-nação, que passam a ser signatários e a constituir suas políticas nacionais.

Nesta procura primeira, percebo certo movimento discursivo nos documentos, que passam de uma formulação específica, redigida para nomear os que estão à margem da sociedade, para o uso de *inclusão* como palavra que se generaliza a todos que um dia estiveram à margem. Na aproximação com os documentos, identifico a Declaração de Montreal (2001) como aquele que faz menção à noção de sustentabilidade e a traz articulada com a inclusão.

Em 2001, em Montreal, foi realizado o Congresso Internacional Sociedade Inclusiva, no qual foi aprovada a Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão, que diz o seguinte:

O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável¹¹. A comunidade internacional, sob a liderança das Nações Unidas, reconheceu a necessidade de garantias adicionais de acesso para certos grupos. As declarações intergovernamentais levantaram a voz internacional para juntar, em parceria, governos, trabalhadores e sociedade civil a fim de desenvolver políticas e práticas inclusivas. O Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva" convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil para que se comprometam com, e desenvolvam, o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços.

1. O objetivo maior desta parceria é o de, com a participação de todos, identificar e implementar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis.

Diante do objetivo traçado nessa Declaração, o qual claramente sinaliza a necessidade de participação de todos para a identificação de possíveis soluções adquiríveis de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis e úteis, movimento meu interesse de pesquisa. Essa direção não tem o intuito de afirmar ou negar a necessidade do envolvimento de todos com a inclusão, mas de propor uma problematização sobre a produção e os efeitos de discursos que tomam os “infames” (LOBO, 2015) – sujeitos com deficiência, pobres e negros – como centro na operacionalização de estratégias em prol de uma sustentabilidade que, dentre outras formas, ganha ênfase na esfera social e econômica.

O discurso da sustentabilidade teve emergência principalmente nas duas últimas décadas, com predominância nas questões que envolvem o meio ambiente e o

¹¹ Grifos meus.

desenvolvimento social. Aqui destaco novamente a Declaração de Montreal (2001), que versa sobre a inclusão e o desenvolvimento social, abordando a necessidade da produção de estilos de vida sustentáveis. De forma geral, é possível perceber que, em pouco tempo, *sustentabilidade* vem se tornando a palavra-chave para ações de desenvolvimento e solução de problemas de diferentes ordens, sendo pronunciada indistintamente por diferentes sujeitos nos mais diversos contextos sociais e assumindo múltiplos sentidos.

Os discursos da sustentabilidade podem ser identificados em diversas falas e contextos históricos; no entanto, suas expressões mais recentes talvez possam ser observadas nos princípios da década de 70 do século passado. É possível ver seus sinais nos movimentos sociais em defesa da ecologia, que irromperam nesse período ao redor do mundo, e nas conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para debater os temas do meio ambiente e do desenvolvimento.

Contudo, Lima (2002) destaca que as referências mais explícitas à noção de desenvolvimento sustentável estão sistematizadas nos trabalhos do economista Ignacy Sachs, que desenvolveu a noção de Ecodesenvolvimento, e nas propostas da Comissão Brundtland, que projetaram mundialmente a expressão *desenvolvimento sustentável* e o conteúdo da nova estratégia oficial de desenvolvimento. Ao formular a noção de Ecodesenvolvimento, Sachs (apud LIMA, 2002) propunha uma estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento que articulava promoção econômica, preservação ambiental e participação social.

Ao analisar a profusão discursiva da sustentabilidade, que emerge em diferentes áreas e campos do conhecimento, Lima (2002) aponta que é possível observar, em outra perspectiva, que o discurso da sustentabilidade surgiu como um substituto ao discurso do desenvolvimento econômico, produzido e difundido pelos países centrais do capitalismo – sobretudo os Estados Unidos – para o resto do mundo no contexto da Guerra Fria. A partir dos anos 70 do século passado, o discurso desenvolvimentista revelou seus limites no decorrer de uma crise que, embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural.

Interessa-me, então, olhar para a emergência discursiva da sustentabilidade, principalmente no campo da Educação, mais especificamente assumida nos discursos em torno da inclusão das pessoas com deficiência. Para isso, tomo como motivação alguns questionamentos realizados por Lima (2002) para pensar as seguintes questões: que articulações são possíveis entre educação, sustentabilidade e inclusão? Em que medida a

sustentabilidade vem funcionando como estratégia de governo da população possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão?

Ao tensionar e problematizar essas questões, tento compreender primeiramente as relações entre a sustentabilidade, a educação e a inclusão a partir da racionalidade neoliberal. Em *O Nascimento da biopolítica*, Foucault (2008b) permite-nos compreender que o próprio Estado neoliberal, ao entender que as regras da economia e as regras do social precisam estar estreitamente ligadas para que se garanta a seguridade social, se apoia em um novo conceito de “exclusão”. Tomando a economia como um jogo que se dá entre companheiros, dentro de uma sociedade “organizada e segura”, do qual os sujeitos não participam simplesmente porque querem, como princípio de autonomia de suas escolhas, mas por desejarem estar nele e dele fazer parte, cabe ao Estado produzir esse desejo, fazendo com que ninguém seja excluído e fique fora do jogo.

Temos, assim, um Estado que toma a regra da não exclusão como ponto de aliança entre o econômico e o social. Pode-se dizer que o neoliberalismo contemporâneo opera com essa regra e, por isso, para sua manutenção, tem como estratégias a inclusão de todos os indivíduos nos modos produtivos para que sejam úteis ao mercado e, além disso, para controle dos riscos que possam comprometer o seu funcionamento e sua segurança.

O neoliberalismo aqui é tomado e compreendido, conforme Veiga-Neto (2011a), como modo de vida, como maneira de ser e estar no mundo contemporâneo. O autor diz que, no sistema neoliberal, diferentemente do liberalismo, a liberdade deve ser continuamente produzida e exercitada sob forma de competição. E é nesse ponto que a educação por meio da escola se constitui em instituição de interesse ao neoliberalismo. Para o neoliberalismo, “os processos não são naturais, eles não devem ser deixados livres, ao acaso, nas mãos de Deus; ao contrário, tais processos devem ser continuamente ensinados, governados, regulados, dirigidos, controlados” (VEIGA-NETO, 2011a, p. 38-39). Ainda sobre o neoliberalismo, Peters (2011, p.13) aponta que, “sob os princípios do neoliberalismo, a educação tem sido discursivamente reestruturada de acordo com a lógica do mercado”.

Nessa reestruturação discursiva da educação, Veiga-Neto (2011a, p. 108) vai trazer a questão do ideal pansófico “ensinar tudo a todos”, defendido por Comenius, em sua época, como uma noção entendida e proclamada no sentido de garantir a educação a todas as crianças, de ambos os sexos, todas as idades e de distintas classes sociais.

Ensinar tudo a todos, portanto, reatualiza-se no presente, quando incluir é uma forma de capturar todos nas malhas do mercado, conduzir e modificar comportamentos de populações para que aceitem e concordem em envolver suas vidas com as regras do jogo

neoliberal, desejando participar dele, sendo escolhidos, ou seja, “escalados” para desfrutar de seus resultados. Diante dessas compreensões, busquei exercer um pensamento mais atento que me colocasse em alerta sobre os efeitos de um poder-saber que estão em funcionamento.

Acompanhada pelo pensamento de Michel Foucault e de outros pensadores pós-estruturalistas, passo a movimentar a vontade de saber desta pesquisa. Os tensionamentos aqui mobilizados possibilitam-me colocar sob suspeição as verdades¹² e as coisas dadas como “naturais”, dentre elas, a inclusão como princípio eminentemente ético e moral na preocupação da escolarização das pessoas com deficiência.

Colocar sob suspeição não significa ser contra ou a favor do princípio da inclusão, e sim que, sendo esta uma prática e verdade do nosso tempo, bem como um imperativo de Estado, nos resta entender seus efeitos nos modos como nos constituímos e nos conduzimos enquanto sujeitos na produção-invenção de uma história do presente. Larrosa (2011) explica que o que determina nosso olhar tem uma origem e depende de certas condições históricas e práticas de possibilidade; portanto, está submetido à mudança e à possibilidade da transformação. Ele afirma ainda que “talvez o poder das evidências não seja tão absoluto, talvez seja possível ver de outro modo” (Ibid., p. 83).

Em face disso, destaco novamente que minha vontade de saber neste trabalho está em entender como a estratégia de governo da sustentabilidade vem possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão. Nesse sentido, conduzo esta investigação com o objetivo geral de compreender como a sustentabilidade emerge discursivamente na racionalidade neoliberal, funcionando como uma estratégia de governo que vem promovendo um alargamento do imperativo da inclusão. Para isso, elenco como objetivos específicos:

- Analisar a articulação da sustentabilidade com a inclusão na Contemporaneidade;
- Problematizar a sustentabilidade como estratégia de governo da população na atualidade;
- Compreender e examinar como vão sendo colocadas em operação determinadas práticas que visam à inclusão sócio-produtiva e sustentável das pessoas com deficiência.

¹² Verdade entendida, conforme Foucault (2012, p. 53), não como “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar, mas o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha”.

Passo, assim, a tomar a inclusão como prática discursiva histórica que vem se aperfeiçoando e produzindo os sujeitos de modo irreduzível. Como prática discursiva histórica, entendo-a como um acontecimento produzido neste contexto histórico, sendo, portanto, produto das práticas e das relações de saber e poder nela constituídas.

Para auxiliar na delimitação do problema de pesquisa, na composição dos objetivos e no entendimento geral deste trabalho, busquei outros trabalhos acadêmicos que tivessem como foco central a temática da inclusão e/ou sustentabilidade. Nessa busca, deparei-me com certos empecilhos e dificuldades, uma vez que a busca no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir de determinados descritores resultou em um número bastante extenso de trabalhos: 48.707 resultados para os descritores “inclusão, sustentabilidade e governamento”. Outros descritores foram utilizados, mas o resultado final continuou extenso (65.045 resultados para “sustentabilidade, inclusão, deficiência, governamento e Foucault”; 54.134 resultados para “inclusão, sustentabilidade, governamento e Foucault”). Ao selecionar o ano de 2016 na busca de descritores e, ainda assim, obter um número significativo (mais de seis mil trabalhos), dediquei algum tempo para olhar o título e selecionar, a partir deste, alguns resumos dos trabalhos encontrados que fizessem alguma relação entre inclusão, educação e sustentabilidade.

Nessa pequena busca, não encontrei nenhum trabalho que se dedicasse a olhar a noção de sustentabilidade como estratégia de governamento que vem possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão a partir de determinadas estratégias na condução das condutas dos sujeitos. Os trabalhos encontrados e selecionados pelo título e resumo, de forma geral, faziam referência a um olhar para a sustentabilidade no campo da Educação a partir do meio ambiente (ciências naturais); ou para a inclusão digital ou do agronegócio como prática de sustentabilidade; ou ainda, para a sustentabilidade como prática de inclusão de famílias de agricultores, entre outras relações. Dessa maneira, optei por selecionar e olhar trabalhos vinculados a grupos de pesquisas conhecidos dentro do campo dos estudos pós-estruturalistas, com a questão da inclusão. Assim, apresento abaixo os trabalhos selecionados e como estes contribuíram para que eu pudesse olhar e pensar os movimentos e caminhos desta tese.

Um primeiro trabalho, que já havia lido e utilizado durante a dissertação de mestrado e que agora retomo, é a tese da professora Eliana da Costa Pereira de Menezes, intitulada *A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva* (UNISINOS, 2011). O trabalho possibilitou olhar e entender como determinadas subjetividades inclusivas foram sendo produzidas e constituídas pelas práticas escolares, de modo que os sujeitos aprendessem a se autogerir, desenvolvendo condições de inclusão e

permanência no jogo econômico do neoliberalismo. Nessa mesma via de compreensão da inclusão e de sua relação com o neoliberalismo, encontrei possibilidades para pensar e olhar a produção de modos de vida inclusivos no presente a partir de determinadas estratégias de governo que hoje vêm aperfeiçoando o imperativo da inclusão mediante a noção de sustentabilidade.

Kamila Lockmann, na tese intitulada *A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal* (UFRGS, 2013), analisa de que forma as Políticas de Assistência Social operam sobre a população na atualidade utilizando a educação escolarizada como locus privilegiado para sua efetivação. Nessa análise, a autora aponta que as Políticas de Assistência Social encontram na escola um instrumento eficaz para operar sobre a conduta dos sujeitos, gerenciando os riscos produzidos pela miséria, fome, deficiência e exclusão social, em uma tentativa de garantir a seguridade da população. Nas articulações e análises realizadas pela autora, visualizei possibilidade de pensar e discutir a operacionalização da noção de sustentabilidade dentro das políticas educacionais como estratégia de governo que opera na conduta dos sujeitos a fim de garantir que todos estejam permanentemente jogando dentro da lógica neoliberal.

Na tese de Morgana Domênica Hattge, intitulada *Performatividade e inclusão no movimento Todos Pela Educação* (UNISINOS, 2014), o foco central foi a análise das condições de proveniência e emergência do movimento Todos Pela Educação e seus efeitos no cenário educacional brasileiro. A autora destaca como principais efeitos a centralidade dos conceitos de inclusão e aprendizagem. Dos conceitos destacados, interessou-me olhar principalmente para o conceito de aprendizagem, tendo sido possível visualizar o investimento na aprendizagem pelos sujeitos com deficiência a fim de capitalizá-los para atender aos propósitos da inclusão.

Com o olhar e interesse voltados ao conceito de aprendizagem e à sua funcionalidade na Contemporaneidade, a tese intitulada *Práticas de Correção e Aprendizagem: produção de subjetividades na Contemporaneidade*, de Juliane Marschall Morgenstern (UNISINOS, 2016), dedicou-se a problematizar as práticas de correção e seus efeitos no mundo contemporâneo. Desse investimento, resultou a compreensão de que o indivíduo subjetivado para a aprendizagem permanente deve ser capaz de corrigir-se em qualquer circunstância e em qualquer momento, de modo a ajustar-se a um mundo onde a mudança é constante. O movimento realizado pela autora permitiu-me olhar e tensionar a aprendizagem permanente como condição de estar na sociedade, como estratégia de subjetivação que conduz os sujeitos

a permanecerem sempre no jogo econômico, movimentando seu modo de vida sustentável e sua inclusão sócio-produtiva.

Com a tese de Fernanda de Camargo Machado, *Racionalidade neoliberal e sensibilização para a inclusão escolar de deficientes* (UFSM, 2015), que apresenta uma análise sobre a proveniência, emergência, funcionamento e efeitos do chamado à sensibilização no país, foi possível pensar sobre os movimentos inclusivos realizados no Brasil que articulam o social e o educacional. Além disso, pôde-se perceber como determinados “chamados” e “noções” são colocados em movimento em discursos e práticas a fim de garantir a inclusão de todos e a convivência de todos com todos.

Como um dos últimos trabalhos lidos e estudados, vindo muito ao encontro de algumas questões tensionadas nesta pesquisa, a tese intitulada *A produtividade dos sujeitos com deficiência na articulação da educação profissional e tecnológica com a inclusão*, de Priscila Turchiello (UFSM, 2017), possibilitou-me pensar diferentes formas de olhar para os materiais de análise. A autora dedicou-se a compreender como a educação profissional e tecnológica investe na constituição de sujeitos produtivos na racionalidade neoliberal de matriz inclusiva. Ela aponta que a educação profissional e tecnológica e a inclusão, articuladas, funcionam como tecnologias de governo das condutas da população na esteira da racionalidade neoliberal, investindo no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a inclusão produtiva nos jogos de mercado. Nessa forma de olhar, consigo pensar e movimentar possíveis articulações entre a noção de sustentabilidade e inclusão para atender à lógica neoliberal, produzindo-se modos de vida inclusivos em que os sujeitos passam a conduzir-se de forma produtiva nos jogos de mercado. Entendo que o movimento feito pela autora abre e apresenta possibilidades de leitura de minha pesquisa, uma vez que percebo algumas noções/conceitos em comum no movimento analítico realizado, como: produtividade, capital humano, governamentalidade e biopolítica.

Olhar para essas produções acadêmicas permitiu um amadurecimento e uma ampliação nas leituras e esforços empreendidos no campo dos Estudos Foucaultianos, abrindo-me possibilidades e formas de olhar, articular e tensionar os materiais selecionados para análise nesta tese.

1.2 OLHARES E DEFINIÇÕES: DAS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À COMPOSIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

No que se refere aos materiais selecionados para o percurso investigativo, em um primeiro momento, pretendia trabalhar com políticas internacionais e nacionais produzidas por diferentes organismos internacionais. No entanto, ao acessar e analisar esses diferentes documentos, considerei interessante e produtivo focar nos documentos veiculados nacionalmente, produzidos tanto por organismos internacionais quanto pelo Governo Federal. Esses documentos referem-se a políticas, programas e produções (propagandas, campanhas e demais recursos midiáticos) publicados com a intenção de apresentar ações e princípios que norteiam a inclusão e a sustentabilidade.

Tomo esses materiais para compor o *corpus* analítico da tese enquanto produtores de discursos, permeados por relações de poder e saber que legitimam e autorizam a produção de determinadas verdades. Para tomar esses materiais como potência e produção discursiva, precisei buscar um significado para discurso, um significado operacional, como ferramenta. Para tanto, utilizo-me do significado dado por Foucault (2013), que entende discurso como uma prática – uma prática social –, sendo permeado por relações de poder.

Trazer o discurso como noção metodológica para o desenvolvimento deste trabalho a partir de Foucault (2009a) significa, precisamente, recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações, bem como a insistência de buscar o sentido último ou oculto das coisas. Fischer (2001) afirma que, para analisar os discursos em companhia da noção de discurso desenvolvida por Foucault, há o sentido de estar atento simplesmente ao nível da existência das palavras, das coisas ditas, trabalhando-se “arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar” (p. 198).

Foucault (2010c, p. 254) diz que “é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado”. Diz ele que, ao tratar o discurso como uma série de acontecimentos, é preciso estabelecer e descrever as relações que estes – que ele chama de “acontecimentos discursivos” (p. 256) – mantêm com outros acontecimentos pertencentes ao sistema econômico, ou campo político, ou instituições. Discursos são condicionados por práticas, constituem a realidade e são constituídos nas relações de poder, que produzem inúmeros saberes. Para Foucault:

[...] discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras

definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse “mais” que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2013, p.54-55).

Aqui, tomo o discurso como um “conjunto de enunciados (o que pode ser enunciável) que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2013, p. 131), adotando basicamente a definição de enunciado como “função de existência”. O enunciado é “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Ibid., p. 143).

Essa função, conforme Foucault, “em vez de dar um ‘sentido’ às unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos; abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; coloca-as em um domínio de coordenação e coexistência” (Ibid., p. 129). Ou seja, partindo desses entendimentos e movimentando-os com Foucault, um enunciado como “[...] desenvolvimento sustentável e inclusivo e estilos de vida sustentáveis [...] (ONU, 2016, p. 20)” é feito de signos, de palavras, mas o que interessa mesmo é a sua condição de enunciado, sua função de existência, que mobiliza e subjetiva condições e formas de ser e agir possíveis.

São os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso (FOUCAULT, 2009a, p. 21).

Vale ressaltar que “não há enunciado livre, neutro e independente [...], não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistência, efeitos de séries e sucessões, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2013, p. 120-121). Isso me permite compreender que os discursos estão envolvidos em relações de poder e que, ao mesmo tempo em que falam, também são pronunciados e produzem verdades.

Parto da compreensão de que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época. Assim, esta análise dos discursos veiculados sobre a inclusão e a sustentabilidade, a partir de Foucault, vai em direção ao entendimento de que um determinado objeto (como o conjunto de enunciações sobre o desenvolvimento sustentável e a inclusão) “existe sob determinadas condições, na dinâmica de um feixe de relações, e que há condições de aparecimento histórico

de um determinado discurso, relativas às formações não discursivas (instituições, processos sociais e econômicos)” (FISCHER, 2001, p. 221).

Na pretensão de operar com os materiais selecionados para análise, busquei uma forma de organização que me ajudasse a olhar para eles e os discursos ali presentes. Organizei, então, um quadro com os movimentos pretendidos na pesquisa e os documentos analisados. A partir do quadro, dividido em três grupos de materiais de análise, fui inserindo os documentos. Dessa forma, pude visualizar a possibilidade de operar com determinadas ferramentas para análise e compreensão de como esses materiais vêm produzindo condições de articulação entre a inclusão e a sustentabilidade, possibilitando a emergência discursiva da noção de sustentabilidade, a qual vem funcionando como estratégia de governo na racionalidade neoliberal.

Quadro 1 – Materiais Analíticos

POLÍTICAS DE INCLUSÃO		
G R U P O 1	Declaração Mundial de Educação para Todos	UNESCO, 1990.
	Declaração de Salamanca e Linhas de Ação para satisfazer Necessidades Educativas Especiais	UNESCO, 1994.
	Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão	BRASIL, 2001.
	Decreto nº 6.949: promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	BRASIL, 2007.
	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	BRASIL, 2008.
	Resolução Nº 4 CNE/CEB (2009): institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica.	BRASIL, 2009.
	Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011: dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.	BRASIL, 2011.
Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	BRASIL, 2015.	
INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE		
G R U P O 2	Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada	UNESCO – IBAMA, 1999
	Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	BRASIL-UNICEF, 2008.
	A Inclusão Social e os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil: uma agenda de desenvolvimento pós-2015	BRASIL, 2013.
	A Agenda pós-2015 para o Desenvolvimento: da redução da pobreza ao desenvolvimento inclusivo?	BRASIL, 2013.
	Declaração de Incheon – Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos	BRASIL, 2015
	Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	ONU-BRASIL, 2015
PARCERIAS/PROGRAMAS/MÍDIA		
G R U P O 3	Decreto n.º 6.214, de 26 de setembro de 2007. Benefício da Prestação Continuada – BPC	BRASIL, 2007
	Decreto n.º 7.612, de 17 de novembro de 2011. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites.	BRASIL, 2011.
	Portaria Interministerial Nº2, de 2 de agosto de 2012: institui o Programa de Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho – Programa BPC Trabalho	BRASIL, 2012.

Diante dessa seleção, no que se refere aos usos e “desusos” dos materiais, não busquei o esgotamento de seus ditos; o que procurei buscar e movimentar está relacionado às suas recorrências e singularidades. Os documentos não são tomados aqui em sua totalidade, como se tivessem que dar conta de todos os dados relacionados com a temática desta pesquisa. Meu movimento metodológico e analítico com a materialidade foi em direção ao que Veiga-Neto (2011a, p. 104), inspirado em Foucault, considera importante: “[...] ler o texto no seu volume e externalidade (monumental) e não na sua linearidade e internalidade (documental)”. Nesse sentido, na leitura e análise dos materiais, busquei selecionar as recorrências discursivas que me possibilitassem tensionar minha vontade de saber nesta pesquisa.

Com a organização da materialidade e da análise em busca das recorrências, tomando como lentes teóricas os Estudos Foucaultianos, fui montando minha caixa de ferramentas, elegendo aquelas que consegui visualizar funcionando e operando na pesquisa. Cabe destacar que as ferramentas selecionadas e utilizadas na análise do material não foram eleitas *a priori*, elegendo-se primeiro o conceito teórico para depois buscar nos materiais uma possibilidade de encaixe. Ao assumir uma postura teórico-metodológica filiada aos Estudos Foucaultianos, entendo ser necessário primeiramente ir até os materiais, trabalhar com eles, atentar às suas discursividades, e assim buscar e selecionar as ferramentas teóricas que se mostrarem úteis e funcionais.

A seguir, apresento como e quais ferramentas foram selecionadas, a partir da possibilidade de funcionamento de cada uma.

1.3 RUMOS METODOLÓGICOS: POSSIBILIDADES E ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Delineadas as formas da pesquisa e o risco de transitar por esse limiar de pesquisa que venho desenhando, onde pretendo compreender a relação produzida entre a inclusão e a sustentabilidade a partir de um contexto neoliberal, faço algumas escolhas teórico-metodológicas que se apresentam como possibilidades, dentre muitas, de leitura e análise dos materiais. À medida que adentrei em alguns documentos, percebi como os discursos ali presentes sobre a inclusão e a sustentabilidade estão organizados de tal forma que a educação é trazida como elemento chave para o funcionamento e produção de um modo de vida na sociedade contemporânea, gestada pela governamentalidade neoliberal.

Foucault oferece-nos uma caixa de ferramentas para que as usemos da forma que melhor nos convier em nossos processos de análise. Oferece-nos possibilidades de olhar as

coisas de outra maneira – não de segui-lo ou reproduzi-lo, mas de usá-lo a partir de nossos contextos e nas condições de possibilidade em que estamos sendo produzidos. Transitar e traçar um caminho nessa perspectiva requer arriscar-se constantemente; arriscar-se ao não aceitar as coisas dadas e produzidas como naturais; arriscar-se a não reproduzir o já conhecido e naturalizado; arriscar-se a produzir outros discursos, outras formas de pensar.

Essa opção pelos riscos dá-se em virtude de minha constante tentativa de não cair nos enredos cartesianos, nas armadilhas das questões “o que é a inclusão”, “como fazer boas práticas de inclusão”, “como ser realmente inclusivo”, ou ainda, “quais os benefícios da inclusão para as pessoas com deficiência”. Esse caminho de riscos que escolho percorrer neste processo de escrita me constitui e me produz enquanto pesquisadora no curso de doutorado. Essa via me produz sujeito deste tempo, desta racionalidade – sujeito que, para Foucault, é objeto de saber e de poder; que se conduz e se produz em meio a relações de saber e poder; que faz escolhas a partir de práticas discursivas que o subjetivam e o produzem como efeito do discurso. Não é o poder, mas o sujeito, o tema que constituiu as pesquisas de Foucault. “Se o sujeito está preso em relações de produção e em relações de sentido, ele está também preso em relações de poder de uma grande complexidade” (FOUCAULT, 2014a, p. 119).

Nessa perspectiva, direciono meus movimentos de escrita com a intenção de entender como a estratégia de governo da sustentabilidade vem possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão em uma racionalidade neoliberal. A partir da imersão e investimento nos documentos que compõem o *corpus* analítico da pesquisa, pude visualizar o funcionamento da ferramenta analítica da caixa de Foucault: **governo**¹³. Juntamente com essa ferramenta, algumas noções transversais fizeram-se necessárias para leitura e análise das recorrências encontradas: neoliberalismo, biopolítica e capital humano.

Destaco ser necessário esclarecer que, em um primeiro momento de composição e leitura da materialidade analítica, tomei o conceito foucaultiano de governamentalidade como uma ferramenta analítica e operacional. No entanto, à medida que as leituras e análises dos materiais foram sendo aprofundadas, juntamente com leituras e estudos de outros trabalhos, como os de Lockmann (2013) e Turchiello (2017), passei a compreendê-lo nesta escrita como uma noção metodológica que me permite entender como são colocadas em funcionamento, a partir da noção de sustentabilidade, práticas de governo dos sujeitos, em um estado permanente de governo de si e dos outros.

¹³ Veiga-Neto (2005, p. 82), sugere que — “[...] o vocábulo governo – o único usado em textos foucaultianos, seja nas traduções para a língua portuguesa, seja nos textos escritos por autores de língua portuguesa – passe a ser substituído por governo nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar”.

Considero importante contextualizar neste momento, mesmo que de forma breve, como venho entendendo a noção de governamentalidade e como a vejo funcionando na leitura deste trabalho. A escolha de fazer essa discussão aqui não tem o objetivo de trazer teoricamente o conceito para posteriormente “aplicá-lo” nos excertos e análises do material, mas de sinalizar como ele é central, uma vez que o vejo movimentando e possibilitando a leitura de todo o contexto analítico da pesquisa. Não se trata apenas de um conceito a ser aplicado, mas de uma noção que envolve toda uma compreensão de “mundo”, de governo, de razão governamental.

A partir disso e da leitura de Lockmann (2013), trago uma explicação de Castro (2016) na qual é possível perceber que a noção de governamentalidade, desenvolvida por Foucault primeiramente no curso *Segurança, território, população* (aula de 1º de fevereiro de 1978) e posteriormente em *Nascimento da biopolítica* (1979), expressa duas formas distintas de entendê-la, porém estritamente relacionadas.

o estudo das formas de governamentalidade implica a análise de formas de racionalidade, de procedimentos técnicos, de formas de instrumentalização. Trata-se, nesse caso, do que se poderia chamar de ‘governamentalidade política’. [...] A análise da governamentalidade abarca [também], em um sentido muito amplo, o exame do que Foucault denomina as artes de governar (CASTRO, 2016, p.191).

O primeiro sentido atribuído à noção de governamentalidade refere-se a compreendê-la como uma forma de racionalidade, isto é, uma forma política, social e econômica de ser do pensamento, que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado tempo e em uma determinada sociedade. Lockmann (2013, p. 57) diz que entender a governamentalidade a partir deste sentido significa

entendê-la como certa lógica que coloca em funcionamento determinadas técnicas que objetivam conduzir as condutas dos sujeitos e das populações. [...] de como pensamos a ação de governar, ou ainda de como as tecnologias de governo são empreendidas a partir de uma racionalidade política que as coloca em operação numa época dada.

Conforme Avelino (2010, p. 22), “Por racionalidades, Foucault entendia os conjuntos de prescrições calculadas e razoáveis que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos; nesse sentido as racionalidades induzem uma série de efeitos sobre o real”. Portanto, refere-se ao modo como pensamos a ação de governar, à maneira como são empreendidas as tecnologias de governo a partir de uma racionalidade política que as coloca em operação em uma determinada época. Assim, é possível entender que os

procedimentos, as tecnologias e as práticas empregadas para governar são produzidas e orientadas por uma determinada forma de racionalidade.

A compreensão dessa forma da governamentalidade como uma forma de racionalidade me possibilitou pensar como uma determinada racionalidade organiza formas específicas de conduzir as condutas dos sujeitos e das populações, permitindo a emergência de diferentes estratégias, dentre elas, a noção de sustentabilidade. Com essa leitura da governamentalidade, consigo compreender como a noção de sustentabilidade funciona como uma estratégia de governo numa racionalidade neoliberal.

O segundo entendimento de governamentalidade apresentado por Castro (2016) refere-se ao estudo do deslocamento histórico das formas de conduzir as condutas dos sujeitos e da população ao longo da história do Ocidente, desenvolvido por Foucault (2008a). Trata-se, como o próprio filósofo destaca, de “uma história da governamentalidade”. Nesse estudo, Foucault mostra como existiram diferentes formas de governar: desde uma forma de conduzir as condutas, relacionada à chamada “pastoral das almas”, até a emergência de um “governo político dos homens”.

Entender os deslocamentos históricos apresentados por Foucault, referentes às diferentes práticas de governo, também se constitui como central, na medida em que me possibilita compreender a emergência discursiva da noção de sustentabilidade e seu funcionamento a partir de uma racionalidade neoliberal. Diante disso, entendo que a governamentalidade se torna um conceito central nesta pesquisa. Como racionalidade, uma vez que me permite olhar as práticas de governo colocadas em funcionamento a partir da noção de sustentabilidade e suas vinculações com a forma de ser do sujeito; e como história das artes de governar, possibilitando, a partir de algumas ferramentas, compreender a emergência discursiva da sustentabilidade e seu funcionamento como estratégia de governo na Contemporaneidade.

Tomar a governamentalidade como noção metodológica neste trabalho possibilita analisar o exercício de um poder que se ocupa do governo dos sujeitos (governo de si) e da população (governo dos outros). Nesse contexto, encontro na governamentalidade condições para pensar em como são colocadas em funcionamento determinadas estratégias que têm como objetivo conduzir as condutas dos sujeitos na Contemporaneidade, a partir da articulação da noção de sustentabilidade com a inclusão.

Com essas delimitações metodológicas necessárias, considero importante trazer aqui mais algumas compreensões sobre a noção de governamentalidade, a partir dos cursos ministrados por Michel Foucault no Collège de France: *Segurança, território, população*

(1977-1978), *Nascimento da biopolítica* (1979) e, ainda de forma bastante cautelosa, *Do governo dos vivos* (1980).

Este último curso, *Do governo dos vivos*, traz novas dimensões para a noção de governamentalidade, ampliando a compreensão do governo político dos sujeitos para um governo ético dos sujeitos, ou seja, o governo que o sujeito exerce sobre si mesmo a partir da relação com a verdade – trata-se da noção de “governo pela verdade”. Nessa compreensão de um possível “alargamento” da noção de governamentalidade, Lockmann (2013) diz que, nos cursos *Segurança, território, população* (1977-1978) e *Nascimento da biopolítica* (1979), tínhamos o entendimento de que,

para cada época histórica e para cada sociedade, podem ser identificados traços específicos de racionalidade particular, orientada e conduzida por determinados princípios considerados verdadeiros naquele período. Essa racionalidade não é apenas produzida por esses princípios verdadeiros, mas também os produz e se manifesta mediante regimes de verdade específicos que vão, ao mesmo tempo, conduzir as condutas dos sujeitos e se atualizarem por meio dessas práticas de condução. Trata-se então, de uma relação sempre imanente, a partir da qual a racionalidade é, ao mesmo tempo, produto e produtora de regimes de verdade (LOCKMANN, 2013, p. 60).

Portanto, com esse desenvolvimento da noção de governamentalidade, Foucault tinha como objetivo analisar como, em cada época, determinadas práticas de governo eram colocadas em funcionamento com o objetivo de conduzir as condutas dos outros.

Foi somente a partir do curso *Do governo dos vivos* que Foucault possibilita, com a emergência da noção de governo pela verdade, uma discussão sobre o governo de si e as relações que o sujeito estabelece com a verdade. Nesse curso, ao fazer referência a Habermas, Foucault distingue três tipos de técnicas predominantes na sociedade: as técnicas de produção; as técnicas de significação; e as técnicas de dominação. Dessas, Foucault interessa-se principalmente pelas últimas, as técnicas de dominação, e inclui um quarto tipo: “as técnicas de si”.

Com essas novas configurações do pensamento de Michel Foucault, podemos perceber uma importante relação entre governamentalidade e governo pela verdade, compreendendo-as não como duas noções distintas, mas, conforme sinalizado anteriormente, como “um alargamento da própria noção de governamentalidade que passa a incorporar agora a noção de governo pela verdade” (LOCKMANN, 2013, p. 62).

Destaco novamente que considero importante sinalizar aqui algumas compreensões sobre a noção de governamentalidade, uma vez que vem operando como noção metodológica na leitura e análise deste trabalho. Portanto, ampliar o entendimento dessa noção a partir

dessas novas configurações que contemplam o governo pela verdade torna-se central nesta escrita e ao mesmo tempo desafiador. Continuarei, então, trazendo alguns entendimentos a fim de sinalizar ao leitor como eles se tornam importantes à medida que vão aparecendo no movimento de análise e escrita desta tese.

Tomar o “alargamento” da noção de governamentalidade possibilita entender que, a cada momento histórico, há uma racionalidade política constituída por um conjunto de verdades que circulam naquele momento específico. Para Lockmann (2013), essas verdades, que são ao mesmo tempo produto e produtoras da racionalidade, incidem sobre os sujeitos, conduzindo suas condutas (governo dos outros) e fazendo com que cada um as tome verdades para si mesmo e as naturalize como princípios condutores da própria existência (governo de si). Dessa forma, o encontro entre as noções de governamentalidade e governo pela verdade, que se efetivam pelo sujeito, Foucault denomina de governo.

O encontro entre as maneiras pelas quais os indivíduos são dirigidos por outros e os modos como conduzem a si mesmo, é o que se pode chamar, creio, de *governo*. Governar pessoas, no sentido geral da palavra não é um modo de forçá-las a fazer o que o governo quer; é sempre um ponto de equilíbrio, com complementaridades e conflitos entre técnicas que garantem a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por ele mesmo (FOUCAULT, 2011, p. 155-156).

Nesse sentido, direciono meu olhar ao funcionamento da noção de sustentabilidade como uma estratégia da governamentalidade neoliberal, diante da relação entre as formas de governar os sujeitos, empreendidas em uma racionalidade específica, e as formas como os próprios sujeitos tomam verdades para si e passam a operar sobre si a partir delas. Na medida em que entendo a sustentabilidade como uma estratégia da governamentalidade neoliberal que vem funcionando como uma estratégia de governo a partir do imperativo da inclusão, penso que ela se encontra vinculada a uma racionalidade política neoliberal sustentada por meio de determinadas verdades que atuam sobre os sujeitos, desenvolvendo ao mesmo tempo um governo político (governo dos outros) e um governo ético (governo de si).

Assinalando a amplitude, complexidade e importância, neste trabalho, da noção de governamentalidade, compreendida nas duas formas discutidas até aqui – do governo dos outros e do governo de si –, lanço-me agora na tentativa de descrever e expor, a partir dos estudos de Foucault, a análise que o filósofo empreendeu sobre a governamentalidade no que ele denomina “as artes de governar”. Em seus estudos sobre o governo e as artes de governar, Foucault (2008a) destaca um fenômeno importante na história do Ocidente, a “governamentalização do Estado”. Ele aponta que “o que há de mais importante para a nossa

modernidade, isto é, para a nossa atualidade, não é, portanto, a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de governamentalização do Estado” (Ibid., p. 142-143).

Nessa empreitada sobre a problemática do governo, Foucault (2008a) assenta sua emergência a partir da crise do pastorado nos séculos XV e XVI. Nessa localização, emerge a preocupação com as formas de governo, cujo objetivo estava voltado à aplicação da economia no seio do exercício político, uma vez que “[...] a arte de governar é, precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia” (Ibid., p. 127). Trata-se de um tipo de poder que não se exerce sobre um território, uma cidade ou um Estado, mas age sobre os indivíduos, sobre coletividade e multiplicidades em movimento. Ou seja, “[...] nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (p. 164).

Diante do pensamento de Michel Foucault sobre essa forma de conduzir os homens chamada de poder pastoral, Noguera-Ramírez (2009, p. 33) salienta quatro características principais:

- 1) É um poder que não se exerce sobre um território; por definição, é um poder que se exerce sobre um rebanho em seu deslocamento;
- 2) É um poder benévolo, seu alvo é a salvação do rebanho;
- 3) É um poder que se manifesta como um dever, uma missão. O pastor se caracteriza, não por sua superioridade, por seu poderio, mas por sua dedicação, aplicação, zelo;
- 4) É um poder individualizante, o pastor vela tanto pelo rebanho inteiro como por cada uma das ovelhas, deve ficar de olho sobre todos e sobre cada um, *omnes e singulation*.

Portanto, o objetivo do poder pastoral é a condução dos indivíduos à salvação. Nesse exercício de poder, é possível relacionar três elementos centrais: a salvação, a lei e a verdade. Foucault (2008a, p. 221) diz que “[...] só se pode alcançar a salvação e submeter-se à lei com a condição de aceitar, de crer, de professar certa verdade [...] o pastor guia para a salvação, prescreve a lei, ensina a verdade”. Portanto, no poder pastoral, a tarefa de ensinar a verdade deve constituir-se em uma ação de direção, de condução da conduta dos sujeitos na vida cotidiana. Com esse entendimento, desenvolvo uma análise do poder pastoral e aponto a relação entre ele e algumas práticas desenvolvidas com os sujeitos a partir da noção de sustentabilidade, que opera na condução da conduta dos sujeitos com base em um discurso que prevê que “ninguém será deixado para trás”.

Diante da crise do pastorado, quando as formas de governar até então empregadas passam a ser questionadas, podemos observar uma série de deslocamentos que inauguram uma nova forma de exercer o poder, segundo regras racionais. Dentre esses deslocamentos,

destaca-se a razão de Estado, não mais com base em leis divinas ou naturais, mas a partir de princípios que constituem a realidade específica do Estado. Assim, vemos emergir a arte de governar denominada “Razão de Estado”, que se diferencia dos modelos de governar do soberano e do Príncipe, caracterizando essa nova forma de poder, centrada no Estado, este entendido “muito mais em termos de sua população do que de seu território” (VEIGA-NETO, 2000, p. 181).

Nessa nova arte de governar – a razão de Estado –, podemos sinalizar duas tecnologias diferenciadas que serviram de estrutura: a técnica diplomático-militar e a polícia. Foucault (2008a) sinaliza que o sistema diplomático-militar buscava assegurar e desenvolver as forças do Estado, regulando as ações externas por meio de alianças e organização de um sistema armado; já a polícia era voltada aos meios necessários para fazer o Estado crescer do seu interior. Turchiello (2017, p. 63) destaca que “a razão governamental política toma como objeto a junção população-riqueza, focando na segurança e no desenvolvimento do próprio Estado”.

Portanto, o sistema diplomático-militar e a polícia operam no interior de uma arte de governar, a Razão de Estado, por meio de estratégias e intervenções distintas. A sociedade disciplinar, abordada por Foucault, está relacionada com a razão de Estado, uma vez que podemos observar “[...] uma sociedade regulamentada, anatômica, hierarquizada, com seu tempo cuidadosamente distribuído, seus espaços quadriculados, suas obediências e suas vigilâncias” (FOUCAULT, 2009b, p. 370). Desse modo, as disciplinas mantêm a relação com a razão de Estado, justamente porque se tem em vista que essa arte de governar coloca como objetivo constituir um Estado administrado e fazer a regulação das condutas.

Porém, Foucault (2008a) ressalta que até o século XVIII essa arte de governar, denominada Razão de Estado, se encontrava bloqueada por razões que ele qualifica como históricas e políticas (institucionais e teóricas) e, ainda, por uma ideia de economia direcionada a um pequeno grupo, constituído pela família e caracterizado como estreito, frágil e inconsistente para pensar a gestão governamental do Estado. Dessa forma, o desbloqueio das artes de governar está relacionado com a expansão demográfica, a abundância monetária e o aumento da produção agrícola, que se inserem mais precisamente na emergência do problema da população. Foucault (2008a, p. 138) diz que

[...] Foi através do desenvolvimento da ciência do governo que a economia pôde recentrar-se num certo nível de realidade que caracterizamos agora como econômica, e foi também através do desenvolvimento da ciência de governo que foi possível recortar o problema específico da população. [...] essa mesma estatística vai se tornar o fator técnico principal, ou um dos fatores técnicos principais, desse desbloqueio.

Portanto, podemos compreender que a emergência do problema da população, associada à estatística, possibilitou as condições para o desbloqueio da arte de governar. Com isso, podemos observar a população passando a constituir-se como objetivo final do governo, ou seja, o governo se dá a fim de melhorar as condições de vida da população – a população, “muito mais que o poder soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Nesse viés, em que a população se encontra como objeto que o governo deverá levar em consideração para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida, é que se encontra mais um fator importante no desbloqueio das artes de governar: o nascimento da “economia política”. Foucault (2008a, p. 140-141) destaca que “é apreendendo essa rede contínua de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada ‘economia política’ e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população”. O autor aponta que a passagem de um regime soberano para um regime do governo se faz no século XVIII por meio da população e, por conseguinte, mediante a ciência que ele denominou de “economia política”.

Podemos entender, assim, que, para governar a população de forma mais eficaz, é necessário produzir um saber sobre ela, o que se torna possível a partir da estatística enquanto ciência do Estado que passa a quantificar os acontecimentos populacionais cuja frequência e regularidade precisam ser apreendidas e conduzidas. Com a constituição de um saber que engloba os processos coletivos da população, possibilita-se o nascimento da economia política, permitindo uma intervenção governamental. Com isso, é possível destacar, mesmo de forma breve, os três fatores principais do desbloqueio das artes de governar: a eliminação da família como modelo de economia (a emergência do problema da população); a população como objetivo final do governo; e o nascimento da economia política.

Os deslocamentos nas artes de governar destacados acima, desenvolvidos desde a Idade Média até o século XVIII, possibilitaram o que Foucault (2008a) chamou de “governamentalização do Estado”. Conforme Veiga-Neto (2003, p. 86-87, grifos do autor),

O Estado moderno havia se governamentalizado como resultado de uma sequência de eventos e arranjos políticos: partindo das Sociedades da Lei dos *Estados de Justiça* – na Idade Média –, e passando pela sociedade de regulamento e disciplina dos *Estados Administrativos* –, nos séculos XV e XVI –, havia chegado à sociedade de segurança dos *Estados de Governo* (ou Estados modernos) – a partir do século XVIII.

Os movimentos observados nessa história, envolvendo as mudanças e deslocamentos das artes de governar, a emergência da população como objetivo e alvo do governo, a economia política como campo de saber e os dispositivos de segurança como instrumento técnico, constituem, a partir do século XVIII, o que chamamos de governamentalidade.

Ressalto novamente que a governamentalidade ganha espaço nesta escrita como noção metodológica, uma vez que a compreendo no que diz respeito tanto “ao que os sujeitos fazem para si mesmos quanto ao que lhes é feito” (DOHERTY, 2008, p. 205). Foucault entende governamentalidade como um

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais, os dispositivos de segurança [...] linha de força que, em todo o ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência deste tipo de saber que se pode chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, que levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que no séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2010a, p. 303).

Ao analisar o que o autor propõe com essa noção, entendo-a como consistindo em uma forma de exercer o poder sobre a população, utilizando-se de procedimentos, reflexões, cálculos, análises e táticas como instrumentos essenciais para a regulação das condutas. Compreendo-a como uma arte de governar, de conduzir as condutas – próprias e/ou dos outros – em jogos estratégicos de poder e liberdade. A governamentalidade tem relação com os jogos de verdade, com a razão de Estado, com as artes de governar, com o governo dos homens, com a condução das condutas individuais e coletivas dos sujeitos e com modos de gerenciar suas vidas. Ou seja, o governo e as artes de governar referem-se a uma ação sobre as condutas individuais e coletivas que o Estado, como instância mais visível, toma como elemento de sua racionalidade.

Portanto, esse processo de “governamentalização do Estado” encontra-se vinculado também à constituição da biopolítica, em que os fenômenos da população passam a ser racionalizados, em um processo que se inscreve nos marcos da racionalidade política do liberalismo (CASTRO, 2016). O liberalismo surge em meados do século XVIII como uma nova arte de governar, cujo preceito é a ideia de que sempre se governa demais e que, por isso, a limitação do poder de governar a partir do interior do Estado é necessária. Conforme Gadelha (2009, p. 119), a analítica foucaultiana toma o liberalismo “[...] não como ideologia,

ou como representação social, senão como crítica estratégica de um tipo de arte de governar assentada numa razão de Estado”. Dessa forma, com base em Foucault (1997), entendo que o princípio do liberalismo é “governa-se sempre demais” e que, portanto, a regulação do Estado é necessária, de maneira que sua intervenção seja mínima na economia, deixando as leis naturais do mercado e da sociedade agirem.

Cabe destacar que o liberalismo toma o mercado como um lugar privilegiado que permite limitar a ação do governo. Conforme Foucault (2008b), o mercado começa a ser compreendido como lugar de formação da verdade, ou seja, o mercado deve expor algo como uma verdade, deve dizer a verdade sobre a prática governamental, segundo aponta Lockmann (2013). Essa verdade deverá surgir dos processos naturais e espontâneos do mercado; portanto, nada de intervenções – a arte liberal de governar deve ser regulada pela naturalidade do mercado.

Castro (2014, p. 114) diz que a preocupação fundamental do liberalismo “[...] não é regulamentar a vida dos cidadãos, mas, ao contrário, limitar o exercício do poder estatal a partir da própria prática de governo”. Assim, o que a governamentalidade implica é o máximo governo com o mínimo exercício de poder. Dessa forma, ao entender o liberalismo como prática crítica da governamentalidade, de sua possibilidade e legitimidade, Foucault permite-nos perceber como a crítica liberal se volta à sociedade, uma vez que “considera que a sociedade (formada de indivíduos livres, empreendedores – no sentido moderno do termo –, etc.), essa nova variável introduzida pela crítica liberal, guardaria para com o Estado uma relação ambígua, tanto em seu interior como seu exterior” (GADELHA, 2009, p. 138).

Com a introdução do fator “sociedade” e, portanto, do problema da população, a governamentalidade liberal traduz um novo problema, do qual procura dar conta, nos termos de um conflito entre liberdade e segurança. Gadelha (2009) diz que, em *Nascimento da biopolítica*, nas aulas de 17 e 24 de janeiro, Foucault se dedica a discutir essa nova forma de governamentalidade que advém com o liberalismo, voltando-se para as questões dos fisiocratas, da economia política e do liberalismo clássico, sendo possível destacar os seguintes temas:

[...] a constituição do mercado como lugar de verdade (e não mais apenas como domínio de jurisdição), a questão da utilidade (utilitarismo inglês) e sua relação com a limitação do exercício das forças estatais, a noção de interesse como operadora desse novo tipo de governamentalidade e a ampliação dessa nova racionalidade governamental (estendida à escala mundial). Além disso, Foucault problematiza também os princípios e instrumentos dessa nova forma de governamentalidade (GADELHA, 2009, p. 139-140).

Os princípios, destaca o autor, referem-se ao que Foucault denominou de um “naturalismo governamental”, à produção da liberdade e ao problema da arbitragem liberal. Já no que diz respeito aos instrumentos, estão relacionados com a gestão dos perigos e a instituição de mecanismos de seguridade, com os controles disciplinares e com as políticas intervencionais (GADELHA, 2009).

Destaco a questão da liberdade, pois, a partir dela, consigo localizar e pensar algumas estratégias colocadas em funcionamento em nome da sustentabilidade com o imperativo da inclusão. Na leitura do trabalho, a compreensão da liberdade se dá na medida em que entendo que a liberdade não pode constituir-se como um perigo, ou seja, a liberdade dos sujeitos não pode dar-se de maneira que coloque sob ameaça os demais sujeitos da população. É possível, então, compreender o liberalismo como uma relação permanente entre liberdade e segurança; como evidencia Castro (2014, p.114), “[...] a época do liberalismo não é a época da liberdade, mas da segurança”.

De acordo com Foucault (2008b), a liberdade (de mercado, do vendedor, do comprador, de discussão, entre outras) é necessária para que a prática governamental liberal funcione. No entanto, esse consumo e produção “em massa” da liberdade não se dá a partir da ideia “seja livre”, pois o liberalismo, ao produzir a verdade, necessita organizá-la, delimitar relações, controles e coerções, de modo que a segurança funcione como um princípio de cálculo dos custos implicados nessa fabricação de liberdade. Foucault (2008b, p. 89) diz que “[...] a arte liberal de governar vai ser obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diferentes interesses – individuais no que tem de divergente uns dos outros, eventualmente de oposto – não constituirão um perigo para o interesse de todos”. Essa compreensão da arte liberal de governar em relação à liberdade e à segurança possibilita entender como são investidas práticas de governo das pessoas com deficiência a partir da operação de determinadas estratégias inclusivas sustentáveis, de forma que a condição de vida desses sujeitos, considerados marginalizados e “improdutivos”, não se torne um perigo à segurança de todos e ao desenvolvimento da sociedade¹⁴. Em uma leitura ampla das políticas de inclusão a partir das compreensões e noções aqui articuladas dos estudos pós-estruturalistas e de autores como Veiga-Neto e Lopes (2007), Lopes (2009b), Lopes e Rech (2013), Menezes (2011) e Turchiello (2017), dentre outros, é possível perceber que, colocadas em funcionamento na Contemporaneidade, as políticas de inclusão encontram, nas práticas disciplinares e biopolíticas, condições de controle e regulação da população para

¹⁴ O conceito de desenvolvimento será trabalhado de forma mais analítica e operacional no Capítulo 2, onde o visualizo como fio condutor da articulação entre sustentabilidade e inclusão.

que haja uma gestão das liberdades individuais e coletivas com vistas à manutenção da seguridade de todos.

Nesse sentido, podemos perceber a emergência de uma nova forma de poder, um poder diferente, um poder sobre a vida, um poder que se ocupa não apenas do indivíduo, como na anátomo-política disciplinar, mas que se direciona à população, a uma biopolítica da espécie humana, consolidando-se com a emergência do liberalismo. Segundo Foucault (2015, p. 149-150),

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.

O poder sobre a vida – ou seja, a entrada dos fenômenos relacionados à vida da espécie humana no campo das técnicas políticas – ocorre nos países ocidentais durante o século XVIII e está ligado ao desenvolvimento do capitalismo. Lockmann (2013) destaca que esse poder sobre a vida (biopoder) toma como alvo não só a vida do indivíduo, mas a vida da população no seu conjunto, desenvolvendo estratégias para gerenciá-la, potencializá-la e defendê-la dos perigos produzidos no cotidiano de convivência das pessoas. Segundo Fonseca (2008, p. 157),

Nos procedimentos da biopolítica, trata-se não apenas de distribuir, vigiar e adestrar os indivíduos no interior de espaços determinados (como por exemplo, no interior de instituições como a prisão, o hospital, a fábrica), mas trata-se de dar conta de fenômenos mais amplos da vida biológica. Trata-se de organizar um “meio” que permita circulações; trata-se de regular processos da vida (como a natalidade, mortalidade, a morbidade, os deslocamentos) segundo o princípio geral da “segurança”; trata-se, em suma, de atuar sobre fenômenos naturais que se manifestam em uma determinada população.

Dessa forma, visualizo estratégias sendo colocadas em operação no investimento sobre a vida do sujeito com deficiência pela articulação da sustentabilidade e da inclusão. Investe-se em determinadas condições de vida desses sujeitos para que possam, a partir do

empresariamento e investimento em si, manter-se em fluxo nas redes de mercado, de maneira que não coloquem em perigo as necessidades e relações com o outro, ou seja, eles devem manter-se nas redes de forma sustentável. Ao tomar a inclusão como uma estratégia biopolítica da governamentalidade neoliberal, anoro-me novamente em Foucault e em suas teorizações sobre as vertentes neoliberais – a alemã e a norte-americana –, analisadas pelo filósofo mediante a crise do liberalismo no século XX. Essas duas vertentes apresentam diferenças importantes. Esclareço que não tenho como objetivo realizar uma descrição extensa e minuciosa das análises empreendidas por Foucault nessas duas vertentes, mas sinalizar as compreensões sobre elas que se mostram produtivas no trabalho.

O neoliberalismo alemão, ou o *ordoliberalismo*, estruturou-se a partir de uma crítica ao Estado nazista, em que podemos ver desenvolver-se, no contexto da Alemanha, um marco institucional e jurídico com vistas a estabelecer garantias e limitações das leis (FOUCAULT, 2008b). Trata-se de uma versão do liberalismo que se ocupa com a liberdade de mercado como “princípio organizador e regulador do Estado” (Ibid., p. 158). Com isso, é possível pressupor que há uma inversão da arte liberal de governar, ou seja, não mais o Estado define a liberdade de mercado, mas a liberdade de mercado é que permitirá fundar a legitimidade de um Estado.

Na leitura dos ordoliberais, se a liberdade de mercado é que passa a legitimar o Estado, esse mercado não pode mais ser analisado de uma perspectiva da naturalidade, como no liberalismo clássico, citado anteriormente nesta seção. Em tal conjuntura, a concorrência, como princípio de mercado, “[...] possui uma lógica interna, tem sua estrutura própria [...] É, de certo modo, um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos” (FOUCAULT, 2008b, p. 163). Dissociando-se do princípio político do *laissez-faire*, o que podemos ver configurar-se, conforme salienta Foucault (2008b), é a necessidade de “governar para o mercado”.

O neoliberalismo alemão caracteriza-se como uma política de sociedade, uma política que considera os fenômenos próprios da sociedade, nela intervindo, e não na economia, como esperado pelos fisiocratas. Foucault (2008b, p. 194) enfatiza que

[...] tanto a intervenção governamental deve ser discreta no nível dos processos econômicos propriamente ditos, como, ao contrário, deve ser maciça quando se trata de um conjunto de dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos, digamos, grosso modo, sociais, que vão se tornar agora cada vez mais objeto de intervenção governamental.

Assim, as ações gestadas nesse âmbito neoliberal potencializam o social para que a economia possa desenvolver-se, isto é, há uma “política social ativa, intensa e intervencionista” (ibid., p. 189). Aqui, sinalizo a possibilidade de compreender as ações voltadas à sociedade, e não diretamente a aspectos econômicos, como um investimento em políticas educacionais e sociais. Na atualidade, podemos visualizar as políticas de inclusão sendo articuladas com a noção de sustentabilidade, a fim de funcionarem como operacionalizadoras de determinadas estratégias, visando ao desenvolvimento econômico do Brasil. Segundo Foucault (2008b, p. 277), “não se deve intervir no processo econômico, mas em benefício do processo econômico”.

Nesse contexto, considerando os discursos analisados nesta pesquisa, arrisco-me a inferir que as intervenções na sociedade, mediante a noção de sustentabilidade, articulada ao imperativo da inclusão, têm o objetivo de fortalecer o mercado, na medida em que pretendem dar condições mínimas para que todos os sujeitos, inclusive os que foram “deixados para trás”, possam e devam participar da dinâmica competitiva. Portanto, as políticas de inclusão fazem parte da racionalidade política neoliberal que engendra as práticas de governo atuais.

Com a compreensão do neoliberalismo alemão demarcada, volto-me agora à vertente do neoliberalismo norte-americano. Foucault (2008b) sinaliza que o principal aspecto do neoliberalismo norte-americano se refere a essa versão do liberalismo, de estender a racionalidade do mercado para domínios que não se restringem à economia. Nesse modelo de neoliberalismo, diferentemente do alemão, a liberdade de mercado não é compreendida apenas como princípio organizador do Estado. Conforme destaca Fonseca (2008, p. 160), “trata-se de generalizar a forma política do mercado para todo o corpo social, de modo que esta – a economia do mercado – funcionará como um princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos individuais”.

Uma das principais diferenças entre o neoliberalismo que se desenvolveu nos EUA e o neoliberalismo do contexto alemão deve-se ao fato de que, “enquanto no primeiro o liberalismo perfaz ‘toda uma maneira de ser e de pensar’, uma espécie de ‘reivindicação global’ [...] no segundo, ele aparece mais como espécie de opção, como uma alternativa ‘formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental’ (GADELHA, 2009, p. 142).

As problematizações de Foucault na análise do neoliberalismo americano dão-se a partir de dois elementos: a teoria do capital humano e a análise da criminalidade e da delinquência. Desses elementos, dedico-me a olhar apenas para a teoria do capital humano,

uma vez que, ao empreender a análise da sustentabilidade como estratégia de governo que atualiza o imperativo da inclusão, pude observar que um dos principais investimentos dessa prática de governo se direciona à produção do sujeito com deficiência como capital humano. Trata-se de um sujeito que investe em si, em sua produtividade, apresentando modos e formas de gerir sua própria inclusão sem representar um “ônus” ao Estado, ou seja, um sujeito sustentável que garante o desenvolvimento da sociedade.

A teoria do capital humano foi formulada por Theodore Schultz, economista da Escola de Chicago, entre o final da década de 1950 e o começo da década de 1960. Consiste em entender um conjunto de habilidades e capacidades humanas como capital. Nessa teoria, conforme Lopes-Ruiz (2007, p. 18), “o humano, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias do homem, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital”. Na teoria do capital humano, a análise da conduta e dos comportamentos dos indivíduos dá-se a partir de uma racionalidade empresarial, em que o indivíduo é tomado como uma empresa para si mesmo, que empreende em si a aprendizagem e o desenvolvimento de determinadas condições para produzir-se enquanto capital humano, útil e produtivo na Contemporaneidade.

Dessa forma, à medida que se compreende que as habilidades e competências dos indivíduos são tomadas como capital humano, individual, que se constituiu a partir da condução do sujeito para essa prática, é possível perceber, conforme Schultz (1973, p. 65), que o que está atrelado a isso é a “[...] a proposição de que as pessoas incrementam as suas capacitações como produtores e como consumidores investindo em si mesmas”. Em relação a esse tipo de investimento, Gadelha (2009, p. 150) corrobora: “com efeito, a capacitação e a formação profissional dos indivíduos aparecem aqui como elementos estratégicos a serem investidos por essa nova modalidade de governamentalidade”. Entendo que tais considerações possibilitam a aproximação e leitura de algumas práticas educacionais com a teoria do capital humano a partir de uma governamentalidade neoliberal.

Com a escolha e exposição das ferramentas que me acompanharão e as delimitações conceituais e metodológicas sinalizadas, procuro realizar um exercício de análise inspirada nas teorizações de Foucault. Pretendo olhar para as diferentes práticas que constituem os sujeitos com deficiência como sujeitos sustentáveis dentro desta ordem, desta racionalidade que venho compreendendo, a partir dos Estudos Foucaultianos, como neoliberal.

Foucault (2012), em *Microfísica do poder*, traz o movimento genealógico como uma insurreição dos saberes – saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, “mas antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma

sociedade como a nossa” (FOUCAULT, 2012, p. 268). Com inspiração em Foucault, em seu exercício genealógico, pretendo compreender como a sustentabilidade emerge discursivamente na racionalidade neoliberal, funcionando como uma estratégia de governo e possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão.

Primeiramente, busquei mostrar como entendo a possibilidade de articulação da inclusão com a sustentabilidade a partir da racionalidade neoliberal. Para isso, procurei materiais que me deram condições de olhar e perceber como a noção da sustentabilidade emerge discursivamente. Pude visualizar sua emergência, primeiramente, nos campos mais relacionados com a natureza e o meio ambiente e, posteriormente, no campo da Educação, como uma condição necessária para atingir um “futuro comum sustentável”, tendo o desenvolvimento como fio condutor para as práticas de governo.

Após esse primeiro movimento de compreensão das possíveis conjunturas, detive-me na análise dos desdobramentos das políticas de inclusão para compreender quais mudanças e práticas de governo do sujeito com deficiência estão sendo operadas a partir da noção de gestão do risco e como isso ocorre. A inclusão, como regime de verdade deste tempo que vem se constituindo historicamente como um imperativo, opera no governo e investimento sobre a produtividade das pessoas com deficiência e de todos – “ninguém será deixado para trás” (UNESCO; UNICEF, 2015).

A partir desses movimentos, tendo condições de discorrer a respeito da articulação da sustentabilidade com a inclusão, dediquei-me a pensar sobre as práticas colocadas em operação no contexto da educação. Essas práticas atuam para que a inclusão produtiva dos sujeitos com deficiência seja potencializada, possibilitando que cada um, ao investir em si, em suas performances, participe e promova a sustentabilidade, garantindo um desenvolvimento sustentável da nação.

Considerando os movimentos de pesquisa realizados neste trabalho, defendo a tese de que: *o imperativo da inclusão vem sendo atualizado a partir da emergência discursiva da sustentabilidade, que vem funcionando como uma estratégia de governo na racionalidade neoliberal. Com essa articulação, percebe-se o investimento no desenvolvimento educacional e social dos sujeitos com deficiência, o qual possibilita sua inserção e permanência na esteira da inclusão sócio-produtiva, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da nação e promovendo-o.*

Diante disso, no próximo capítulo, intento mostrar como se dá a articulação entre a sustentabilidade e a inclusão, como a sustentabilidade emerge discursivamente no campo da Educação, de que forma vem funcionando e como vem operando determinadas práticas de governo sobre os sujeitos.

CAPÍTULO II

2 SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO: INDÍCIOS DE UMA ARTICULAÇÃO NEOLIBERAL

Dando sequência ao capítulo anterior, onde procurei mostrar os contornos, caminhos e alianças que se fizeram necessários durante a pesquisa, cuja centralidade está em entender como a estratégia de governo da sustentabilidade vem possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão, neste segundo capítulo, interessa-me analisar quais enredos neoliberais estão sendo produzidos para a articulação da sustentabilidade com a inclusão e como isso se dá. Pretendo mostrar como essa articulação vem sendo operacionalizada na Contemporaneidade, tomando como fio condutor o governo do sujeito para que se torne produtivo, ativo e incluído nas redes regidas pelo neoliberalismo e atualizadas pela estratégia da sustentabilidade.

Gadotti (2008) aborda a relação da educação com a sustentabilidade a partir de uma visão holística, afirmando ser necessária a construção de um novo paradigma, um paradigma holístico. Para o autor, a “sustentabilidade é o sonho de bem viver[...] é harmonia entre os diferentes [...] como um modo de vida de bem-estar e de bem viver para todos [...] um modo de vida justo, produtivo e sustentável” (ibid., p. 75-76). A compreensão e o olhar do autor ajudam a perceber que a produção discursiva da sustentabilidade vem se constituindo como uma estratégia da Contemporaneidade. Aliada aos princípios de democracia, justiça, participação, pacificidade e inclusão, a sustentabilidade mobiliza todos em prol do bem comum, garantindo o desenvolvimento de toda a nação e minimizando o risco da população.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, durante Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com o documento *Nosso futuro comum*, conhecido como Relatório Brundtland, que concebeu a sustentabilidade como a maneira pela qual as atuais gerações satisfazem suas necessidades sem, entretanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Além de um princípio econômico e/ou ambiental, a sustentabilidade está envolvida com o social, com o desenvolvimento social.

Diante disso, é possível fazer uma leitura e compreensão da sustentabilidade a partir das políticas e práticas produzidas internacionalmente como uma noção que, indo além do viés ecológico, considera as pessoas como alvo principal da garantia de uma vida econômica, política e emocionalmente saudáveis. Portanto, a operação da noção de sustentabilidade neste trabalho não está diretamente relacionada ao viés ecológico e ambiental, mas a um olhar pelo viés do social, que toma a população como centro das discussões e práticas de governo

a partir da discussão de questões sociais, econômicas, culturais e ambientais a fim de superar os “problemas” da Contemporaneidade.

A partir desse entendimento, neste capítulo, busco analisar as possibilidades de articulação da sustentabilidade com a inclusão. Lopes (2011) diz que Foucault, ao escrever sobre o neoliberalismo e ao evidenciar que o ponto comum existente entre o econômico e o social é a regra da não exclusão, possibilita a compreensão da inclusão como um imperativo neoliberal para a manutenção de todos nas redes do mercado.

Na primeira seção, procuro mostrar como a discursividade sobre o investimento na sustentabilidade dos sujeitos encontra-se articulada com o desenvolvimento da sociedade, cujo “*modus operandi*” vem sendo o imperativo da inclusão, de modo que esta potencializa a participação nos espaços sociais, educacionais e econômicos de todos os sujeitos, contribuindo não apenas com “benefícios” para si, mas para todo o país. Na segunda seção, apresento um mapeamento de alguns documentos, o que se fez necessário para entender como foram sendo produzidas as condições de possibilidade que permitiram a emergência discursiva da sustentabilidade no campo da Educação, com foco direcionado às práticas que promovem a “autossustentabilidade” e a inclusão do sujeito no jogo econômico.

2.1 SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO: QUE POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES ESTÃO SENDO PRODUZIDAS?

Para este movimento, inscrevi como ponto de partida a necessidade de retomar¹⁵ e articular os discursos da inclusão, tomando-os como práticas de governamento que, na perspectiva deste trabalho, produzem um tipo de governo pela verdade. Nesse contexto, cabe trazer as palavras de Foucault (2012, p. 54) quando diz que “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Isso porque, conforme Foucault, a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Portanto, em cada momento histórico, determinadas práticas discursivas são legitimadas por redes de poder e saber que autorizam que certas coisas sejam ditas e pensadas, e não outras.

¹⁵ Retomar no sentido de que já fiz um ensaio deste movimento analítico sobre os discursos em torno da inclusão escolar na dissertação de mestrado (2014) e agora retomo esta análise, dando-lhe outros movimentos e formas a partir de meu interesse neste momento.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2012, p. 45).

Entendo que os discursos aqui articulados, ao mesmo tempo em que são produzidos a partir de uma razão de Estado, também são dela produtores. Com isso, ao serem produzidos, constituem-se como estratégias para a condução de todos os sujeitos em direção à inclusão e à permanência de todos nos mais diversos espaços sociais, educacionais e econômicos.

Em síntese, entendo que, com a articulação desses discursos, podemos ver ações de governo da população para a inclusão e permanência no jogo econômico. Assim, é possível visualizar e entender as atualizações que vêm sendo produzidas em relação à permanência do sujeito nas tramas neoliberais a partir da noção de sustentabilidade, que toma o conceito de desenvolvimento como central em suas ações.

Pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento tem sido o elemento chave das ações governamentais para o crescimento do país e que, portanto, vem sendo utilizado em diferentes propostas políticas voltadas para a sociedade. Foucault (2008b, p. 199) vai dizer que se trata de um governo da sociedade; “ele tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura”. Uma vez que as ações e intervenções governamentais, na racionalidade neoliberal, se voltam às condições da sociedade, esta constitui o alvo e o objetivo da prática governamental neoliberal. Com táticas mais refinadas de poder e por meio de estratégias de segurança, o Estado intensifica esse governo, ampliando seus interesses pela inclusão de todos na sociedade porque descobre que, “governando os corpos, o Estado governa tudo” (LOPES; VEIGA-NETO, 2007, p. 954).

Portanto, essa forma de governo apoia-se mais nos corpos (extraíndo tempo e trabalho) e na sua contínua vigilância, administrando a população em profundidade e com sutileza. Nesse contexto de uma forma peculiar de governar da razão de Estado, ocorre o denominado triângulo: soberania, disciplina e gestão governamental, “que tem na população seu alvo principal e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 143), de modo que se pode dizer que é na modernidade que emergem o governo e a governamentalidade.

Governando os corpos, ou seja, identificando a população, seus traços, suas vulnerabilidades, seus vícios, seus interesses, enfim, calculando probabilidades, é possível eliminar riscos e garantir a seguridade da população. Se as sociedades disciplinares se ocupavam da produção de subjetividades dóceis, as sociedades de seguridade e de controle

investem na produção de subjetividades flexíveis. A Contemporaneidade interessa-se pela inclusão porque, quanto maior a participação dos indivíduos nos espaços sociais, culturais e políticos e maior o desfrute de bens materiais, melhor, já que o que se deseja é um sujeito maleável, ou seja, um sujeito capaz de conduzir-se bem por diferentes formas e de adaptar-se facilmente às constantes transformações do capitalismo.

Em 1975, a ONU proclama a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, que aborda em seu texto a importância de garantir direitos e oportunidades às pessoas com deficiência a fim de garantir seu desenvolvimento e o da sociedade como um todo.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES

Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75.

A Assembléia Geral

*Consciente da promessa feita pelos Estados Membros na Carta das Nações Unidas no sentido de desenvolver ação conjunta e separada, em cooperação com a Organização, **para promover padrões mais altos de vida, pleno emprego e condições de desenvolvimento e progresso econômico e social**, Reafirmando, sua fé nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz, de dignidade e valor da pessoa humana e de justiça social proclamada na carta, Recordando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Acordos Internacionais dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, bem como os padrões já estabelecidos para o progresso social nas constituições, convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, do Fundo da Criança das Nações Unidas e outras organizações afins.*

Lembrando também a resolução 1921 (LVIII) de 6 de maio de 1975, do Conselho Econômico e Social, sobre prevenção da deficiência e reabilitação de pessoas deficientes;

*Enfatizando que a Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social proclamou **a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental;***

Tendo em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover portanto quanto possível, sua integração na vida normal;

*Consciente de que determinados países, em seu atual **estágio de desenvolvimento**, podem, desenvolver apenas limitados esforços para este fim.*

PROCLAMA esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos:

1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

2 - As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua,

religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família.

3 - As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, **o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.**

4 - As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos.

5 - As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que **lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.**

7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, **a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.**

8 - As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

9 - As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade.

10 - As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.

11 - As pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a proteção de suas pessoas e propriedades. Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental.

12 - As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes.

13 - As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração. Resolução adotada pela Assembléia Geral da Nações

Unidas 9 de dezembro de 1975 Comitê Social Humanitário e Cultural.

A escolha de trazer aqui o texto da Declaração em sua íntegra, e não apenas os recortes de interesse, marcados em negrito, foi com a intenção de mostrar como as pessoas com deficiência vêm ocupando lugar nos discursos políticos com o preceito de garantir seu desenvolvimento – o desenvolvimento de cada um, de todos, da sociedade.

Na Declaração, é possível visualizar determinadas estratégias de governo das pessoas com deficiência: “o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível”; “[...] lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades

e que acelerem o processo de sua integração social.”; “[...] a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos”. Isso significa que a preocupação do Estado já estava na população, na possibilidade de criar meios para que todos obtivessem plenos direitos de participação ativa na sociedade, principalmente na participação em atividades úteis, produtivas e remuneradas.

Em 1981, o Brasil, compatibilizado com os objetivos estabelecidos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, cujo lema era "Igualdade e Participação Plena", traduzindo o reconhecimento do direito de oportunidades iguais para qualquer ser humano, reconhecidas suas diferenças individuais, publica um relatório de atividades para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Nesse relatório, logo na capa, lê-se uma citação de Kurt Waldheim para iniciar a apresentação e discussão do tema e atividades propostas: “Pessoas Deficientes têm o direito de uma plena participação na vida e no desenvolvimento de suas sociedades. É nossa obrigação fazer com que a elas seja possível usufruir desse direito”. Abaixo, trago os objetivos apresentados no relatório:

Em sua trigésima sessão, de 16 de dezembro de 1976, a ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, pela RESOLUÇÃO 31/123, proclamou, oficialmente, o ano de 1981 como o ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES e estabeleceu seus objetivos principais:

- 1. Ajudar os deficientes no seu ajustamento físico e psicossocial na sociedade;*
- 2. Promover todos os esforços, nacionais e internacionais, para proporcionar aos deficientes assistência adequada, treinamento, cuidadosa orientação, **oportunidades para trabalho compatível e assegurar a sua plena integração na sociedade;***
- 3. Estimular projetos de estudo e pesquisa, visando a participação prática e efetiva de deficientes nas atividades da vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e sistemas de transportes;*
- 4. Educar e informar o público sobre o **direito das pessoas deficientes de participarem e contribuírem nos vários aspectos da vida econômica, social e política;***
- 5. Promover medidas eficazes para a prevenção de deficiências e para a reabilitação das pessoas deficientes.*

Garantir oportunidades de integração da pessoa com deficiência a fim de possibilitar sua participação efetiva e plena na sociedade, sob diferentes aspectos – econômicos, sociais e políticos –, já sinaliza anúncios de uma preocupação do Estado com a regulação da população e sua produtividade. O Relatório de Atividades aponta, ainda nos fundamentos gerais, que “dar a esses indivíduos a oportunidade e a possibilidade de desenvolverem suas capacidades e se integrarem, de forma efetiva, na vida socioeconômica de seu país, PARTICIPANDO de forma

PLENA em IGUALDADE com as pessoas consideradas normais, é básico e urgente”¹⁶ (BRASIL, 1981, p. 4).

No contexto em que estou movimentando esta discussão, saltam como necessárias a delimitação e a diferenciação entre normação e normalização, uma vez que, conforme mencionado na citação acima, entendo que a comparação das pessoas deficientes com as ditas normais engloba muito mais do que uma questão de condição cognitiva, sensorial ou física, referindo-se a um processo de governo e constituição de cada sujeito. Para Foucault (2008a), normação refere-se ao processo de distinguir-se do normal e do anormal, ao invés de se partir da norma. Já em relação à normalização, esta parte do “assinalamento do normal e do anormal, um assinalamento das diferentes curvas da normalidade” (p. 83). Conforme exemplo dado por Veiga-Neto (2008, p. 35-36), podemos entender que

os dispositivos normatizadores são aqueles envolvidos com o estabelecimento das normas, ao passo que os normalizadores são aqueles que buscam colocar (todos) sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa da normalidade.

Os que fogem à norma são vistos como perigo para a segurança pública, isto é, são vistos como marginalizados, “anormais”; portanto, devem ser “capturados” pelo Estado a fim de voltarem a inserir-se nos mecanismos de regulação, governo de si e de suas condutas. O objetivo é trazer o considerado “anormal” para perto da zona delimitada como “zona da normalidade”. Nesse processo, podemos contextualizar a instituição escolar como um espaço produtivo para a regulação das condutas e normalização dos considerados “anormais”. “Os indivíduos são considerados em função de sua normalidade, o que é ‘um dos grandes instrumentos de poder da sociedade contemporânea’, diz Foucault” (ARAÚJO, 2007, p. 30).

Dizendo de outro modo, há uma necessidade de colocar o “anormal” em um lugar na zona da normalidade, a fim de permitir e proporcionar o seu reconhecimento frente à sociedade. Rech (2010) diz que, para que esse reconhecimento aconteça de maneira “natural”, a população precisa ser educada, “governada” para o reconhecimento do sujeito considerado “anormal” e para o convívio com ele sem estranhamento. O objetivo é tornar a sociedade apta para aceitar a presença da “anormalidade”.

Cabe citar a “Carta para o Terceiro Milênio”, publicada em 1999, que tem como objetivo reconhecer e proteger os direitos humanos de cada pessoa em qualquer sociedade,

¹⁶ As palavras sinalizadas em letra maiúscula são apresentadas assim no relatório; trouxe aqui a citação da forma como foi retirada do documento.

ênfatizando a preocupação com os direitos humanos básicos das pessoas com deficiência. Na Carta, é possível observar a preocupação que os Estados-nação devem ter para garantir e buscar a plenitude dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente em relação a processos de reabilitação que objetivam uma “normalização e correção” dos sujeitos com deficiência, de forma a garantir e propiciar o bem-estar mental, físico e funcional desses sujeitos, assegurando, assim, a capacidade dessas pessoas para administrarem sua vida com independência, como o fazem quaisquer outros cidadãos.

Carta para o Terceiro Milênio

Esta Carta foi aprovada no dia 9 de setembro de 1999, em Londres, Grã-Bretanha, pela Assembléia Governativa da REHABILITATION INTERNATIONAL, estando Arthur O'Reilly na Presidência e David Henderson na Secretaria Geral. A tradução foi feita do original em inglês pelo consultor de inclusão Romeu Kazumi Sasaki.

Nós entramos no Terceiro Milênio determinados a que os direitos humanos de cada pessoa em qualquer sociedade devam ser reconhecidos e protegidos. Esta Carta é proclamada para transformar esta visão em realidade.

*Os direitos humanos básicos são ainda rotineiramente negados a segmentos inteiros da população mundial, nos quais se encontram muitos dos 600 milhões de crianças, mulheres e homens que têm deficiência. **Nós buscamos um mundo onde as oportunidades iguais para pessoas com deficiência se tornem uma consequência natural de políticas e leis sábias que apoiem o acesso a, e a plena inclusão, em todos os aspectos da sociedade.***

O progresso científico e social no século 20 aumentou a compreensão sobre o valor único e inviolável de cada vida. Contudo, a ignorância, o preconceito, a superstição e o medo ainda dominam grande parte das respostas da sociedade à deficiência. No Terceiro Milênio, nós precisamos aceitar a deficiência como uma parte comum da variada condição humana. Estatisticamente, pelo menos 10% de qualquer sociedade nascem com ou adquirem uma deficiência; e aproximadamente uma em cada quatro famílias possui uma pessoa com deficiência.

*Nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, nos hemisférios norte e sul do planeta, a segregação e a marginalização têm colocado pessoas com deficiência no nível mais baixo da escala sócio-econômica. **No século 21, nós precisamos insistir nos mesmos direitos humanos e civis tanto para pessoas com deficiência como para quaisquer outras pessoas.***

*O século 20 demonstrou que, com inventividade e engenhosidade, é possível estender o acesso a todos os recursos da comunidade ambientes físicos, sociais e culturais, transporte, informação, tecnologia, meios de comunicação, educação, justiça, serviço público, emprego, esporte e recreação, votação e oração. **No século 21, nós precisamos estender este acesso que poucos têm para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais, eletrônicas e atitudinais que se antepõem à plena inclusão deles na vida comunitária. Com este acesso poderão advir o estímulo à participação e à liderança, o calor da amizade, as glórias da afeição compartilhada e as belezas da Terra e do Universo.***

A cada minuto, diariamente, mais e mais crianças e adultos estão sendo acrescentados ao número de pessoas cujas deficiências resultam do fracasso na prevenção das doenças evitáveis e do fracasso no tratamento das condições tratáveis. A imunização global e as outras estratégias de prevenção não mais são aspirações; elas são possibilidades práticas e economicamente viáveis. O que é necessário é a vontade política, principalmente de governos, para acabarmos com esta afronta à humanidade.

Os avanços tecnológicos estão teoricamente colocando, sob o controle humano, a manipulação dos componentes genéticos da vida. Isto apresenta novas dimensões éticas ao diálogo internacional sobre a prevenção de deficiências. No Terceiro Milênio, nós precisamos criar políticas sensíveis que respeitem tanto a dignidade de todas as pessoas como os inerentes benefícios e harmonia derivados da ampla diversidade existente entre elas.

Programas internacionais de assistência ao desenvolvimento econômico e social devem exigir padrões mínimos de acessibilidade em todos os projetos de infra-estrutura, inclusive de tecnologia e comunicações, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência sejam plenamente incluídas na vida de suas comunidades.

Todas as nações devem ter programas contínuos e de âmbito nacional para reduzir ou prevenir qualquer risco que possa causar impedimento, deficiência ou incapacidade, bem como programas de intervenção precoce para crianças e adultos que se tornarem deficientes. Todas as pessoas com deficiência devem ter acesso ao tratamento, à informação sobre técnicas de auto-ajuda e, se necessário, à provisão de tecnologias assistivas e apropriadas.

Cada pessoa com deficiência e cada família que tenha uma pessoa deficiente devem receber os serviços de reabilitação necessários à otimização do seu bem-estar mental, físico e funcional, assim assegurando a capacidade dessas pessoas para administrarem sua vida com independência, como o fazem quaisquer outros cidadãos.

Pessoas com deficiência devem ter um papel central no planejamento de programas de apoio à sua reabilitação; e as organizações de pessoas com deficiência devem ser empoderadas com os recursos necessários para compartilhar a responsabilidade no planejamento nacional voltado à reabilitação e à vida independente.

A reabilitação baseada na comunidade deve ser amplamente promovida nos níveis nacional e internacional como uma forma viável e sustentável de prover serviços.

Cada nação precisa desenvolver, com a participação de organizações de e para pessoas com deficiência, um plano abrangente que tenha metas e cronogramas claramente definidos para fins de implementação dos objetivos expressos nesta Carta.

Esta Carta apela aos Países-Membros para que apóiem a promulgação de uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como uma estratégia-chave para o atingimento destes objetivos.

No Terceiro Milênio, a meta de todas as nações precisa ser a de evoluírem para sociedades que protejam os direitos das pessoas com deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão delas em todos os aspectos da vida. Por estas razões, a CARTA PARA O TERCEIRO MILÊNIO é proclamada para que toda a humanidade entre em ação, na convicção de que a implementação destes objetivos constitui uma responsabilidade primordial de cada governo e de todas as organizações não-governamentais e internacionais relevantes.

Novamente, considero pertinente olhar e entender o documento em sua íntegra, pois faz referência a importantes compreensões movimentadas neste trabalho que possibilitam iniciar a visualização de uma articulação entre a inclusão e a noção de sustentabilidade. Destaco, dentre essas referências, a questão da produção das pessoas com deficiência como central no planejamento de programas relativos à sua própria reabilitação, prevendo o empoderamento das organizações desse grupo para que possam compartilhar a responsabilidade no planejamento nacional voltado à reabilitação e à vida independente. Além disso, a Carta considera que a reabilitação baseada na comunidade deve ser amplamente

promovida nos âmbitos nacional e internacional como uma forma viável e sustentável de prover serviços.

Nesse mesmo sentido, em 2006, a ONU organiza a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de elaborar um documento com características mais específicas para atender ao segmento das pessoas com deficiência, ainda muito marginalizado. O propósito da Convenção é “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2007, p. 16). É necessário, portanto, trazer o “anormal” para dentro de uma zona de normalidade, que no presente vem se configurando como um estilo sustentável de viver. Para isso, é preciso também sensibilizar e conscientizar todos da necessidade e importância de fazerem parte dessa “normalidade” – todos devem estar e participar nesse processo.

Entre os principais princípios dessa Convenção, destacam-se: o respeito pela dignidade inerente; a independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas; a autonomia individual; a não discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; e o respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência. Seguem abaixo alguns destaques do preâmbulo sobre os princípios reconhecidos pelos Estados Partes presentes na Convenção:

Reafirmando a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação;

Ressaltando a importância de trazer questões relativas à deficiência ao centro das preocupações da sociedade como parte integrante das estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e que a promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento à sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza;

Reconhecendo a importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas;

Considerando que as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhes dizem respeito diretamente;

A leitura dos discursos produzidos no texto da Convenção possibilita-nos entender que “todos podemos...”, uma vez que produzem uma noção de liberdade e autonomia, um desejo de poder em todos os sujeitos – pessoas com deficiência –, conduzindo-os a fazerem sua parte, já que cabe a eles a decisão e a conduta para seguir em seu desenvolvimento e participar da sociedade.

Produzido como consciente de si, esse sujeito acaba sendo responsabilizado pelas suas escolhas e condutas, pelo que faz a si e ao outro, pela gestão de sua independência. Dessa forma, deve tomar suas decisões de maneira consciente e livre; deve fazer suas escolhas livremente e, conseqüentemente, responsabilizar-se por elas. É preciso, então, escolher bem. Como falamos em uma sociedade governamentalizada, é preciso, ainda, escolher bem pelo bem de todos, da população. Assim, entendendo o sujeito como um ser “livre para escolher”, é necessário que instâncias de ensinamento sobre o que deve ser escolhido sejam inventadas.

Figura 1 – Uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência¹⁷



¹⁷ A imagem exposta acima mostra a capa de um documento traduzido para a língua portuguesa cujo título original é *It's about ability – An explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities*, publicado em 2008 pela UNICEF e Fundação Victor Peneda, com o propósito de divulgar e conscientizar a sociedade, particularmente crianças e adolescentes, sobre os direitos humanos das pessoas com deficiência.

O *slogan* “Todos podemos... é disso que se trata” retrata a compreensão e a produção discursiva que o texto da Convenção produz para os leitores. Ao dispor e garantir em seu texto todas as condições necessárias de desenvolvimento e participação do sujeito com deficiência na sociedade, dando-lhes “autonomia, liberdade e direito de escolha”, a Convenção garante que “todos podemos”, todos podem e devem entrar e permanecer nas tramas neoliberais, nos jogos de mercado. Nesse sentido, o investimento em políticas educacionais e sociais torna-se, cada vez mais, uma questão central e necessária para garantir o desenvolvimento do país. Investir no sujeito, inclusive no sujeito com deficiência e na sua produtividade, educá-lo e incluí-lo tornam-se condições necessárias de nosso tempo.

Ao ser produzido e narrado como elemento chave nos discursos e práticas educacionais, o desenvolvimento implica a ampliação das possibilidades, potencialidades e produtividade dos sujeitos. Estes, ao buscarem o investimento permanente em si, também contribuem para o desenvolvimento da sociedade.

Sendo assim, é possível perceber que o conceito de desenvolvimento vem se constituindo como fio condutor para ações e propostas governamentais para a condução da conduta dos sujeitos. Esse conceito possibilita a articulação e relação entre os discursos da inclusão com a sustentabilidade, visto que é recorrente nos documentos políticos que versam sobre a pessoa com deficiência e vem permitindo a atualização de determinados discursos e práticas com a noção de sustentabilidade. Cabe esclarecer que não tenho interesse em realizar uma linha ou análise histórica do termo *desenvolvimento*. Meu interesse é mostrar como os discursos da inclusão e da sustentabilidade se articulam, tendo o desenvolvimento como fio condutor de suas propostas e intervenções.

*O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma **sociedade inclusiva** para todos é a essência do **desenvolvimento social sustentável**. (DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE A INCLUSÃO, 2001)*

*No âmbito da cooperação prestada pelo Sistema das Nações Unidas ao Brasil, a equipe do país entende que a realização plena dos direitos humanos e **a inclusão social das pessoas com deficiência é condição fundamental para o desenvolvimento nacional e pleno exercício da cidadania**. (ONU, 2013, p. 2)*

*Apesar desses apontamentos em prol de uma ação mais efetiva da ONU sobre o tema, a mesma consulta regional – da qual participaram várias agências da ONU no Brasil – também reconhece a importância de “fortalecer a ação das agências do Sistema das Nações Unidas e seus mecanismos para apoiar os Estados Membros na promoção do **desenvolvimento sustentável inclusivo em benefício das pessoas com deficiência** (ONU, 2013, p.2)*

O desenvolvimento sustentável reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos países e entre eles, a preservação do planeta, a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados entre si e são interdependentes. (ONU, 2016, p. 4)

Pode-se identificar nos documentos a preocupação com a inclusão para garantir um desenvolvimento sustentável, de modo que haja o investimento permanente na produtividade dos sujeitos, inclusive daqueles com deficiência. Rech (2011, p. 26), ao estudar a emergência escolar da inclusão no governo Fernando Henrique Cardoso, ressalta que os suportes utilizados na proposta “inclusiva” podem ser de diferentes tipos: social, econômico, físico ou instrumental, tendo como função favorecer a construção de um processo que se passou a denominar de “inclusão social”.

O desenvolvimento está diretamente conectado com a educação, em uma relação de dependência, pois, para um maior desenvolvimento, é necessária uma maior produtividade do sujeito. Essa produtividade só pode ser “ensinada” e produzida a partir do aumento e aprimoramento de determinadas competências e habilidades para a gestão da própria vida, a fim de garantir a inclusão da população no jogo econômico. Turchiello (2017, p. 87), em sua leitura analítica sobre a produtividade dos sujeitos com deficiência, enfatiza que “investir na educação significa investir no desenvolvimento, e na governamentalidade neoliberal esse desenvolvimento diz respeito ao crescimento econômico”.

Reafirmamos que a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos pleno emprego e erradicação da pobreza (UNESCO; UNICEF, 2015, s/p.).

Inclusão e equidade na e por meio da educação são o alicerce de uma agenda de educação transformadora e, assim, comprometemo-nos a enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, bem como disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem. Nenhuma meta de educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido atingida por todos. Portanto, comprometemo-nos a fazer mudanças necessárias nas políticas de educação e a concentrar nossos esforços nos mais desfavorecidos, especialmente aqueles com deficiências, a fim de assegurar que ninguém seja deixado para trás (UNESCO; UNICEF, 2015, s/p.).

Nos documentos referentes a uma “educação para a sustentabilidade”¹⁸, como a *Declaração de Incheon – Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos* (UNESCO; UNICEF, 2015), citada acima, é possível perceber uma tendência a enfatizar a necessidade de mudanças de atitudes/comportamentos individuais e coletivos em detrimento de mudanças que envolvem processos políticos e econômicos. Penso que as políticas educacionais de inclusão, na racionalidade política do presente, interligadas com a governamentalidade e articuladas com a noção de sustentabilidade, colocam aos sujeitos novas formas de se relacionarem consigo mesmos e com os outros, tornando-se fundamental que cada um invista em si como uma condição de inclusão, permanência e atividade na sociedade.

Desse modo, vejo a inclusão funcionando como um mecanismo de poder que faz e garante que todos possam exercer seus direitos enquanto cidadãos, colaborando para o crescimento do país diante dos índices impostos e comparados internacionalmente. Com essa política, “o Governo repassa à população a tarefa do cuidado de si e do outro, diminuindo as responsabilidades do Estado com relação à vigilância da ordem pública e aumentando, dessa forma, as práticas de governo” (RECH, 2011, p. 28).

Entendo que são colocadas em funcionamento práticas voltadas à conscientização e sensibilização da população em relação à proposta de inclusão e desenvolvimento da nação, produzindo a necessidade de todos se envolverem e fazerem parte do objetivo comum, o desenvolvimento sustentável. Com isso, acredito que a inclusão funciona como uma tecnologia voltada ao governo do sujeito, por meio de práticas que procuram investir em sua produtividade com a intenção de manter todos participando dos jogos neoliberais, a fim de garantir o preceito máximo da Contemporaneidade, a sustentabilidade.

Por isso, torna-se fundamental publicar e explicitar os índices e dados envolvendo as pessoas com deficiência e a necessidade de incluí-las em todos os processos de desenvolvimento da sociedade.

*Segundo dados do IBGE (Censo de 2010), o Brasil possui 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que representa 23,91% da população nacional. Esse contingente da população brasileira foi, muitas vezes, relegado a um segundo plano nas políticas públicas e enfrenta desafios e preconceitos de toda ordem, desde impedimentos de acessibilidade a conquistas por realizar nas áreas da saúde, educação e **inclusão sócio-produtiva** (ONU, 2013, p. 4).*

¹⁸ Estes documentos tomam centralidade na análise e discussão nesta pesquisa, mais especificamente, na próxima seção, que tem como objetivo mostrar a emergência discursiva da sustentabilidade no campo da Educação.

*No campo interno, cabe à ONU primar pelo exemplo de respeito, **tolerância e inclusão da população com deficiência**, estimulando programas de ação afirmativa junto aos seus recursos humanos, zelando pela acessibilidade arquitetônica de suas instalações e seu conteúdo (i.e., acessibilidade de suas publicações, sites institucionais, etc.) e contribuindo nacionalmente com estratégias de comunicação que retirem essa população de eventuais situações de invisibilidade ou de restrição ao exercício de sua cidadania plena. Ainda no que se refere à gestão de recursos humanos, recomenda-se formações continuadas de **sensibilização sobre o tema** e uso de terminologia e linguagem adequadas para tratar do tema. É preciso, como Sistema ONU no Brasil, **estimular o ingresso das pessoas com deficiência em seus quadros e, eventualmente, até propor metas de acesso em nossos processos seletivos** (ONU, 2013, p. 5).*

*Estamos anunciando hoje 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas associadas que são integradas e indivisíveis. Nunca antes os líderes mundiais comprometeram-se a ação comum e a um esforço por meio de uma agenda política tão ampla e universal. **Estamos trilhando juntos o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável**, dedicando-nos coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação com benefícios mútuos, que podem trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo. Reafirmamos que cada Estado tem, e exerce livremente, soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica. Implementaremos a Agenda para o pleno benefício de todos, para a geração do presente e para as gerações futuras. Ao fazê-lo, reafirmamos nosso compromisso com o direito internacional e sublinhamos que a Agenda deverá ser implementada de forma consistente com os direitos e as obrigações dos Estados em conformidade com o Direito Internacional (ONU, 2016, p. 5-6).*

*Hoje nós também estamos tomando uma decisão de grande significado históricos. **Tomamos a decisão de construir um futuro melhor para todas as pessoas, incluindo os milhões às quais foi negada a chance de levar uma vida decente, digna e gratificante e de alcançar seu pleno potencial humano**. Nós podemos ser a primeira geração a obter êxito em acabar com a pobreza; assim como também podemos ser a última com chance de salvar o planeta. O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos (ONU, 2016, p. 12).*

O viés ético e moral do processo de captura de todos e compromisso das nações, principalmente em relação às ações envolvendo as pessoas com deficiência, situa a inclusão como um imperativo cuja regra é clara: todos devem estar incluídos. Rech (2011) vai dizer que a permanência nessa lógica depende ainda de dois aspectos: o primeiro refere-se às estratégias que o indivíduo precisa criar para manter-se incluído nos diferentes espaços da sociedade; o segundo diz respeito ao desejo que o sujeito deve ter para permanecer juntamente com o outro nessa lógica, que só é possível mediante a estimulação entre desejo e consumo.

Dando sequência a essa leitura do presente, arrisco-me a inferir que esses aspectos estão sendo atualizados pela noção de sustentabilidade, ou seja, não basta mais apenas se manter incluído nos diferentes espaços, nem somente permanecer com o outro por meio do

desejo e do consumo. Os sujeitos estão sendo governados e conduzidos a entrar e permanecer na lógica de mercado a partir de uma forma bastante específica, uma forma sustentável, que tem como condições imprescindíveis a aprendizagem ao longo da vida e a inclusão sócio-produtiva. É necessário estar incluído nos diferentes espaços, mas é preciso que essa inclusão seja sustentável e produtiva, que garanta o desenvolvimento e investimento do sujeito em si mesmo, impulsionando e assegurando, principalmente, o desenvolvimento da sociedade.

Projeta-se, nessa ordem, uma programação de estratégias para que a atividade dos indivíduos e seus modos de agir se constituam em capital humano. Para Gadelha, a teoria do capital humano constitui-se na identificação e desenvolvimento do conjunto de habilidades e destrezas dos indivíduos; “[...] em função do avanço do capitalismo”, estas se constituem em “valor de troca” (GADELHA apud LOPES-RUIZ, 2009, p. 175). Na teoria do capital humano,

[...] o “humano” [é] um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real de uma empresa capitalista (GADELHA apud LOPES-RUIZ, 2009, p. 175).

Nesse sentido, o *homo oeconomicus*, como empresário de si mesmo, aqui é compreendido e tomado como “aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio [...] e que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008b, p. 369). Ele aparece como algo manejável, que vai responder às modificações introduzidas no meio. O sujeito com deficiência, por sua vez, se constitui e se produz empreendendo em si um investimento de formação, capacitação e aprendizagem ao longo da vida, na medida em que é capturado pela “modificação” da forma de dizer e fazer sua inclusão na sociedade, que agora vem sendo produzida e reconfigurada a partir da noção de sustentabilidade, a qual produz a necessidade de uma inclusão sócio-produtiva.

Com essa compreensão, ao analisar os materiais, fui percebendo que os objetivos das práticas de governmentação, que se situam em grande maioria no campo da Educação, não são apenas o acúmulo de conhecimentos e o desenvolvimento de determinadas habilidades e competências técnicas dos sujeitos, com vistas a criar condições para que cada um possa investir em si, incluir-se e tornar-se capital humano na sociedade. O objetivo dessas práticas na Contemporaneidade vem sendo traduzido a partir da condição de o sujeito estar sempre aprendendo –estar aprendendo a incluir-se de uma forma sócio-produtiva, ou seja, de modo

que o social e a produtividade se entrelacem nas condições de permanência na sociedade em uma racionalidade neoliberal.

Vale ressaltar que as habilidades e competências cunhadas pela educação como necessárias para o desenvolvimento do sujeito podem ser acumuladas, mesmo que de formas diferentes, por qualquer um, independentemente de sua classe social e/ou condição. A forma de capital humano depende de cada indivíduo, dos esforços e investimentos que faz em si mesmo, da maneira como se constitui e se produz em sua própria vida enquanto um empreendimento individual.

É possível dizer que a inclusão e o empreendedorismo operam, nos processos de subjetivação de todos, um efeito em que se relacionam manifestações de verdade com procedimentos e modelos de conduta. Os indivíduos passam a ser objetos, testemunhas e agentes que projetam aspectos da ordem neoliberal, pois, na mesma medida em que são subjetivados por ela, também a colocam em movimento.

A governamentalidade neoliberal, em nosso tempo, vem nos constituindo. Abrange o espaço e o tempo das relações de força que nos constituem e, por isso, constitui-se como o pano de fundo onde nossos processos de subjetivação acontecem. Conforme Totorá (2011, p. 95), a noção de indivíduo como empresa e o estímulo ao empreendedorismo individual espalham-se para o “corpo social”. O modelo econômico regido pela relação da oferta e da procura e pela série investimento-custo-lucro configura-se em “modelo de existência”, isto é, conjunto dos valores morais e culturais. “Todo o campo social se insere dentro de uma lógica econômica” (TOTORA, 2011, p. 95). Assim, constituem-se o lugar e o tempo em que nos tornamos sujeitos, o lugar e o tempo em que são produzidos modos de ser e estar sustentáveis na sociedade.

Menezes (2011) identifica a ordem da inclusão e do empreendedorismo como elemento da economia política, com o sentido de mínimo esforço e investimento, pois são os indivíduos em sua liberdade que assumem essa ordem como escolha e interesse, assim como escolhem ser inclusivos e incluídos, sustentáveis, empoderados e empreendedores de si. A operação *menos governo* gesta o *autogoverno*, e os interesses particulares dos indivíduos assujeitados por essa racionalidade política estarão, conseqüentemente, contribuindo com o interesse público e do Estado.

Com essa leitura, vejo a sustentabilidade funcionando como uma estratégia de governo da Contemporaneidade que vem possibilitando um alargamento do imperativo da inclusão à medida que moderniza e produz outras/novas formas de ser e estar na racionalidade neoliberal.

Para isso, faz-se necessário situar a inclusão como estratégia da governamentalidade do Estado neoliberal para o governo da população com o objetivo de diminuir o risco social. Por isso, minha intenção nesta seção foi trazer alguns excertos para mostrar a operacionalização da arte de governar, que foi pouco a pouco constituindo o Estado governamentalizado. Este se configura na atualidade, tendo a inclusão como uma necessidade e estratégia, porque, por meio dela, é possível agir sobre condutas e desenvolver processos que garantam o desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade, o que vem sendo atualizado pela noção de sustentabilidade, a qual funciona como uma estratégia de governo da Contemporaneidade.

Na seção que segue, busco realizar um movimento analítico que empreende um recuo em alguns materiais para entender os deslocamentos históricos e discursivos que perpassam a constituição discursiva da noção de sustentabilidade no campo da Educação no contexto brasileiro.

2.2 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA DISCURSIVA DA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Ao olhar para a sustentabilidade e entendê-la como uma noção que vem operando determinadas estratégias e funcionando como uma estratégia de governo, na medida em que produz e atualiza novas formas de o sujeito ser, estar e organizar-se na sociedade, percebo a necessidade de voltar-me para alguns materiais a fim de localizar e contextualizar a emergência discursiva da sustentabilidade no campo da Educação, mais especificamente, nas práticas de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Essa necessidade dá-se em função de que, na racionalidade neoliberal, o discurso da sustentabilidade se atualiza, passando a ter como principal fio condutor e mobilizador das ações propostas o conceito de desenvolvimento, que vem elegendo e identificando os grupos ditos marginalizados como potência e necessidade para sua constituição.

Como já sinalizei na seção anterior, minha intenção não é fazer uma análise ou linha do tempo do conceito de desenvolvimento. No entanto, conforme os movimentos e análises da pesquisa, ele toma forma e centralidade ao constituir-se como fio condutor da noção de sustentabilidade e também da inclusão. Por entender sua centralidade na pesquisa, mas por escolher não fazer uma análise conceitual do termo, utilizo-me da leitura do trabalho de Turchiello (2017). A autora traz em sua tese uma compreensão do aparecimento histórico do

termo, fazendo uma análise desde a época da escravidão, e o percebe como central também na emergência de uma política de educação profissional e tecnológica no Brasil.

Destaco, ainda, as considerações de Klaus (2011) e Lockmann (2013) ao entenderem que o desenvolvimento passou a fazer parte das preocupações dos Estados-nação após a Segunda Guerra Mundial. Isso se deu a partir da globalização da pobreza, quando a noção de subdesenvolvimento passa a ganhar forma, o que torna necessárias as intervenções nos países ditos subdesenvolvidos. Assim, a pobreza é atrelada, de forma recorrente, à noção de desenvolvimento e também à noção de sustentabilidade. Como podemos observar nos discursos dos documentos analisados aqui nesta pesquisa, há uma recorrência discursiva da erradicação da pobreza e da fome, juntamente com a afirmação de direitos e oportunidades a todos, principalmente aos mais vulneráveis e marginalizados – as pessoas com deficiência –, como garantia e objetivo de um desenvolvimento e futuro sustentáveis.

Como já mencionei antes, mais especificamente no Capítulo 1, onde sinalizo algumas compreensões e formas de operação na analítica desta pesquisa, o entendimento de discurso a partir de Foucault (2009a) ocupa centralidade neste trabalho, pois percebo a sustentabilidade como uma emergência discursiva que encontra no presente as condições de possibilidade para sua constituição e legitimação. Tomar a sustentabilidade como uma emergência discursiva do presente significa compreendê-la como a aparição de uma “nova vontade de verdade”. Por verdade, Foucault (2010d, p. 233) entende “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros”. Portanto, olho para a noção de sustentabilidade a partir de seu próprio discurso, “de sua aparição e de sua regularidade, [...] às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (FOUCAULT, 2009a, p. 53).

Partindo da compreensão de que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, os discursos podem ser entendidos como práticas geradoras de significados que se apoiam em determinadas regras históricas para autorizar o que pode ser dito em certo tempo histórico e em determinado campo discursivo. Ou seja, o discurso está relacionado com suas regras de formação, com outros discursos e também com formações não discursivas (instituições, processos sociais e econômicos) e o poder que elas expressam. Portanto, não se trata das representações por trás dos discursos, mas dos discursos mesmos como séries regulares e distintas de acontecimentos (FOUCAULT, 2009a).

É preciso ressaltar que, conforme Foucault (2010c), o poder não nasce nem se origina do discurso. “O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em uma estratégia estratégico de relações de poder” (p. 253). É preciso

compreender o discurso “como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado” (p. 254).

Nesse sentido, direciono meu olhar para a sustentabilidade como um discurso que aparece como uma nova vontade de verdade em um determinado campo de saber, que encontra as condições de possibilidade para sua emergência em um dado momento histórico e que, no presente, vem encontrando condições para sua constituição discursiva no campo de saber da Educação. Com isso, vem atualizando outros discursos e estratégias de governo.

O termo *sustentabilidade* esteve, desde a década de 70 e mais predominantemente nas últimas duas décadas, presente nos debates envolvendo as questões ambientais e do desenvolvimento econômico e social. Em 1972, a ONU organiza a primeira grande reunião de chefes de Estado para tratar das questões relacionadas ao meio ambiente, a qual ficou conhecida como *Conferência de Estocolmo*. Essa conferência foi amplamente reconhecida como um marco nas tentativas e ações de melhoramento das relações do homem com o meio ambiente. Ações e discussões, mais tarde, em 1987, evoluíram para o conceito de desenvolvimento sustentável, concebido no *Relatório de Brundtland* (1991) como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Na década de 90, temos a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável com a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro. A consolidação do termo deu-se com a união dos termos *meio ambiente* e *desenvolvimento econômico*, concretizando a possibilidade apenas esboçada na Conferência de Estocolmo em 1972 e consagrando o uso do conceito de desenvolvimento sustentável, defendido em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland).

Com essa leitura, é possível observar que o discurso da sustentabilidade se constitui como uma atualização e reconfiguração do discurso do desenvolvimento econômico, produzido e difundido no período e contexto da Guerra Fria. Conforme Lima (2002, p. 3), “a partir dos anos 70 do século passado, o discurso desenvolvimentista revelou seus limites através de uma crise que, embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural”. Nesse contexto, vemos a questão ambiental e social ser incorporada à crise econômica; o debate sobre o desenvolvimento passa a ter uma concepção multidimensional e, assim, vem a assumir o desenvolvimento sustentável e a constituir-lo como tal.

Nesse momento, o desenvolvimento sustentável desloca-se de um discurso apenas ambiental e econômico, agregando o social à sua preocupação; portanto, elege e incorpora a educação como elemento chave para sua “resolução”. A educação passa a constituir o discurso da sustentabilidade, em um primeiro momento, mais pelo viés de educação ambiental, como uma forma de conscientizar e sensibilizar a sociedade em relação às suas condutas quanto à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Com essa intenção de articular e incorporar a educação ao discurso da sustentabilidade, temos a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada pela UNESCO e pelo governo da Grécia com o objetivo de destacar a função da educação e da sensibilização dos cidadãos em prol da sustentabilidade. Dessa Conferência, em 1999, no Brasil, deu-se a publicação e tradução pela UNESCO, intitulada “Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas”. Abaixo, seguem alguns excertos dessa publicação, que destaca a importância da educação para a garantia e sucesso do desenvolvimento sustentável, uma vez que é a partir dela que podemos modificar atitudes e comportamentos dos seres humanos, ou seja, a educação é a estratégia mais eficaz para a condução e governo do sujeito.

Para alcançar a meta da sustentabilidade é fundamental modificar radicalmente as atitudes e o comportamento dos seres humanos. Os progressos, nesse sentido, dependem, pois, fundamentalmente, da instrução e sensibilização dos cidadãos. [...] Devemos avançar agora, com o espírito de exploração e coragem de experimentar, com o leque mais amplo possível de parceiros a fim de contribuir, graças a educação, para a correção dos modelos de comportamento que colocam em perigo nosso futuro comum (Prefácio).

A chave do desenvolvimento sustentável e autônomo é a educação; uma educação que alcance todos os membros da sociedade, em novas modalidades e por intermédio de novas tecnologias para proporcionar a todos verdadeiras oportunidades de aprender ao longo de toda a vida (...). Devemos estar preparados, em todos os países, para dar à educação novas formas, a fim de promover atitudes e condutas propícias à cultura da sustentabilidade (Prefácio).

A educação serve à sociedade de diversas maneiras e sua meta é formar pessoas mais sábias, possuidoras de mais conhecimentos, bem informadas, éticas, responsáveis, críticas e capazes de continuar aprendendo [...]. A educação é, também, o meio de divulgar conhecimento e desenvolver talentos para introduzir as mudanças desejadas das condutas, valores e estilos de vida e para suscitar o apoio público às mudanças contínuas e fundamentais que serão imprescindíveis para que a humanidade possa modificar sua trajetória, abandonando a via mais comum que leva a dificuldade cada vez maiores e a uma possível catástrofe, para iniciar seu caminho em direção a um futuro sustentável. A educação é, em síntese, a melhor

esperança e o meio mais eficaz que a humanidade tem para alcançar o desenvolvimento sustentável (p. 35).

A educação em prol do desenvolvimento sustentável requer um enfoque equilibrado, em que se evite insistir na modificação dos estilos individuais de vida. Deve-se reconhecer que muitos dos problemas mundiais, inclusive os problemas ambientais, relacionam-se com nossa maneira de viver e que, para solucioná-los, é necessário transformar as condições sociais da vida humana, assim como alguns estilos de vida individuais (p. 50).

Os valores éticos são o fator principal de coesão social e, ao mesmo tempo, o agente mais eficaz para a mudança e a transformação. O êxito da sustentabilidade dependerá, em última instância, de que se modifiquem comportamentos e estilos de vida, o que exigirá o incentivo de uma mudança de valores, de preceitos culturais e morais arraigados, nos quais a conduta se fundamenta. [...] A educação, sem seu sentido mais amplo, cumprirá, necessariamente, um papel vital, tanto tangível, quanto intangível, para impor as profundas mudanças (p. 67-68).

É nesse contexto que a educação e a sensibilização da opinião pública são essenciais para criar condições que permitam o desenvolvimento sustentável. Valores éticos, tais como equidade, são adquiridos pela educação, no sentido mais amplo do termo. A educação é também essencial para que as pessoas possam usar seus valores éticos a serviço de opções conscientes e éticas. Com o tempo, a educação também incide, decisivamente, nas culturas e nas sociedades, fomentando sua preocupação com as práticas de desenvolvimento não-sustentável, sua capacidade de enfrentar e de induzir mudanças. Na realidade, o potencial da educação é enorme. Não apenas permite informar a pessoa, mas também pode mudá-la. Não é só um instrumento de ilustração pessoal, mas também um instrumento de renovação cultural. A educação não oferece apenas as habilidades científicas e técnicas necessárias, mas também dá motivação, justificativa e apoio social para adquirir e aplicar essas habilidades. A educação incrementa a capacidade das pessoas de transformar suas idéias sobre a sociedade em realidades funcionais. É por isso que a educação constitui o principal agente de transformação para o desenvolvimento sustentável [...] (p. 73).

Assentar e operacionalizar o discurso da sustentabilidade no campo da Educação não é uma escolha ao acaso. A educação, como um direito de todos, princípio e obrigatoriedade de Estado e responsabilidade e dever da família, constitui-se como um campo de “excelência” para operacionalização das práticas de governo, uma vez que a escola, enquanto instituição reconhecida no campo da Educação, vem se constituindo como uma maquinaria de normalização e produção de subjetividades (MENEZES, 2011). Dessa forma, pensar a escola é pensá-la “como lugar de verdade, como espaço de conquista do futuro, como instância ideal para a produção de um tipo de sujeito disciplinado que, na Contemporaneidade, se vê obrigado a se repensar” (Ibid., p. 82).

É preciso ressaltar que não me deterei aqui em analisar as práticas de governo operadas especificamente na escola, mas considero importante localizar minha compreensão da instituição escola, já que direciono minhas análises à emergência discursiva da sustentabilidade no campo da Educação. Com Pineau (2008), entendo a escola como a

instituição que melhor se encarregou da definição moderna de educação, o que colabora para o seu triunfo como uma das principais instituições responsáveis pela formação humana até os dias atuais.

Como destaca Menezes (2011) ao analisar a escola como uma maquinaria de normalização e produção de subjetividades inclusivas, “a escola aparece como lugar onde melhor seria posta em prática a arte de ensinar os homens com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade modernamente projetada” (p. 87). Diante disso, é possível entender a emergência discursiva da sustentabilidade no campo da Educação assumindo principalmente o papel de educação ambiental, uma vez que se utiliza principalmente da instituição escola para operacionalizar práticas de governo. Conforme destacado nos excertos acima, a educação opera na “*correção dos modelos de comportamento que colocam em perigo nosso futuro comum*” (UNESCO, 1999, s/p.). Dessa forma, podemos ver a Modernidade, por meio da instituição da educação, operando o governo no conjunto da população, e as escolas, entre outras instituições, operando o autogoverno de cada sujeito dessa população. Como destaca Menezes (2011),

é possível ver e entender o agenciamento do Estado com a maquinaria escolar para a promoção da vida; o cruzamento da disciplina com a biopolítica para a produção da seguridade de todos; e a instituição de novos contornos nas práticas de normalização para a formação de indivíduos sujeitos e subjetivados na governamentalidade biopolítica neoliberal (MENEZES, 2011, p. 88-89).

Entender a sustentabilidade como uma estratégia de governo que lida com a população e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder que aparece neste momento significa compreendê-la a partir de uma leitura biopolítica na governamentalidade neoliberal. (FOUCAULT, 2010b).

Foucault (2008a) afirma que, de modo geral, o problema do governo aparece no século XVI, com relação a questões bastante diferentes e sob múltiplos aspectos, e o autor considera o problema do governo dos Estados pelos príncipes. “Como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível etc.?” (p. 118). Essa problemática do governo, Foucault vai situar na convergência de dois processos:

o processo, evidentemente, que, desfazendo as estruturas feudais, está criando, instaurando os grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais, e um outro movimento totalmente diferente, que aliás não deixa de ter interferências no primeiro [...] que, com a Reforma, depois a Contra-Reforma, põe em questão a

maneira como se quer ser espiritualmente dirigido, na terra, rumo à salvação pessoal (FOUCAULT, 2008a, p. 118-119).

A literatura sobre o governo vai estender-se até o século XVIII. De forma geral, Foucault (2008a) vai interessar-se em “identificar os pontos que dizem respeito à própria definição do governo do Estado, o que chamaríamos, se quisermos, de governo sob sua forma política” (p. 119).

Foucault, em seus escritos sobre a arte de governar, diz que a ideia de um governo dos homens pelo regime do pastorado tem sua gênese no Oriente pré-cristão e cristão. Foi a partir do cristianismo, com a instituição da moral cristã como detentora do direito de decisão sobre a condução da vida dos indivíduos, que se instituiu uma forma de governo baseado no poder pastoral. Os indivíduos, no pastorado, são considerados como ovelhas em um rebanho em movimento, devendo ser guiados (conduzidos) durante toda a vida. Foucault (2008a, p. 222) confere ao poder pastoral a “[...] salvação de todos, mas também de cada um. Nenhuma ovelha é indiferente. Nenhuma deve escapar desse movimento, dessa operação de direção e de condução que leva à salvação”.

Ao retomar o pensamento do poder pastoral, Foucault (2008a) afirma que esse tipo de poder atua mais sobre a multiplicidade do que sobre o território, guiando a um objetivo e intermediando-o. Seria um poder finalizado sobre “aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano” (p. 173) – um poder que visa à totalidade e a cada um. O poder pastoral tem como meta a condução dos indivíduos para a salvação de todos e de cada um.

No entanto, é a partir do século XVI, conforme aponta Foucault, que a sociedade começa a viver intensamente o problema das técnicas de condução. Nesse mesmo período, surge a necessidade de encontrar novas maneiras de conduzir e conduzir-se fora do âmbito da autoridade eclesiástica. Então, passa-se a questionar as formas de governar: “[...] como se governar, como ser governado, como governar os outros, as famílias [...] por quem, com que fim? (FOUCAULT, 2008a, p.118-119). Para Foucault, essa crise constitui-se como uma condição de possibilidade para a emergência da razão do Estado.

Trazendo essa noção da razão de Estado, Foucault defende que a economia política se constituiu em um tipo de intervenção característico do Governo. Assim, para manter as forças do Estado, coloca-se como necessária a condução da população, individual e coletiva, de forma organizada. Isso quer dizer que, para manter as forças estatais, mais urgente que governar uma região, é essencial conduzir (governar) o povo dessa região, isto é, desenvolver a soberania, em primeiro lugar, sobre as pessoas e, somente depois, sobre o território.

A partir desse momento, o Estado passa a ocupar-se não mais do território em si, mas da população que o habita, e a massa de indivíduos que habita agora o território precisa ser conduzida de forma organizada (para ser produtiva). Com isso, as ações do governo passam a ser orientadas por um novo foco, que se tornou possível a partir da invenção da categoria “população” pelas *expertises* da biopolítica no século XVIII, como a Estatística, o Direito, a Medicina Social, a Saúde Pública (MACHADO, 2009). Assim, o Estado passa a ocupar-se da população pela constituição de uma nova tecnologia de poder – biopoder –, exercida sobre a vida coletiva, buscando o aumento de sua produtividade e utilidade.

No Estado governamentalizado, o exercício do poder dá-se de forma sutil, onde as ações de investimento de poder sobre o corpo do indivíduo são diluídas nas relações sociais pela operação de práticas disciplinares que aparecem durante o deslocamento da soberania para a constituição do Estado de governo e sobre a totalidade do corpo populacional. Assim, percebe-se que, nesse deslocamento de Estado administrativo para Estado governamentalizado, se reconfiguram as práticas de poder pastoral, colaborando com a organização e manutenção do Estado.

No Brasil, o estabelecimento da educação como um assunto de Estado ocorre na Constituição Federal de 1934, que institui:

Art. 149 – A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Gadelha (2009) ajuda-nos a entender o processo pelo qual o Brasil passa, mais especificamente na década de 30 do século XX: uma mudança política determinante para a articulação da educação com as ações biopolíticas. A essa mudança, está relacionado o “Estado Novo”, instituído por Getúlio Vargas no período de 1937 a 1945, que tinha como base a centralização do poder e das decisões na figura do Presidente. Cabe contextualizar que, no período que compreendia a passagem da condição de colônia portuguesa à condição de Brasil República, o país se encontrava “como um país atrasado, pobre, de economia eminentemente agrícola, com sistemas de comunicação ainda muito precários, dominado por oligarquias regionais [...] com quase 80% da população em idade escolar analfabeta e aproximadamente 90% dela fixada no meio rural” (GADELHA, 2009, p. 182).

Era evidente, então, a necessidade de constituição de políticas para a instrução da população e o alcance da modernização e desenvolvimento da ciência. Como destaca

Menezes (2011, p. 98), “a educação escolarizada aparece como privilegiada forma de condução ordeira da multiplicidade de indivíduos improdutivos que habitavam o país”. Nesse momento, temos a constituição de um Estado presente na vida da população de forma direta, com o objetivo de agir diante da configuração política, econômica e social do país em prol de desenvolvimento e produtividade dos indivíduos que o habitam.

No domínio da educação institucionalizada, o sujeito é capturado por práticas que o objetivam, tornando-o um “objeto passível” de conhecimento. A modernidade produz um sujeito moderno que também é subjetivado por tecnologias que prevalecem no “eixo ético-existencial e que se relacionam à subjetividade e à verdade” (MORGENSTERN, 2012, p. 3). Desse modo, podemos ver o Estado amparando-se nos princípios educacionais modernos para a construção de um sistema educacional capaz de formar sujeitos que, pelo exercício da razão, constituiriam bases para o desenvolvimento e o progresso do país. Como citado anteriormente, a invenção da categoria “população”, como um novo foco de Governo, reorienta as ações do Estado, que passa a operar a partir das expertises da biopolítica sobre a vida coletiva, “buscando o aumento de sua produtividade e utilidade, bem como a manutenção da seguridade” (MENEZES, 2011, p. 99).

Na medida em que o conceito de desenvolvimento sustentável é entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades, buscando uma produtividade e utilidade de todos os sujeitos de uma forma segura ao desenvolvimento da nação, a noção de sustentabilidade passa a assumir uma centralidade nos discursos do presente. Isso principalmente no que se refere a condutas e hábitos que cada um assume em relação a si e à sociedade, uma vez que toma um caráter ético-moral, ou seja, constitui-se em um discurso “politicamente correto”, pois minhas/nossas ações comprometem e responsabilizam as ações e “garantias” futuras do(s) outro(s).

Entendo que se encontram aqui as condições de emergência do discurso da sustentabilidade no campo da Educação, pois a noção de sustentabilidade tem como central o conceito de desenvolvimento, e este, à medida que passa a ser um problema e preocupação para o Estado, se torna o fio condutor das ações de Governo. Neste momento, a noção de sustentabilidade assume a educação como campo disseminador para operar suas práticas de governo, já que a educação, assumida na instituição escola, é o melhor lugar para pôr em prática a arte de ensinar e governar os sujeitos em prol de um desenvolvimento da sociedade.

Com a necessidade de desenvolvimento do país tornando-se prioridade, a difusão do termo *sustentabilidade* ocorre de forma rápida e intensa, sendo incorporado ao vocabulário politicamente correto das empresas, dos meios de comunicação de massa e das organizações da sociedade civil, a ponto de tornar-se quase uma unanimidade global.

Nessa configuração e compreensão do desenvolvimento sustentável, o social assume lugar de grande importância nos discursos e políticas relacionados à sustentabilidade. Tal preocupação direciona-se à sociedade, ao que o sujeito faz com ele e com os outros para satisfazer suas necessidades sem comprometer as das gerações futuras. Para isso, as noções de cidadania, direitos humanos e boa governança passam a ser recorrentes nos discursos produzidos em torno da sustentabilidade.

Com os excertos expostos abaixo, é possível novamente perceber que os discursos da sustentabilidade encontram a possibilidade de emergência a partir do conceito de desenvolvimento e de uma crise que, indo além da economia, se constitui em uma crise social, englobando aspectos tanto econômicos quanto sociais. Nessa compreensão, a população passa a ocupar centralidade nas preocupações em relação ao desenvolvimento da nação, já que somos “nós, os povos”, que garantiremos o sucesso do desenvolvimento sustentável.

Considerando a regulação da população pelo Estado, tomo como central a necessidade de investimento na conscientização, sensibilização e captura de todos pela noção de sustentabilidade, entendida como estratégia de governamento das condutas dos sujeitos, de maneira semelhante ao processo de sensibilização e conscientização produzido em torno da inclusão das pessoas com deficiência a partir da década de 90. Nessa leitura, é possível ainda perceber como o termo *inclusivo(a)* recorre nos discursos do desenvolvimento sustentável e entender que essa recorrência se dá a fim de garantir a ideia de que todos, inclusive as pessoas com deficiência, devem “adotar” a sustentabilidade como modo de vida e dela fazer parte. Essa seria uma forma de ser e estar na sociedade, além de garantir a sensibilização e o politicamente correto do discurso, entendendo-se aqui a inclusão como imperativo de Estado.

O documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2016) toma centralidade nesta análise, uma vez que, anuncia 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (descritos abaixo) e 169 metas a fim de assegurar os direitos humanos de todas e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. Estes objetivos e metas são integrados e indivisíveis, e mesclam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos ().*

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

() Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Os discursos relacionados ao desenvolvimento sustentável, articulados com os direitos humanos e pautados principalmente pelos princípios de democracia e cidadania, produzem o assujeitamento do sujeito em relação a si mesmo, enquanto sujeito ético-moral, cujas práticas condizem com sua constituição como sujeito, que, preocupado com suas ações e as dos outros em favor de um desenvolvimento da nação/população, se constitui, no presente, como um sujeito sustentável. Considero necessário apontar que não pretendo fazer uma análise dos processos de subjetivação dos sujeitos a partir das estratégias de subjetivação postas em operação nos documentos em relação à sustentabilidade. No entanto, penso ser necessário

destacar como os discursos aqui articulados operam na constituição do sujeito, produzindo modos de ser e estar na sociedade. Nesta analítica, esse sujeito vem se constituindo como sujeito sustentável, tendo em vista que nesses discursos é possível ver práticas de governamento sendo colocadas em operação, as quais, ao fim e ao cabo, acabam subjetivando os sujeitos a constituírem-se e a conduzirem-se de uma determinada forma.

*Em nome dos povos a que servimos, adotamos uma decisão histórica sobre um conjunto de objetivos e metas universais e transformadoras que é abrangente, de longo alcance e **centrado nas pessoas** [...] (p. 2).*

*Antevemos um mundo de respeito universal aos **direitos humanos** e à dignidade humana, ao Estado de Direito, à justiça, à igualdade e a não discriminação; ao respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e à igualdade de oportunidades que permita a plena satisfação do potencial humano e que contribua para a prosperidade compartilhada. [...] **Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo no qual as necessidades das pessoas mais vulneráveis sejam atendidas** (p. 3).*

*Um mundo em que **a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício nos níveis nacional e internacional, constituam elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável, além do crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome** (p. 3-4).*

*Reafirmamos a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como de outros instrumentos internacionais relativos aos **direitos humanos** e ao Direito Internacional. Sublinhamos as responsabilidades de todos os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, **de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem qualquer tipo de distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, propriedades, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição** (p. 6).*

*[...] A nova Agenda reconhece a necessidade de se construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas **que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que tenham como fundamento o respeito aos direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento)**, o efetivo Estado de Direito e a boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis [...] (p. 9).*

*Hoje nós também estamos tomando uma **decisão de grande significado histórico**. Tomamos a **decisão de construir um futuro melhor para todas as pessoas, incluindo as milhões às quais foi negada a chance de levar uma vida decente, digna e gratificante e de alcançar seu pleno potencial humano**. Nós podemos ser a primeira geração a obter êxito em acabar com a pobreza; assim como também podemos ser a última com chance de salvar o planeta. **O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos** (p. 12).*

“Nós, os povos” são as reconhecidas palavras de abertura da Carta das Nações Unidas. Somos “nós, os povos” que estamos embarcando hoje no caminho para 2030. Nossa jornada envolverá governos, assim como parlamentos, o sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, os negócios

e o setor privado, as comunidades científica e acadêmica – e todas as pessoas. Milhões já se engajaram com essa Agenda e dela se apropriarão. É uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo – e isso, acreditamos, garantirá seu sucesso (p. 12).

O tema do governo, como já discutido, aparece nas primeiras análises de Foucault como historicamente desdobrado tanto no campo político (em relação às “artes de governar”) quanto no campo moral (“governo de si mesmo”). Portanto, no caminho aqui trilhado, trazendo o tema do governo a partir do conceito de desenvolvimento, central para entender a articulação da noção de sustentabilidade com a inclusão e as condições de emergência desse discurso, utilizo também as abordagens de Foucault acerca das práticas do sujeito moral que correspondem ao “governo de si”. Conforme Deacon e Parker (2011, p. 101), “os seres humanos são também intersubjetivamente sujeitados pelo fato de que eles são governados externamente por outros e internamente por suas próprias consciências”.

Com essa compreensão, ao olhar para as recorrências, dentro do discurso da sustentabilidade, em torno dos preceitos de direitos humanos, democracia, cidadania, Estado de Direito, justiça e equidade como garantias e necessidades para o desenvolvimento da nação, capturando todos, inclusive os sujeitos com deficiência, passo a olhar para a subjetivação pela sujeição a si mesmo, pela ação moral de si sobre si, pela maneira como o sujeito se constitui como sujeito moral.

Acentua-se o elemento dinâmico dos modos de subjetivação: as formas da relação consigo mesmo, as técnicas e procedimentos mediante os quais se elabora essa relação, os exercícios pelos quais o sujeito se constitui como objeto de conhecimento, as práticas que permitem ao sujeito transformar seu próprio ser (CASTRO, 2016, p. 409).

A ação moral, neste trabalho, é compreendida e tomada como “ação moral que não vai se distinguir das ações morais a que o sujeito é submetido nas relações (de poder) que estabelece com outros sujeitos e que o obrigam a assumir determinados comportamentos pela sujeição a determinadas verdades” (CASTRO, 2016, p. 144). Foucault (2010e) sugere que a constituição da experiência de si – a subjetivação – se dá no ponto de articulação entre as técnicas de governo dos outros e as técnicas de governo de si.

Para a compreensão do termo *moral*, sigo as observações de Castro (2016) e o entendo como “os comportamentos morais dos indivíduos à medida que se adaptam ou não às regras e aos valores que lhes são propostos” (p. 155). Ou seja, a sustentabilidade, ao emergir como um discurso do presente, engajado em causas de preocupação com a sociedade e seu desenvolvimento e pautado em preceitos que condizem com uma ética e moral dos sujeitos

em relação aos seus comportamentos e condutas, faz incidir sobre tais sujeitos um modo de conduzir-se e constituir-se na Contemporaneidade, condizente com a atual conjuntura social, política e econômica. Assim, a ação moral tem a ver com a relação de si para si mesmo.

Toda ação moral, na verdade, comporta uma relação com o real onde ela se realiza e uma relação ao código ao qual se refere. Implica também certa relação a si mesmo. Essa relação não é simplesmente “conhecimento de si mesmo”, mas constituição de si como “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que segue, fixa certo modo de ser que quererá como realização moral de si mesmo. E, para fazê-lo, atua sobre si mesmo, empreende o conhecimento de si, se controla, se põe à prova, aperfeiçoa-se, se transforma (CASTRO, 2016, p. 156).

O interesse está em compreender a constituição do sujeito a partir das ações morais orientadas para a ética, que insistem nos modos de subjetivação. “Ética faz referência, em Foucault, à relação consigo mesmo, é uma prática, um *éthos*, um modo de ser” (Idem). Levo em consideração a ética em relação à maneira pela qual o sujeito se constitui como sujeito moral. Para isso, é necessário distinguir quatro aspectos:

1) A substância ética: a parte do indivíduo que constitui a matéria do comportamento moral; 2) Os modos de sujeição: a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com a regra e se reconhece como ligado a ela: porque pertence a um grupo, e por que se considera herdeiro de uma tradição; 3) As formas de elaboração do trabalho ético: para adequar-se à regra ou para transformar-se a si mesmo em sujeito moral; 4) A teleologia do sujeito moral: uma conduta moral não tem apenas a sua singularidade, situa-se no conjunto das condutas morais do indivíduo, tende à realização do indivíduo, de uma forma de individualidade (CASTRO, 2016, p. 155-156).

Os aspectos mencionados acima permitem um determinado tipo de relação entre moral e “práticas de si”. Conforme Fischer (2012), é pelas “práticas de si” que a relação de poder sobre si mesmo, ou seja, a “relação consigo”, é exercida. Portocarrero (2008, p. 284), ao trazer aspectos relacionados com uma história da ética, compreende-a como história das formas de constituição de si mesmo como sujeito moral, “com ênfase nas práticas de si destinadas a assegurar tal constituição, o que determina a maneira pela qual o indivíduo deve constituir-se a si mesmo como sujeito de suas próprias ações”.

Nesse sentido, tomo a noção de sustentabilidade como um discurso que emerge a partir de determinadas condições de possibilidade, discutidas anteriormente nesta seção. A sustentabilidade, pautada em uma compreensão do politicamente correto, age no governmento do sujeito a partir da compreensão de um sujeito moral e ético, preocupado

consigo e com o desenvolvimento da sociedade – um sujeito que vem se constituindo, na Contemporaneidade, como um sujeito sustentável.

Dessa forma, na presente leitura e análise de documentos relacionados à sustentabilidade e à inclusão, pude ver a produção de práticas de governo da população que resultam em ações para o governo de todos e de cada um. Ou seja, à medida que cada um assume para si as verdades produzidas pela racionalidade de Governo em operação, que nesta análise estão relacionadas com a noção de sustentabilidade, é mobilizado um investimento do sujeito em si mesmo, de maneira que se governe, de forma “livre e autônoma”, e produza condições de permanência e produtividade na trama neoliberal do mercado.

No decorrer deste capítulo, tentei mostrar como a noção de sustentabilidade se articula com a inclusão, funcionando como uma estratégia de governo e instituindo novas formas de ser e estar na sociedade. Os sujeitos passam a ter que se conduzir e investir em si para a aprendizagem de determinadas habilidades e competências, tomadas como um capital que lhes possibilite mobilidade e produtividade em todos os contextos, sejam eles educacionais ou sociais. Os sujeitos, portanto, participam dos jogos de mercado, e assim se atualiza o imperativo da inclusão no presente, pois não basta apenas estar incluído na trama neoliberal – é preciso estar incluído de uma forma sócio-produtiva.

Diante disso, considero importante empreender uma análise ainda mais adensada sobre a forma de governar a população e, mais especificamente, os sujeitos com deficiência, o que me permite pensar a inclusão sócio-produtiva desses sujeitos na Contemporaneidade como uma prática de governo da sustentabilidade. Nesse contexto, compreendendo a inclusão como um imperativo de Estado que vem sendo atualizado a partir da noção de sustentabilidade, tenho como objetivo, no próximo capítulo, analisar os desdobramentos das políticas de inclusão no contexto nacional, a fim de entender as mudanças e possíveis atualizações dessa lógica a partir da emergência e operacionalização da sustentabilidade como uma estratégia de governo.

CAPÍTULO III

3 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO PRESENTE A PARTIR DA DISCURSIVIDADE DA SUSTENTABILIDADE EM UMA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Os discursos produzidos em torno da inclusão no contexto brasileiro, principalmente após a década de 1990, vêm constantemente movimentando o pensamento de minhas práticas, tanto como pesquisadora quanto como professora na área da Educação Especial. Cabe destacar que essa mobilização constante se dá porque é possível perceber, na Contemporaneidade, os discursos inclusivos movimentando diferentes ações e práticas em diversos âmbitos – políticos, sociais, econômicos, educacionais e culturais –, o que nos permite visualizar a inclusão sendo tomada como uma verdade inquestionável deste tempo.

Nessa leitura e compreensão da inclusão, é possível perceber, ainda, que em decorrência dela, o termo inclusivo vem sendo posicionado como uma forma de adjetivar, ou seja, uma espécie de qualidade a ser ressaltada tanto nos sujeitos quanto em instituições, práticas, condutas, etc. Temos educação inclusiva, escola inclusiva, professor inclusivo, ser inclusivo, sociedade inclusiva, sistema inclusivo, entre *tantas outras coisas que podem ser adjetivadas*. Com essa “priorização” da inclusão na sociedade, como uma espécie de garantia de “qualidade” das práticas e sujeitos, que funciona também como uma forma de resgate e “compensação” de práticas segregadoras e excludentes, é possível fazer a leitura da inclusão como um imperativo de Estado. Trata-se de um imperativo que tem regulado as condutas dos sujeitos, de forma que todos invistam na inclusão como uma prática necessária para garantir a seguridade da população. Lopes et al. (2010, p. 6-7) diz: “*imperativo* porque o Estado toma a inclusão como um princípio categórico que, por ser assumido como evidente por si mesmo, é imposto de formas diferenciadas e de acordo com hierarquias de participação, a todas as formas de vida, sem exceção”.

Nessa mesma esteira, estendo meu olhar e compreensão desse caráter de “adjetivação” à noção de sustentabilidade, que vem sendo operada como uma forma de garantia de qualidade e ética do sujeito para com o meio ambiente e os outros. Observa-se uma preocupação com o desenvolvimento da sociedade de forma geral operando como uma estratégia de governo da população mediante sua articulação com o princípio da inclusão, produzindo e ampliando os modos de ser e estar na sociedade a partir desse imperativo. Assim, temos a inclusão agindo sobre todos os sujeitos, provocando a mobilização da economia e do próprio Estado, operando como uma forma de organização de

vida em sociedade e sendo considerada uma potente estratégia para a democratização, em que princípios como liberdade, equidade, direitos humanos e justiça sejam garantidos a todos (MENEZES, 2011).

Partindo de uma leitura e compreensão de que é necessário suspeitar e questionar os modos como a inclusão vem sendo assumida como verdade incontestável, tomo-a como uma invenção da Contemporaneidade, produzida na e pela linguagem, tornando-se uma verdade do nosso tempo em discursos de diferentes ordens. Ressalto que contestar e suspeitar não significa negar, refutar ou ser contra; esse estado de suspeição constitui-se na medida em que entendo a inclusão como uma produção/invenção de nosso tempo.

Neste capítulo, proponho dois movimentos. O primeiro movimento está relacionado à produção da inclusão como um imperativo de Estado na Contemporaneidade; trata-se de entender e mostrar como a inclusão foi assumindo determinados significados e produzindo determinadas práticas, constituindo-se em um regime de verdade de ser e estar na Contemporaneidade atualizado pelo estratégia da sustentabilidade. Já o segundo movimento constitui-se a partir da leitura do primeiro, na medida em que tem como centralidade os desdobramentos das políticas de inclusão, entendendo que eles possibilitam perceber certas articulações entre o social e a educação, entre elas, a emergência da sustentabilidade, investindo tanto na “recuperação” quanto na permanência da pessoa com deficiência na sociedade de forma inclusiva e sustentável, a fim de garantir a seguridade da população (planeta).

Portanto, o que me interessa mostrar, a partir da constituição deste capítulo com estes dois movimentos, é como o estratégia da sustentabilidade encontra na inclusão, enquanto imperativo de Estado, possibilidades de emergência e produção de práticas de governo, ampliando essa forma inclusiva de ser e estar na sociedade contemporânea, tomando-se como matriz de inteligibilidade a governamentalidade neoliberal.

3.1 INCLUSÃO: CONSTITUIÇÃO DE UM IMPERATIVO NA RACIONALIDADE POLÍTICA DO PRESENTE E CONDIÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DA SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO

Em uma análise e leitura mais amplas dos discursos inclusivos em diferentes âmbitos, a inclusão, para muitos, parece ser algo que esteve desde sempre aí, pronta e à espera de ser “descoberta” e colocada em funcionamento, com a finalidade de retornarmos a “[...] um suposto estado, original e paradisíaco, da completa igualdade de direitos para todos, de

completa homogeneidade social, de inclusão e acessibilidade ‘ampla, geral e irrestrita’” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011b, p. 128). Portanto, entender como a inclusão se configurou e se instaurou enquanto uma verdade do nosso tempo, conduzindo e subjetivando modos de ser e agir e organizando a vida em sociedade, torna-se imprescindível para o movimento de pesquisa pretendido neste trabalho, uma vez que é nesse contexto que a sustentabilidade encontra possibilidades de emergência, funcionando como estratégia de governo da Contemporaneidade.

Para esse movimento, parto do entendimento de que, na racionalidade neoliberal, os modos de vida da população estão conduzidos pela lógica de mercado. No jogo econômico, o desenvolvimento de determinadas habilidades e competências torna-se fundamental para a inclusão e permanência de todos na rede de mercado. Além de consumir, o sujeito deve investir em si e desenvolver condições que garantam sua inserção de maneira competitiva na sociedade. Porém, essa competitividade deve garantir a sustentabilidade, ou seja, o sujeito deve colocar-se no jogo de forma produtiva, mas que não “ameace” as condições e possibilidades de outros e das gerações futuras de consumirem e de suprirem suas necessidades.

Entendo que a lógica da concorrência e competitividade se torna um elemento central na produção de uma racionalidade neoliberal de matriz inclusiva e sustentável. Essa compreensão se dá na medida em que entendo que “tanto os discursos de verdade quanto o que se entende por sujeito são produzidos, constituídos a partir da articulação entre jogos de regras, mecanismos e estratégias de poder pertencentes às nossas práticas sociais e culturais” (CANDIOTTO, 2013, p. 19).

Foucault (2012), ao trazer em suas investigações a questão do poder, destaca que a verdade não existe fora do poder ou sem poder.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2012, p. 52).

Portanto, a partir das considerações do autor, com o termo *verdade*, não quero me referir basicamente a um conjunto de coisas a ser descoberto, nem fazer aceitar algo como

verdade, mas remeter ao “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 53).

Foucault (2009a, p. 16) vai interpretar as mudanças do saber como “aparição de formas novas na vontade de verdade”. A vontade de verdade não deve ser entendida no sentido clássico de “amor à verdade”, mas no sentido de busca de dominação que cada um empreende, marcando e sinalizando os discursos por sistemas de exclusão (VEIGA-NETO, 2011b). Isso porque são os sistemas de exclusão que “definem o dizível e o indizível, o pensável e o impensável; e, dentro do dizível e pensável, distinguem o que é verdadeiro daquilo que não é” (VEIGA-NETO, 2011b, p. 129).

Foucault oferece-nos um saber como construção histórica, um saber que produz, ele mesmo, suas verdades, seus regimes de verdade, que ao mesmo tempo instauram práticas discursivas e não discursivas e nelas se revelam. A noção de verdade tem sempre de ser referida a um conjunto de possibilidades que a fizeram emergir na qualidade de “verdade” (VEIGA-NETO, 2011b). A noção de verdade é tomada como uma construção histórica, implicada em sistemas de significação posicionados como mais corretos e desejáveis em uma determinada episteme.

Entender como a inclusão se tornou uma verdade quase inquestionável do nosso tempo tem a ver como esse entendimento de condições de possibilidade que fazem emergir, na qualidade de “verdade”, um determinado discurso. Portanto, não se trata de uma análise ou combate “em favor” da verdade, como destaca Foucault (2012), mas de um movimento em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. “É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de ‘ciência/ideologia’, mas em termos de ‘verdade/poder’” (FOUCAULT, 2012, p. 53).

Foi no fim dos anos 90 que o conceito e o termo *inclusão* se intensificaram e se disseminaram nos discursos educacionais. Essa data está relacionada, conforme Lockmann (2013), à entrada dos princípios neoliberais no país após a Ditadura Militar (1964-1985) e à emergência da inclusão social. Segundo a autora, “a ideia de assegurar a participação de todos, de garantir o acesso de todos às políticas governamentais, faz com que a inclusão comece a emergir em nosso país como um imperativo que inicialmente se estrutura pelo viés da inclusão social” (LOCKMANN, 2013, p. 273).

Cabe ressaltar que a inclusão, como a entendemos hoje, pautada nos termos e preceitos referentes ao livre acesso de todos, aos direitos e liberdades para todos sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição, emerge,

de forma oficial, primeiramente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, redigida e publicada pela ONU em 1948, conforme alguns excertos abaixo.

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (p. 5).

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (p. 5).

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade (p. 12).

Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego (p. 12).

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito (p. 14).

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (p. 14).

Desde então, inúmeros documentos, como os citados no Capítulo 1, que constituem a materialidade analítica deste trabalho, vêm sendo redigidos e produzidos com base nos preceitos desta Declaração. Neste trabalho, meu interesse está nos documentos e discursos referentes à inclusão, que, pautada e fundamentada no olhar dos direitos humanos, vem promovendo e exaltando a liberdade de participação em todos os espaços da sociedade por todas as pessoas, inclusive as com deficiência. Constitui-se, assim, uma rede discursiva bastante produtiva no sentido de balizar, convencer e assujeitar todos em relação à eficácia da inclusão para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade.

A lógica da inclusão, no Brasil, ganha maior visibilidade a partir dos movimentos relacionados aos grupos considerados minoritários e marginalizados, ou seja, grupos que vivem sob condições de vida miseráveis e/ou precárias. São grupos considerados socialmente excluídos da sociedade a partir da determinação e produção de uma normalidade social.

Madeira (2008), ao tratar da trajetória dos egressos do sistema penitenciário brasileiro, enfatiza que a exclusão tem como um dos principais fatores de produção a não inclusão no sistema econômico, gerando a pobreza e o desemprego. O conceito de exclusão, portanto, relaciona-se aos sujeitos expulsos e invalidados socialmente em função do não acesso ao sistema laboral, tornados desqualificados cívicos e políticos em condição de risco e vulnerabilidade social. A exclusão como problema social tem sido objeto de políticas sociais voltadas a garantir novas oportunidades, com vistas à inclusão ou inserção, entendidas como participação e garantia de direitos, com acesso a meios de vida e modos de existência sustentáveis.

Dessa forma, os discursos em torno da inclusão vêm sendo produzidos e operados por meio de outros discursos, principalmente da ordem jurídica e da ordem social. Tais discursos são pautados em uma noção de mundo mais justo e politicamente correto, e os argumentos apresentados na rede discursiva fortalecem o conceito de inclusão e tornam-na uma necessidade de vida, de mundo.

Para o investimento analítico aqui proposto, compreendo as políticas inclusivas como políticas públicas sociais que regulamentam a inclusão, escolar e social, de todos. Utilizando as afirmações de Deacon e Parker (2011, p. 108), entendo que a política não diz respeito à libertação, ao progresso, à Utopia, nem à tirania, à estagnação e ao fim da história, “mas ao governo e à conduta e à estratégia em relação a si e aos outros, o que é infinitamente mais complexo e perigoso”.

Visando a dar continuidade ao empreendimento aqui intencionado, tomo o exercício analítico realizado em minha dissertação de mestrado (MOHR, 2014) e os estudos de colegas pesquisadoras, como Rech (2010), Menezes (2011), Lockmann (2013) e Turchiello (2017), como subsídios e pontos de partida para perceber e tensionar os discursos referentes à inclusão, principalmente após a década de 1990. Considero, ainda, sua relação com o social, uma vez que estes discursos vêm operando no governo dos sujeitos, com interesse no governo das pessoas com deficiência, e funcionando na produção da inclusão como uma verdade/obrigatoriedade da Contemporaneidade.

A escolha desse recorte temporal dá-se na medida em que é possível perceber, neste período de tempo, a produção da inclusão em um imperativo do Estado brasileiro, conforme já sinalizado por Lopes (2007). Porém, destaco que os discursos considerados são efeitos de programas e práticas anteriores, ou seja, não se trata de uma “aparição” ou descoberta, especificadamente da década de 1990, mas de uma continuidade e legitimação nesse período a

partir de determinadas políticas e programas de governo que passaram a ganhar mais ênfase a partir de uma lógica neoliberal.

Não tenho a intenção de repetir o movimento realizado por alguns pesquisadores da área, como fizeram as colegas citadas acima, que já realizaram um movimento de compreensão da produção discursiva em torno da inclusão e mostraram como esta veio a tornar-se um imperativo. Minha intenção é, com estes estudos e pesquisas, movimentar a inclusão como imperativo de Estado em relação às suas produções discursivas, que passam a ocupar, como centro, os discursos da área da Educação, para colocar tudo isso em funcionamento com o intuito de produzir modos de ser e estar inclusivos na sociedade. Passo, então, a olhar os modos produtivos do sujeito, uma vez que os conceitos de desenvolvimento e produtividade passam a tomar centralidade na analítica do trabalho, pois se configuram como pilares da noção de sustentabilidade e passam a operar como estratégias de condução das condutas dos sujeitos no funcionamento da sustentabilidade como estratégia de governo.

No intuito de retomar, mesmo que brevemente, o movimento em que é possível perceber como a inclusão se tornou um imperativo do Estado brasileiro e uma estratégia da governamentalidade neoliberal mediante sua operacionalização nas políticas públicas, programas e campanhas, alio-me a dois autores/pesquisadores dos estudos foucaultianos que há muito tempo se ocupam de olhar, desconfiadamente, para a inclusão, inspirando outros e a mim a também exercermos a desconfiança sobre os ditos naturais: Maura Corcini Lopes e Alfredo Veiga-Neto.

Lopes et al. (2013) salienta que, na forma de vida neoliberal, os contratos sociais ultrapassam a noção de Estado, envolvendo-o e convocando-o a ser protagonista na representação dos interesses das comunidades e dos indivíduos em particular. Acrescenta, ainda, que o esmaecimento do social como categoria base de agência da população, bem como a exaltação da comunidade e do indivíduo como agentes de promoção social, determinam outros entendimentos acerca do que se vive hoje no Brasil, a saber: a imanência entre Estado forte e Estado mínimo e entre Estado e Mercado.

O neoliberalismo vivido no Brasil caracteriza-se: pela presença simultânea de um Estado forte e de um Estado mínimo; pela presença imanente do Estado e do mercado; pelos investimentos globais em programas nacionais; pela ampliação das expectativas individuais e incentivo governamental ao consumo; pelo direcionamento da educação por princípios de concorrência e empresariamento de si mesmo; pela ampliação da assistência e, ao mesmo tempo, diminuição de recursos na previdência; pela privatização do público; pelo incentivo ao individualismo; pelos muitos movimentos de resistência ao próprio neoliberalismo sendo incorporados e capturados pelas práticas neoliberais; e pelo uso descaracterizado, indiscriminado e binário das palavras exclusão e inclusão (LOPES et al., 2013, p. 43).

Na Contemporaneidade, Estado e mercado fundem-se e nutrem uma relação de imanência ao operarem de forma inseparável sobre os limites do indivíduo, e esse indivíduo é todo e qualquer indivíduo, independentemente de sua condição, sendo entendido como unidade de potência da nação. Assim, temos operando, simultaneamente, de uma parte, um Estado brasileiro forte na relação direta com a promoção das condições mínimas/básicas de vida da população e, de outra parte, um Estado brasileiro mínimo na condução das formas de vida, estas cada vez mais pautadas pelo mercado e focadas no indivíduo em particular. (LOPES et al., 2013).

A partir dos princípios do neoliberalismo, em uma instância micro, interessa que cada país invista em ações de autocondução dos indivíduos de sua população para que todos alcancem as condições de participação no jogo de mercado. Lopes (2009a) evidencia que todos estamos sendo conduzidos, de alguma maneira, por determinadas práticas e regras implícitas que nos levam a entrar e permanecer no jogo econômico do neoliberalismo. A autora salienta que há pelo menos duas regras no jogo neoliberal: a primeira é manter-se sempre em atividade, garantindo a maior quantidade de pessoas no benefício das inúmeras ações de Estado e mercado; e a segunda é que todos devem estar incluídos, ou seja, não se admite que alguém perca tudo ou fique sem jogar (Ibid., p. 110).

Entendo que, na Contemporaneidade, as políticas de inclusão tomam como objetivo um tipo específico de governo das condutas dos sujeitos que constitua determinados saberes do mercado e atenda às suas exigências. Nessa perspectiva, participar, fazer escolhas, gerenciar e investir em si, desenvolver competências e habilidades, ser autônomo, são premissas imprescindíveis na racionalidade neoliberal de matriz inclusiva.

Uma leitura da política a partir de uma perspectiva da governamentalidade centraliza o uso da liberdade como um recurso do Estado, da constituição e regulação do eu, do desenvolvimento de subjetividades e da ativa formação do cidadão. Ela também coloca nossa atenção na reforma do cidadão, na modernização do cidadão de antigos projetos, na reengenharia do cidadão, para harmonizá-lo com os projetos atuais da razão estatal (DOHERTY, 2008).

A partir dessa leitura, é possível dizer que as relações entre Estado e população têm o mercado como mediador, de forma que se gerencie um governo eficiente da população com o mínimo empreendimento de forças. Nesse sentido, utilizo os estudos de Michel Foucault para conseguir entender a operação desse tipo de governo da população e como se instaura uma arte de governar que se ocupa de maneira específica da população e toma a economia política como ciência.

Foucault empreende importantes pesquisas no período de 1974 a 1979, tendo ministrado, em 1976, os cursos *A História da Sexualidade I (A vontade de Saber)* e *Em defesa da Sociedade*; no ano de 1978, o curso *Segurança, território e população*; e, em 1979, o curso *Nascimento da biopolítica*. Nestes cursos, Foucault expõe suas compreensões acerca do que ele chamou de *governamentalidade*, trazendo especificamente as questões da *sociedade de segurança*, do *biopoder* e da *biopolítica*.

Para Foucault, a partir do século XVIII, o Ocidente conheceu uma profunda transformação nos mecanismos de poder – deslocamento do poder do Soberano para o Estado. Essa transformação nos mecanismos de poder, uma das mais maciças do direito público do século XIX, consistiu não em substituir, mas em completar o velho poder da soberania – fazer morrer ou deixar viver – com um direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas penetrá-lo, modificá-lo, um direito que vai ser um poder exatamente inverso – poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. Isso marca o processo de entrada da vida na história, isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida humana na ordem do saber e nos cálculos do poder.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (FOUCAULT, 2015, p. 128).

No século XIX, um dos fenômenos fundamentais foi o que se poderia denominar de assunção da vida pelo poder ou, como diz Foucault (2010b, p. 201), “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico”. Podemos compreender que o poder consegue apropriar-se dos processos biológicos para controlá-los e eventualmente modificá-los, pelo fato de que passa a encarregar-se mais da vida do que da ameaça da morte. Para Foucault (2015, p. 134),

Se pudéssemos chamar de ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.

Durante o curso *A História da Sexualidade I - A vontade de Saber*, Foucault (2015) estabelece um primeiro sentido para o termo *biopolítica*. Biopolítica porque os novos objetos de saber, que se criam “a serviço” do novo poder, se destinam ao controle da própria espécie. Assim, constrói-se um novo conceito, o de população, para dar conta de uma dimensão coletiva. Esse “novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”, é o que Foucault chamou de população (2010b, p. 206).

Entendendo que o processo de governamentalização da vida se dê em um processo que leva a certa higienização da sociedade, em que para uns viverem outros podem morrer, a inclusão e a captura de todos ainda são estratégias importantes e produtivas. O exercício do poder, nessa perspectiva, sofre um deslocamento de ênfase – do poder disciplinar para um biopoder, um poder sobre a vida que as sociedades de seguridade e de controle vão adotar, objetificando a população por meio de estratégias de segurança.

Ao iniciar o curso *Segurança, território e população*, na aula de 11 de janeiro de 1978, Foucault define *biopoder* como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política geral de poder” (2008a, p. 3). Desenvolvido no século XVII, o biopoder investe em todas as dimensões da vida. Nessa nova forma de poder, Foucault distingue duas vias: uma pela disciplina dos corpos, uma anátomo-política do corpo humano que busca maximizar as suas forças e reintegrá-lo a sistemas eficientes (corpo – organismos – disciplina – instituições); e outra pelos controles reguladores da população, o que Foucault chamou de biopolítica da espécie humana, que focaliza suas ações no corpo múltiplo da população (população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado).

Foucault sinaliza que esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar e outro regulamentador, não se encontram no mesmo nível. Isso lhes permite, justamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Com isso, pode-se dizer que os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população são articulados um com o outro. De forma mais geral ainda, menciona Foucault, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai aplicar-se da mesma maneira ao corpo e a população é a norma. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. “A sociedade de normalização é uma sociedade onde se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 2010b, p. 213).

A sociedade de normalização é uma sociedade em que o conjunto normativo opera tanto sobre o indivíduo quanto sobre a totalidade da população, de forma a manter as regularidades, a segurança e a qualidade de vida coletiva. Em o *Nascimento da biopolítica*, Foucault sinaliza um deslocamento da analítica dos dispositivos de poder de uma biopolítica da população para um investimento em uma biopolítica individualizante, com vistas a produzir um empresário de si mesmo, dotado de habilidades de inserção em um mercado econômico competitivo. Na concepção de Foucault, influenciado pelo neoliberalismo econômico do pós-guerra, o homem foi compreendido em termos de *homo oeconomicus*, isto é, como um ser agente que, estimulado pelas diversas exigências do mercado, busca responder a elas.

O interesse de Foucault, então, volta-se às diversas formas de controle dos indivíduos e das populações, tal como elas se dão nas modernas economias de mercado. “É preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 165).

Dentro dessa lógica, Lopes (2009) entende que a inclusão se configura como um imperativo de Estado, uma vez que se materializa na Contemporaneidade como uma alternativa econômica viável para que os processos de normação e de normalização se efetivem, “bem como para que outras formas de vida – mais empreendedoras, autossustentadas e autônomas – se expandam no tecido social” (LOPES; RECH, 2013, p. 212). Junto-me às autoras no entendimento da inclusão como um conjunto de práticas (bio)políticas que visam a normalizar as condições de vida, bem como os acessos e fluxos no interior da população, além de operarem como estratégia da governamentalidade neoliberal.

Durante a leitura dos materiais, foi possível perceber que, em sua maioria, as recorrências discursivas estão operando além da regulamentação da população em seu aspecto biológico, ou seja, estão operando também no governo dos sujeitos, uma vez que assujeitam e conduzem os indivíduos a operarem sobre si determinadas estratégias, regulando e governando suas condutas conforme a necessidade de Estado que atende a uma racionalidade política neoliberal. Rabinow e Rose (2006, p. 50) apontam que uma racionalidade biopolítica modificada está claramente se formando, “na qual o conhecimento, o poder e a subjetividade estão entrando em novas configurações, algumas visíveis, outras potenciais”.

Lazzarato (2011) tem mostrado como, a partir do neoliberalismo, há uma redefinição do poder biopolítico, visto que as ações do Estado não intervêm apenas no biológico da população, mas solicitam que cada sujeito realize um trabalho ético-político sobre si, por meio

da mudança de seus comportamentos nos mais variados campos (saúde, trabalho, escolarização, qualificação).

Portanto, é preciso que haja mecanismos de regulação voltados à condução das condutas da população. Mediante a operação de mecanismos de segurança, procura-se aperfeiçoar a vida, tornar visíveis e conhecidos os processos que afetam essa população, surgindo a estatística como uma tecnologia que contribui para o funcionamento do poder de regulamentação da vida. Dessa forma, podemos visualizar a emergência da população e seus fenômenos como necessária para a economia política do poder. Conforme já discutido no Capítulo 1, de acordo com Foucault (2008a), a emergência da população como problema possibilitará o desbloqueio da arte de governar. Segundo o filósofo, “[...] graças à percepção dos problemas específicos da população e graças ao isolamento desse nível de realidade que se chama economia que o problema do governo pode enfim ser pensado, refletido e calculado fora do marco jurídico da soberania” (FOUCAULT, 2008a, p. 138).

Pode-se dizer que há a passagem de “uma arte de governar a uma ciência política” (FOUCAULT, 2008a, p. 141). Uma nova economia, uma “economia política” que, amparada em um novo saber – a estatística –, se encarregaria de administrar a população, com sutileza e em detalhe, utilizando-se de novas táticas e técnicas, assim agindo diretamente sobre sua vida. É preciso entender que a população não se resume a uma representação demográfica, mas trata-se de “um corpo vivo cuja sobrevivência deve ser mantida por todo um conjunto de ações políticas governamentalizadas” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011a, p. 7).

Portanto, a população passa a ser o alvo final do governo, uma vez que se governa para melhorar as condições de vida da população. Assim, é possível entender, juntamente com Foucault (2008a), que essa arte de governar que toma a população como alvo de intervenção e o nascimento da economia política como ciência e técnica de governo no século XVIII cria as condições de possibilidade para a governamentalização do Estado. A governamentalidade neoliberal volta-se à condução das condutas da população, entendendo que o mercado tem sua regulação determinada pela concorrência, e não mais pelo “*laissez-faire* – deixar fazer” (FOUCAULT, 2008b). Ou seja, a arte de governar neoliberal desenvolve-se a partir de uma economia de mercado como princípio regulador.

Lockmann (2013), empreendendo uma análise das políticas de assistência social olhando para a inclusão social, considera que a Constituição Federal de 1988, ao posicionar a assistência como uma questão de Seguridade Social, passa a garantir direitos sociais e políticos à população, reafirmando a regra da não exclusão como princípio neoliberal. Nesse contexto, as ações e programas governamentais operacionalizados não têm como objetivo a

constituição de uma rede de dependências da população ao Estado, mas sim a proposição de que cada um possa desenvolver as condições necessárias para gerir suas próprias vidas.

Conforme já abordado no Capítulo 1, na seção referente aos rumos metodológicos, Foucault (2008b), ao analisar as duas vertentes do neoliberalismo, a alemã e a americana, destaca nesta última dois elementos importantes nessa forma de governar: a Teoria do Capital Humano e o problema da criminalidade e da delinquência. Interessa-me, neste momento, o primeiro elemento destacado pelo filósofo, pois percebo a potência e a possibilidade de olhar e pensar o funcionamento de determinadas estratégias inclusivas como um investimento em capital humano.

Para Foucault (2008b), a Teoria do Capital Humano está voltada a uma análise de competência, da competência do trabalhador, como um capital:

[...] essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado (o trabalho) e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico (FOUCAULT, 2008b, p. 302).

As habilidades e competências, nessa teoria, são tomadas como uma forma de capital, um capital individual de cada sujeito, não havendo a separação entre capital e indivíduo. Schultz (1973, p. 53, grifos do autor) diz que “a característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas”. A qualidade e quantidade de capital dependem de cada sujeito, dos investimentos e esforços que cada um empreende em si. Nesse processo de acúmulo de capital humano, a capacitação e a formação educacional e profissional dos sujeitos constituem-se como necessárias e potentes, uma vez que acionam e possibilitam determinadas técnicas que permitem ao sujeito tornar-se produtivo e permanecer incluído no mercado.

Gadelha (2009, p. 150) afirma:

Em suma, uma das estreitas interfaces dessa Teoria do Capital Humano com a educação está, portanto, na importância que a primeira atribui à segunda, no sentido desta funcionar como investimentos cuja acumulação permitiria não só o aumento da produtividade do indivíduo-trabalhador, mas também a maximização crescente de seus rendimentos ao longo da vida.

Com isso, é possível perceber que o desenvolvimento das condições e habilidades necessárias para a autogestão da própria vida se dá por meio da educação. Dessa forma, alinhado

meu interesse nas políticas e documentos que versam sobre as pessoas com deficiência e/ou inclusão ao objetivo de entender como e quais estratégias são colocadas em funcionamento para que, além da produção da inclusão como um imperativo de Estado, haja a produção de capital humano para as pessoas com deficiência, atendendo a uma preocupação nacional em relação às sociedades: a sustentabilidade.

A rede discursiva em torno da inclusão age na condução do sujeito para que se torne um empresário de si mesmo, um empreendedor, alguém que consiga ser sustentável em si mesmo. Como diz Gadelha (2009, p. 144), trata-se de um “indivíduo microempresa”. Nesse processo, vemos a emergência de um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo.

Foucault (2008b) aborda a questão do deslocamento, no neoliberalismo, da noção de *homo oeconomicus*. Considerado como parceiro de troca na concepção liberal, no neoliberalismo, o *homo oeconomicus* passa a ser compreendido como “[...] empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 311). Esse sujeito aqui é compreendido e tomado como aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio. Ele aparece como algo manejável, que vai responder às modificações introduzidas no meio. Nessa ordem, o sujeito se constitui e se produz empreendendo em si um investimento constante em um determinado modo de viver, na medida em que é capturado pela “modificação” da forma de dizer e fazer da sua vida, agora produzida e reconfigurada a partir da ordem da inclusão. “O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008b, p. 369).

Olhando para alguns documentos que versam sobre a inclusão ou sobre a pessoa com deficiência, foi possível perceber o funcionamento de uma rede discursiva com articulação em diferentes campos – saúde, assistência social, educação – na produção de determinadas estratégias de regulação e condução da população e do sujeito. Os discursos materializados nos documentos analisados sinalizam a forma como essas estratégias devem ser e estão sendo operacionalizadas em um processo de governo para capacitar os sujeitos, tornando-os mais autônomos e capazes de gerenciar suas próprias vidas.

Aqui, tomo as palavras de Lopes (2011) para um entendimento possível do que a palavra *inclusão* abarca e do que a constitui:

conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. Ainda, inclusão pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais,

educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar (LOPES, 2011, p. 7).

Percebo a inclusão podendo ser significada como uma condição permanente de vida que, agenciada com a racionalidade neoliberal, busca possibilitar que todos os indivíduos desenvolvam capacidades de autogestão, garantindo a promoção das suas necessidades básicas, a partir de ações de autoinvestimento para sua constante permanência e produtividade nas redes do mercado.

Machado (2015) sinaliza que uma atenção mais direcionada à educação das pessoas com deficiência se dá no final da década de 1980, quando passa a ocupar a agenda educacional como uma preocupação econômica, e também pela produção de discursos de diferentes campos de saber que passam a enaltecer os benefícios da aproximação social e educacional de todos. Nessa esfera da aproximação entre o social e o educacional nos movimentos inclusivos, alguns pontos são importantes no contexto brasileiro, porém, não me deterei em analisar de forma profunda os movimentos, documentos e contextos de cada governo que operaram na produção dessa aproximação¹⁹. Dentre os destaques, enfatizo as transformações²⁰ relacionadas ao órgão responsável pelas questões referentes às pessoas com deficiência e ao campo da Educação Especial, para entendermos como chegamos ao “status” de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A partir da transformação do Centro em Secretaria, é possível visualizar a articulação prioritária com a educação e sua relação com o social.

Ainda nesse contexto, saliento o movimento da integração – escolar e social – como uma das principais condições de possibilidade para a emergência do que chamamos hoje de inclusão. Não olho para esses movimentos, conforme Menezes e Rech (2009, p. 2), “na lógica da substituição ou superação de um sobre o outro, mas sim na lógica da complementaridade e, sendo assim, entendemos acerca da integração escolar desses alunos uma de suas condições de possibilidade”.

¹⁹ Para um entendimento mais amplo e profundo dessa aproximação, sugiro a leitura de trabalhos como os de Lockmann (2013) e Turchiello (2017), os quais foram tomados como subsídio para o entendimento e discussão propostos nesta seção.

²⁰ Foi criado, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Localizado no Rio de Janeiro, tinha como objetivo traçar metas governamentais para a Educação Especial. Posteriormente, em 1986 (governo de José Sarney, 1985-1990), o CENESP passa a ser Secretaria, sendo denominado como Secretaria de Educação Especial (SESPE), integrando o Ministério da Educação e assumindo sua sede em Brasília. Em 1990, esta secretaria é extinta, e a Educação Especial passa a ser competência da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB). Passados dois anos, ao final de 1992, após a saída de Fernando Collor de Mello (1990-1992) do governo, a Secretaria de Educação Especial ressurgiu com a sigla SEESP, passando a compor o Ministério da Educação e Desporto. Esta secretaria seguiu em funcionamento até o ano de 2011, quando então passou a compor a SECADI, seguindo até os dias de hoje.

O movimento da integração escolar tinha como principal objetivo inserir os alunos com deficiência, que estavam fora dos espaços educacionais, em algum lugar. Quando possível, as pessoas com deficiência eram inseridas nos sistemas regulares de ensino e, quando necessário, nas escolas especiais.

A integração escolar era sustentada, inicialmente, pela ideia da normalização das pessoas com deficiência. A inserção dessas pessoas nos ambientes comuns de ensino tinha a intenção de aproximá-las o máximo possível do que era considerado como normalidade. Nos documentos e publicações, desde os últimos anos da década de 80 até a década de 90, o conceito e a proposta da normalização estavam sendo introduzidos como algo inerente ao processo de integração, ou seja, o conceito “normalizar para integrar” vinha ganhando força e sendo potencializado a partir de uma forma de organização social, buscando trazer as pessoas com deficiência para o convívio comum com todos e elegendo espaços de interação, sobretudo, educacionais.

Dentre os documentos, destaco a Portaria CENESP/MEC n.º 69, de 28 de agosto de 1986, que definiu normas para a prestação de apoio técnico e/ou financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular; e a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe, entre outras questões, sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Com relação à educação, a referida lei coloca “a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares das pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino” (BRASIL, 1989, art. 2º).

Já em 1994, temos a Política Nacional de Educação Especial como um dos documentos mais significativos em relação às orientações para a integração das pessoas com deficiência nas escolas regulares. O documento, dentre outras previsões, determinou o acesso às classes comuns por aqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 1994, p. 19). Rech (2013, p. 76) enfatiza:

Neste jogo neoliberal – em que os sujeitos precisam estar em atividade e, de alguma forma, se manter incluídos –, nada me parece mais coerente do que colocar neste circuito econômico todos aqueles que estavam, até então, encarecendo o Estado, como, por exemplo, as pessoas com deficiência. Era preciso que essa parcela da população deixasse suas casas e as escolas especiais para poder contribuir de alguma forma. E como isso seria possível? À primeira vista, uma das possibilidades seria por meio da escola.

Desse modo, a instituição escolar ganha força enquanto espaço disciplinador e regulador das condutas dos sujeitos, operando determinadas tecnologias e estratégias de governo por meio de estratégias disciplinadoras e normalizadoras.

No domínio da educação institucionalizada, o sujeito é capturado por práticas que o objetivam, tornando-o um “objeto passível” de conhecimento. A modernidade produz um sujeito moderno que também é subjetivado por tecnologias que prevalecem no “eixo ético-existencial e que se relacionam à subjetividade e à verdade” (MORGENSTERN, 2012, p. 3).

“Operando uma individualização, classificação e avaliação constantes dos indivíduos, segundo programas cada vez mais minuciosos de acompanhamento, adestramento e controle do tempo e dos atos”, as instituições sociais – escolares, produtivas, médicas, corretivas, etc. –, tendo como primeiro modelo a disciplina religiosa dos conventos, expandem-se pela sociedade (PASSOS, 2008, p. 13).

Conforme Lopes e Veiga-Neto (2007), para Foucault, acontece uma normalização disciplinar quando se tenta conformar as pessoas – em termos de seus gestos e ações – a um modelo geral previamente tido como a norma. “Assim, é dito normal aquele que é capaz de amoldar-se ao modelo e, inversamente, o anormal é aquele que não se enquadra ao modelo” (p. 956).

No contexto em que estou movimentando esta discussão, saltam como necessárias, mesmo que de forma breve, a delimitação e a diferenciação entre normação e normalização. Para Foucault (2008b), normação refere-se ao processo de distinguir-se do normal e do anormal, ao invés de se partir da norma. Já em relação à normalização, esta parte do “assinalamento do normal e do anormal, um assinalamento das diferentes curvas da normalidade” (p. 83). Conforme exemplo dado por Veiga-Neto, podemos entender que

os dispositivos normatizadores são aqueles envolvidos com o estabelecimento das normas, ao passo que os normalizadores são aqueles que buscam colocar (todos) sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa da normalidade (VEIGA-NETO, 2006, p. 35-36).

Os que fogem à norma são vistos com perigo para a segurança pública, isto é, são vistos como marginalizados, “anormais”; portanto, devem ser “capturados” pelo Estado a fim de voltarem a inserir-se nos mecanismos de regulação, governo de si e de suas condutas. O objetivo é trazer o considerado “anormal” para perto da zona delimitada como “zona da normalidade”. Nesse processo, podemos contextualizar a instituição escolar como um espaço produtivo para a regulação das condutas e normalização dos considerados

“anormais”. “Os indivíduos são considerados em função de sua normalidade, o que é ‘um dos grandes instrumentos de poder da sociedade contemporânea’, diz Foucault” (ARAÚJO, 2007, p. 30).

Dizendo de outro modo, a necessidade está em colocar o “anormal” em um lugar na zona da normalidade, a fim de permitir e proporcionar o seu reconhecimento frente à sociedade. Rech (2010) traz suas considerações em relação a esse processo, dizendo que, para que esse reconhecimento aconteça de maneira “natural”, a população precisa ser educada, “governada” para o reconhecimento desse sujeito considerado “anormal” e para o convívio com ele sem estranhamento. O objetivo é tornar a sociedade apta para aceitar a presença da “anormalidade”.

Portanto, a escola torna-se a instituição mais produtiva para colocar tudo isso em movimento. “Ela funciona – e continua funcionando – como o lugar privilegiado para a invenção e experimentação de novos saberes e para a intervenção do Estado e de suas políticas que visam à segurança da população” (LOPES; VEIGA-NETO, 2007, p. 958).

Com isso, podemos visualizar a produção de políticas priorizando a presença da pessoa com deficiência nos espaços escolares comuns até a produção desta prioridade como uma obrigatoriedade, o que, conforme Rech (2010), se dá mais especificamente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Dando entrada ao “movimento da inclusão escolar”, o Governo FHC aposta numa transformação educacional, [...]. A inclusão, vista como antônimo da exclusão, gera na população uma ideia de mudança plena, de comprometimento com as melhorias exigidas pela sociedade. Ela passa a ser entendida como a “salvação educacional”, como a única forma de aceitar, respeitar e conviver com o outro. Nessa nova perspectiva, surgem princípios, objetivos e desafios para o novo movimento, agora com o intuito de incluir e não mais integrar (RECH, 2010, p. 137).

Nesse sentido, conforme sinalizado nos trabalhos de Rech (2010) e Menezes (2011), no final do século XX, vimos a produção de políticas de inclusão escolar que buscam priorizar a condução de todos à escola, denominada então de inclusiva. A produção e disseminação das políticas inclusivas no país, segundo as autoras, dão-se de forma mais acentuada no período do Governo de FHC (1995-2002). Neste Governo, foi possível visualizar um grande apelo à necessidade de educar a todos, *slogan* utilizado por outros países a partir de movimentos mundiais que passaram a apresentar a necessidade de se garantir o acesso de todos à educação.

Dentre os movimentos mundiais que contribuíram para a disseminação e legitimação de uma “educação para todos”, cabe destacar a Declaração Mundial Sobre Educação Para

Todos (1990), organizada pela UNESCO em Jomtien, Tailândia, como um marco da acentuação e demarcação da inclusão nos discursos e práticas no Brasil. A Declaração tinha como objetivo central garantir o direito à educação para todas as pessoas. Além disso, a Declaração de Salamanca (1994), organizada pelo Governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, congregando a ONU e demais organizações mundiais, reafirmou o direito à educação de todos, especialmente às pessoas com deficiência, ao versar sobre os “Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”. Portanto, ambos os documentos, ao produzirem a urgência de uma educação que atenda a todos, posicionam a centralidade da discussão sobre uma escola que atenda a todos, de modo que suas necessidades de aprendizagem sejam supridas, não as caracterizando como impedimento à escolarização, ou seja, temos a centralidade na chamada escola inclusiva.

No que concerne às Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (2001), estas têm como principal preceito assegurar a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais²¹ na educação básica. Conforme esse documento, “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Ou seja, cabe à escola— e aos sujeitos que a constituem – adequar-se e moldar-se em suas condutas em relação à inclusão e à presença dos alunos com deficiência nesse espaço, uma vez que não se pode mais admitir que as pessoas com deficiência fiquem fora dele, sendo consideradas não produtivas e excluídas socialmente.

Entendendo que a participação de todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência, se torna condição inerente ao processo de desenvolvimento da sociedade, em uma lógica neoliberal, a parceria entre educação e assistência social torna-se fundamental. Isso porque, dentre as pessoas que estavam, comumente, à parte dos processos de inclusão e de mercado, se encontravam aqueles sujeitos cujas condições econômicas se apresentavam como impedimento para a frequência na escola; com isso, consolida-se como necessidade da relação educação e social. A esse respeito, Menezes (2011, p. 126-127) reflete:

[...] o fato de as bolsas de assistência contemporâneas serem efetivadas via repasse do recurso financeiro por depósito em contas bancárias abertas para esse fim demonstra a ressignificação das ações de assistência a partir de uma lógica neoliberal. É o dinheiro em si que vai possibilitar o alargamento das possibilidades de vivência no jogo econômico. [...] A aposta localiza-se na possibilidade de que,

²¹ Terminologia usada nesse documento.

uma vez subjetivados pelo modo de vida neoliberal, tais sujeitos procurem cada vez mais e melhor se autogestar para nele permanecerem incluídos.

Diante disso, compreendendo a relação entre as políticas sociais e as políticas educacionais como uma estratégia para garantir a participação de todos por meio da mobilização de princípios democráticos, “[...] a educação é vista como um investimento nos seres humanos, de forma que o desenvolvimento passa a ser medido não apenas por meio do capital físico, mas a partir do capital humano” (KLAUS, 2011, p. 70). Assim, passa-se a entender que o aumento nos níveis de escolarização da população – ou seja, o aumento nas taxas de matrículas – se torna um dos principais propulsores do desenvolvimento do país.

Com essa leitura, e entendendo que o neoliberalismo, na década de 1990, se encontra presente nos discursos e práticas operadas no contexto brasileiro, percebe-se que “cada indivíduo, na lógica neoliberal, passa a ser uma unidade de investimento e uma potência empreendedora” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 57), uma vez que nessa lógica a participação de todos é fundamental. Como já sinalizado neste trabalho, sob essa perspectiva, a relação entre inclusão e mercado encontra-se em pleno funcionamento, pois o mercado encontra na lógica inclusiva seu pilar de funcionamento e sustentação. Portanto, na racionalidade política neoliberal, o Estado apresenta, de forma mais acentuada, sua preocupação com as condições de vida da população; conseqüentemente, os sujeitos, enquanto empresários de si, passam a ocupar-se com a gestão de seu capital, a fim de mostrarem-se em condições de entrar e concorrer no jogo do mercado.

Com isso, a inclusão passa a ganhar mais força a partir da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), legitimando-se e instaurando-se como discurso inquestionável das escolas e professores e em outros atravessamentos da Educação de forma geral. A Política tem como objetivo principal

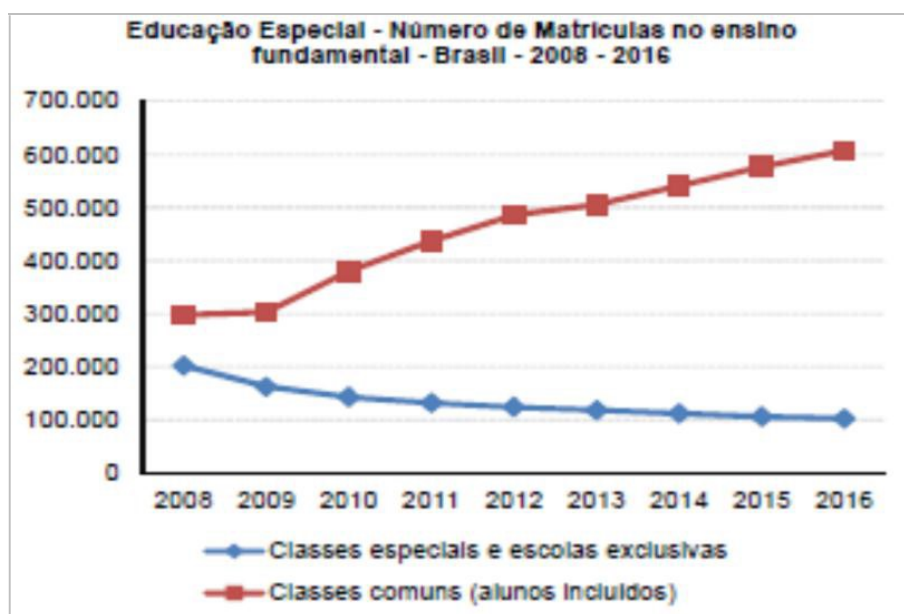
assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Ao trazer isso para o cenário da educação, a Política, além de esclarecer o objetivo e algumas orientações acerca da oferta e organização da Educação Especial no ensino regular,

delimita também o aluno a ser atendido por essa modalidade de ensino. Delimitando e marcando os sujeitos da inclusão, os sujeitos da diferença, a Política traz e produz a necessidade de os espaços de aprendizagem (escolas e outros) se abrirem e olharem para esses sujeitos de direito – direito de conviver e participar com os demais, direito a uma Educação para Todos.

Na intenção de dar mais visibilidade a essa questão, reporto-me aos dados produzidos pelo Censo Escolar de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes à “evolução” das matrículas das pessoas com deficiência nas escolas de Ensino Fundamental do país, apontando o total de 600.000 matrículas de estudantes com deficiência.

Gráfico 1 – Matrículas de pessoas com deficiência



Fonte: BRASIL (2017d, s/p.).

O Governo vem empreendendo esforços significativos na formulação e promulgação de documentos que, além de assegurarem o direito ao “convívio com todos”, também investem na garantia de condições para que todos possam, de alguma forma, manter-se sempre incluídos. Uma dessas garantias está em resgatar e “empoderar” todos em prol do desenvolvimento da nação e, portanto, da gestão do risco.

Na perspectiva de promover e ressaltar a necessidade de empoderamento social, econômico e político de todos mediante a lógica da inclusão para garantir o desenvolvimento

sustentável e inclusivo, é possível perceber que o Estado age com o mercado na potencialização da sustentabilidade dos indivíduos e da nação.

*[...]10.2 até 2030, **empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra** (ONU, 2016, p. 25).*

*O **desenvolvimento sustentável** reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos países e entre eles, a preservação do planeta, **a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social** estão vinculados entre si e são **interdependentes** (ONU, 2013, p. 4).*

*[...]4.7 até 2030, **garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável** (ONU, 2016, p. 20).*

Os excertos acima conduzem-nos, a partir da relação com discursos de ordem moral e social, a entender e perceber que o desenvolvimento sustentável da nação só será alcançado se conseguirmos erradicar os níveis de pobreza, ou melhor, se conseguirmos, de forma geral, erradicar as desigualdades sociais. Nesse sentido, consigo perceber a relação entre o social e a inclusão, na medida em que esta vem sendo operada como necessidade e como desejo de todos na garantia de uma sociedade mais justa, desenvolvida e sustentada social, moral e economicamente.

Nos excertos abaixo, pode-se visualizar a relação de interdependência entre inclusão e sustentabilidade, que operam de forma conjunta em prol de um objetivo comum: o desenvolvimento da sociedade.

*Objetivo 16. **Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis** (ONU, 2016, p. 29).*

*Nós resolvemos, entre agora e 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. **Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e***

trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (ONU, 2016, p. 3).

Menezes (2011) fala sobre a produção de subjetividades inclusivas na sociedade contemporânea. Sinaliza o investimento em si como condição de desenvolvimento pessoal que mobiliza os sujeitos permanentemente, caracterizando um estado de inclusão a ser almejado por todos nós (o que justifica a necessidade de investimento em si e também no outro), de forma que nos mantenhamos constantemente participantes das redes de consumo e produtividade na lógica neoliberal.

Nesse sentido, a inclusão pode ser significada como uma condição permanente de luta, que agenciada com a racionalidade neoliberal busca possibilitar que todos os sujeitos desenvolvam capacidades de autogestão a partir de ações de autoinvestimento para a permanência nas tramas do mercado. Temos, então, a inclusão movimentando os sujeitos, provocando a mobilização da economia e do próprio Estado, operando como uma forma de organização de vida em sociedade. Há uma lógica a ser seguida: se cada um investir em si (no seu capital), melhor conduzida será a vida da população. Olho, então, para a inclusão como uma estratégia de regulação na governamentalidade neoliberal que busca a produção de sujeitos que, por si só, procurem o acesso àquilo que foram ensinados a desejar (MENEZES, 2011, p. 68).

Portanto, é preciso incluir para a produção de uma sociedade da normalização, para a inserção e permanência de todos nas redes do mercado e para a manutenção de uma seguridade da população. A inclusão, ao mobilizar os sujeitos, mobiliza também a economia e o próprio Estado, operando como uma forma de organização de vida em sociedade. (MENEZES, 2011).

Tomando a inclusão como uma estratégia da governamentalidade neoliberal que busca a produção de sujeitos autônomos, empreendedores, capazes de gerenciar e gestar sua vida – desejos e necessidades – compreendo-a como um modo de ser e estar do sujeito, que na Contemporaneidade vem sendo atualizado pelo estratégia da sustentabilidade ao agregar a essa forma produtiva e empreendedora do sujeito a conscientização e responsabilização de cada um pelo desenvolvimento da sociedade, de modo que não coloque em risco as gerações futuras ao suprir suas necessidades do presente. Esse modo contemporâneo está relacionado a uma forma em que o sujeito conduz suas condutas a partir do desejo e da necessidade de participar do jogo neoliberal. O desejo de participação é produzido e subjetivado pelos discursos da garantia aos direitos humanos, à cidadania plena e global, à autonomia e liberdade e à participação social de todos os sujeitos, independentemente de sua condição, presentes nas políticas públicas. Tendo esse desejo produzido, os sujeitos passam a investir

em si com determinadas práticas e estratégias de governamento que garantam sua produção e inserção na sociedade de forma autônoma, produtiva, sustentável e segura.

Essas formas de investimento que visam à produção de um sujeito mais próximo da “normalidade”, desenvolvido, autônomo, capaz de gerenciar e sustentar sua própria vida, identifiquei como investimentos em capital humano “sustentável”. Projeta-se, nessa ordem, a partir de uma via educacional, uma programação de estratégias para que a atividade dos indivíduos e seus modos de agir se constituam em capital humano.

Nesse momento é que podemos perceber os discursos, depois de terem legitimado e produzido a inclusão como um imperativo da Contemporaneidade, também atuando no modo de ser e agir dos sujeitos atualmente. Desse modo, opera-se na condução da conduta de cada um e de todos, no sentido de fazer com que cada um tome para si esses discursos como algo natural, como verdade, e, a partir disso, passe a moldar e a conduzir suas condutas na direção de ser inclusivo.

Nesse engendramento de “convidar”, “convocar” e “colocar” todos na responsabilização e comprometimento com a inclusão para sua eficácia e efetivação, o Estado garante maiores possibilidades de sucesso ao seu projeto educacional – a inclusão de todos – com uma economia nas forças empregadas (MENEZES, 2011). Comprometer todos e cada um com “o cuidado necessário a esses indivíduos pode significar economia. Economia nos esforços que são empreendidos, que passam a ser diluídos na trama social” (MENEZES; RECH, 2009, p. 12). Nessa ordem, podemos ver operar a relação “mais governo com menos Governo”:

[...] na busca da efetivação da escola que deve atender a todos, encontramos uma agenda política que produz mecanismos de governamento para que todos possam estar e permanecer na escola, tendo o foco da produção de sujeitos úteis aos princípios e objetivos neoliberais agenciados com discursos de moralidade e de direitos humanos para produzir o convencimento de todos a juntos mobilizarem-se para que a inclusão aconteça. Pessoas com deficiência devem ser produtivas, entrar no jogo neoliberal, participar do mercado. Essa é a lógica da inclusão, todos devem estar juntos, participando. Essa é a Razão de Estado Neoliberal (MENEZES, 2011, p. 57).

Com a discussão apresentada, podemos perceber que, na lógica neoliberal, a inclusão, como o imperativo da Contemporaneidade, vem sendo produzida não mais como uma possibilidade, mas como uma obrigatoriedade (MENEZES, 2011). A partir disso, passo a olhar a inclusão como uma estratégia de regulação da governamentalidade neoliberal “que toma os indivíduos como instrumentos produtivos para a preservação da ordem social e para a manutenção da seguridade da população” (Idem, p. 61).

Dessa forma, é possível entender que a inclusão ultrapassa os limites próprios da escola e se difunde pela sociedade como algo a ser gestado e ocupado por todos. Rech (2015), em sua pesquisa, diz que, a partir da noção de fluxo, a articulação entre escola e empresa potencializa a inclusão, na medida em que o investimento na produtividade dos sujeitos com deficiência possibilita, para estes, a ocupação de outras posições sociais, contribuindo para o desenvolvimento do país.

A realização da leitura da política educacional, mesmo que de forma breve, possibilitou perceber como, a partir de diferentes ações e estratégias, as políticas operam sobre os sujeitos, a sociedade e os modos de ser e de conduzir-se a partir de uma razão de Estado. Assim, mediante o imperativo da inclusão, segundo o qual todos devem estar, permanecer e participar do jogo econômico, os sujeitos são conduzidos na sua constituição e modernização em relação aos projetos atuais do Estado.

Para isso, a noção de desenvolvimento e produtividade em relação às pessoas com deficiência são potencializadas e atualizadas diante do estratégia da sustentabilidade, que, além da necessidade do desenvolvimento e aprimoramento de determinadas competências e habilidades para a inserção e inclusão dos sujeitos na sociedade e na lógica do mercado, promove a noção de que, mesmo os excluídos, os que ficaram mais para trás, deverão ser recuperados e inseridos nessa lógica. Isso a fim de garantir o desenvolvimento, a sustentabilidade e a seguridade de toda a nação, ou seja, no estratégia de governo da sustentabilidade, “ninguém será deixado para trás”, conforme mostrarei na próxima seção.

3.2 INCLUSÃO E GESTÃO DO RISCO: GOVERNAMENTO E INVESTIMENTO NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A SEGURIDADE DA POPULAÇÃO

Ao dar visibilidade e movimento a alguns desdobramentos das políticas de inclusão na Contemporaneidade, foi possível compreender que, a partir de uma racionalidade neoliberal que se consolida no contexto brasileiro a partir da democratização de alguns princípios, a noção de inclusão perpassa alguns deslocamentos até tomar forma de lei e constituir-se em um imperativo de Estado, passando do reconhecimento à garantia do direito e à obrigatoriedade do Estado.

Conforme já sinalizado na seção anterior, a garantia e o êxito da escolarização configuram-se como um dos principais investimentos da inclusão escolar, na medida em que entendemos a relação direta entre escolarização e inserção no mercado de trabalho. Nessa lógica, compreendemos “[...] o quanto as políticas de inclusão procuram expandir, intensificar

e celebrar o acesso de todos não só à escola, mas a qualquer outro espaço social” (SANTOS, 2010, p.85).

Como práticas que dizem ter como objetivo, entre outras coisas, “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, Art. 1º), as políticas e ações inclusivas visam à promoção de espaços escolares em condições de atender a todos, proporcionando o acesso da pessoa com deficiência com vistas à sua inclusão social e ao desenvolvimento de sua cidadania.

Garantir o ingresso das pessoas com deficiência na escola não se constitui mais como o único objetivo das políticas de inclusão. Além desse ingresso, é necessária a mobilização de estratégias inclusivas que garantam que estes sujeitos permaneçam o tempo necessário naquele espaço e tenham êxito em seu processo de escolarização e aprendizagem, o que lhes permitirá a migração a outros contextos sociais e educacionais.

Dessa forma, a inclusão escolar, como um imperativo de Estado, tem se apresentado como uma política necessária para que “um indivíduo permeável e permanentemente aberto a (auto)transformações seja produzido” (MORGENSTERN, 2016, p. 183). Portanto, a inclusão, compreendida como uma estratégia da governamentalidade neoliberal, mobiliza práticas para possibilitar melhores condições “de vida, de universalização e igualdade de direitos individuais e assumida como um imperativo de Estado pode ser compreendida como uma estratégia social e política que governa os diferentes sujeitos” (MACHADO, 2016, p. 87). Assim, os discursos inclusivos fortalecem-se e alinham-se ao movimento global que posiciona a inclusão como um direito a ser garantido em diferentes contextos – família, sociedade, escola, trabalho, etc. – na busca pela promoção de condições de igualdade para a população com deficiência.

Segundo o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon (2011²²), em uma reportagem publicada de forma eletrônica, o desenvolvimento sustentável e inclusivo não será alcançado sem a participação das pessoas com deficiência. De acordo com o dirigente, 15% das pessoas em todo o mundo têm deficiência e mais de dois terços dos deficientes vivem em países em desenvolvimento. Ele salienta, ainda, que as taxas de emprego e de presença nas escolas primárias são menores entre as pessoas com deficiência. "Pessoas com deficiência vivenciam

²² Entrevista disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/sustentabilidade-exige-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia,0858b920548da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> Acesso em 10 de out. de 2018.

taxas altas de pobreza e privação e têm duas vezes mais chances de não receber tratamentos de saúde", acrescenta.

Na mesma publicação, o então presidente da assembleia-geral da organização, Nassir Abdulaziz Al-Nasser, diz que o desenvolvimento não pode ser inclusivo sem a implementação de políticas e programas que ajudem as pessoas com deficiência. Ele afirma que somente com a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007)²³ será possível ter um impacto positivo na vida dos deficientes.

A Convenção (2009, Art. 1) tem como propósito “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”. Para isso, define as pessoas com deficiência como sendo “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais” (Ibid.). Esta Convenção, conforme já discutido no capítulo anterior, traz em seu texto um conjunto de orientações para o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, propondo que nenhuma das garantias previstas sejam negadas a essa população. Isso produz para este público a noção de que “todos podemos”; portanto, é necessário que a pessoa com deficiência se mobilize e invista em si determinadas estratégias, alocando no Estado a responsabilidade de gestar as ações necessárias para criar condições de liberdade e participação nos diversos contextos (sociais, educacionais, econômicos, políticos, etc.).

Miller e Rose (2012), ao falarem sobre as questões das tecnologias de subjetividade e do campo de preocupações que Foucault chamou de “ética”, mencionam Paul Veyne (1997) por ter tratado deste ponto e sinalizam que não há sujeitos universais de governo:

os que devem ser governados podem ser concebidos como crianças a serem educadas, membros de um rebanho a ser conduzido, almas a serem salvas ou, podemos acrescentar agora, sujeitos sociais aos quais devem ser concedidos direitos e deveres, indivíduos autônomos a serem assistidos, compreendendo-se o potencial deles mediante sua própria livre escolha, ou ameaças potenciais a serem analisadas segundo a lógica do risco e da segurança (MILLER; ROSE, 2012, p. 17).

²³ Nesta notícia, a referência à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência está relacionada ao texto organizado pela ONU durante o encontro em 30 de março de 2007. Desse encontro, resultaram a Convenção e seu protocolo facultativo, o qual o Brasil adotou e promulgou a partir do Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009. Por isso, em alguns momentos do trabalho, será possível visualizar a referência a esta Convenção com duas datas distintas: 2007 (ONU) e 2009 (BRASIL).

Os autores compartilham o entendimento de que “uma análise do ‘governo’ moderno precisa prestar atenção especial ao papel conferido a mecanismos ‘indiretos’ para alinhar a economia, a conduta social e pessoal com objetivos sociopolíticos” (Ibid., p. 39). Kraemer (2017), ao analisar a modulação das condutas das pessoas com deficiência no direito à escola comum, contextualiza que esse modo de condução das condutas resulta de um interesse específico nos comportamentos individuais e, portanto, coletivos, não apenas pela busca da efetivação de condições igualitárias de inclusão e educação para todos, mas pelo risco que condutas não aprendizes representam. Nesse sentido, ao olharmos para as políticas de inclusão e seus desdobramentos, que neste trabalho se articulam com a sustentabilidade, deparamo-nos com determinadas estratégias que têm como objetivo governar e regular a conduta de si e do outro em prol da satisfação das necessidades das gerações presentes, sem, no entanto, colocar em risco as das gerações futuras.

Diante disso, em nosso presente, o risco, ao ser identificado por meio de cálculos prévios de probabilidades estatísticas, ativa tecnologias para a minimização dos efeitos ou dos resultados negativos que possam interferir no coletivo. Portanto, se o Estado visa à seguridade, torna-se necessário “encontrar meios para enfrentar antecipadamente o que não se conhece com exatidão” (FOUCAULT, 2008b, p. 25).

*48. Indicadores estão sendo desenvolvidos para ajudar nesse trabalho. **Dados confiáveis desagregados, de qualidade, acessíveis e atualizados serão necessários para ajudar na aferição do progresso e para garantir que ninguém seja deixado para trás.** Esses dados são essenciais ao processo decisório. Dados e informações de mecanismos existentes de relatórios devem ser usados quando possível. Concordamos em intensificar nossos esforços para reforçar as capacidades estatísticas nos países em desenvolvimento, particularmente os países africanos, países de menor desenvolvimento relativo, países em desenvolvimento sem litoral, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países de renda média. [...] (ONU, 2015, p. 12).*

São, então, organizadas medidas estratégicas para a promoção de um arranjo social seguro e organizado, a partir de dados que representam materialidades e fatos, como, por exemplo, a mortalidade, a violência, o analfabetismo, a evasão escolar, a exclusão, a não aprendizagem, o desemprego, entre outros. É sobre esses elementos, suas taxas e estatísticas que o Estado desenvolverá ações e estratégias de prevenção e manutenção dos índices.

No que se refere às pessoas com deficiência, o Estado brasileiro, ao adotar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2009), compromete-se, no artigo 24, que versa sobre a educação, a assegurar a adoção e o desenvolvimento de “medidas de apoio individualizadas e efetivas [a serem] adotadas em

ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena” (BRASIL, 2009, Art. 24, Inciso 2). Já no artigo 27, destinado ao trabalho e emprego, o Brasil, como um Estado Parte desta Convenção, reconhece à pessoa com deficiência o direito ao trabalho “em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Este direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência [...]” (Ibid., Art. 27, Inciso 1).

Para atingir o objetivo da inclusão plena contemplado na Convenção (2007), a articulação entre diferentes setores, como educação, saúde e assistência social torna-se necessária. Segundo Kraemer (2017), nessa articulação, que ela descreveu como interministerial – Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República –, para governar de forma eficaz o conjunto da população, é necessário conhecer a realidade em que os sujeitos se encontram inscritos e, assim, desenvolver estratégias de atuação em diferentes níveis. Ou seja, a articulação destes setores se traduz no investimento em práticas que objetivam estimular e tornar produtiva a vida dos sujeitos com deficiência.

Ao seguir na análise da modulação das condutas das pessoas com deficiência, Kraemer (2017, p. 120) afirma que “será muito em função da articulação desses setores que a modulação de condutas participativas, autônomas, flexíveis e aprendizes se difundirá tanto no contexto educacional quanto na sociedade e, futuramente, no espaço do mercado de trabalho”.

Nesse contexto, sinalizo a identificação da operacionalização de duas estratégias de governamento no estratégia da sustentabilidade dentro de uma lógica inclusiva, que serão descritas abaixo em duas subseções. A primeira refere-se ao “resgate” e captura daqueles considerados marginalizados e excluídos ao longo do tempo, o que discutirei a partir do enunciado “ninguém será deixado para trás”, produzido em documentos internacionais e nacionais. A segunda estratégia diz respeito ao investimento nestes sujeitos “resgatados” para que passem a ocupar uma posição dentro do jogo econômico, investindo em sua produtividade econômica e social.

3.2.1 Resgatando sujeitos e governando o risco à sustentabilidade

Segundo dados do IBGE (Censo de 2010), o Brasil possui 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que representa 23,91% da população nacional. Portanto, cada vez mais, torna-se imprescindível agenciar políticas públicas que atendam e visem a esta parte da

população, promovendo condições favoráveis ao “resgate” e desenvolvimento desses sujeitos. Nesse agenciamento, a educação novamente ganha destaque como potência para operacionalizar as estratégias de governo da população.

*Nossa visão é transformar vidas por meio da educação ao reconhecer seu importante papel como principal impulsionador para o desenvolvimento e para o alcance de outros ODS propostos. Comprometemo-nos, em caráter de urgência, com uma agenda de educação única e renovada, que seja holística, ousada e ambiciosa, que **não deixe ninguém para trás** (UNESCO; UNICEF, 2015, p. 1).*

O enunciado “ninguém será deixado para trás”, produzido em alguns documentos internacionais, ecoa nos discursos do contexto brasileiro, onde podemos fazer a relação dessa produção discursiva com a lógica da inclusão, entendendo este discurso como uma produção da Contemporaneidade. Assim como a inclusão, visa ao “resgate” de todos, uma vez que, na racionalidade neoliberal, não se “admite” que alguém possa ficar fora do jogo de mercado, “para trás”, improdutivo; todos devem entrar e permanecer no jogo a fim de garantir a seguridade da população.

Foucault (2014), ao abordar a emergência de uma nova estrutura política, que hoje é o Estado, destaca “o fato de que o poder do Estado – e aí está uma das razões de sua força – é uma forma de poder ao mesmo tempo globalizante e totalizadora” (p. 124).

Os indivíduos, no pastorado, são considerados como ovelhas em um rebanho em movimento, devendo ser guiados (conduzidos) durante toda a vida. Foucault (2008a, p. 222) confere ao poder pastoral a “[...] salvação de todos, mas também de cada um. Nenhuma ovelha é indiferente. Nenhuma deve escapar desse movimento, dessa operação de direção e de condução que leva à salvação”.

Foucault (2008a), ao retomar o pensamento do poder pastoral, diz que, em um sentido, se pode ver no Estado uma matriz da individualização ou uma nova forma de poder pastoral. Afirma que esse tipo de poder atua mais sobre a multiplicidade do que sobre o território, guiando a um objetivo e intermediando-o. Uma das consequências “é que o poder pastoral, que tinha sido ligado, durante séculos, a uma instituição religiosa bem particular, estendeu-se de repente ao conjunto do corpo social; ele encontrou apoio em uma multidão de instituições” (FOUCAULT, 2014, p. 127).

Seria um poder finalizado sobre “aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano” (FOUCAULT, 2008a, p. 173) – um poder que visa à totalidade e a cada um. O

poder pastoral tem como meta a condução dos indivíduos para a salvação de todos e de cada um.

Considerando a parcela de 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o Estado brasileiro tem atuado de forma estratégica na condução das condutas dos sujeitos. O Estado brasileiro alinha-se à ordem econômica neoliberal, que busca gerenciar e conduzir os sujeitos por meio da participação constante nos mais diferentes contextos a partir da garantia e afirmação da igualdade de direitos. Assim, o Estado institui medidas, decretos, planos, políticas e leis que fomentam condições de “resgate”, ingresso, permanência e desenvolvimento das pessoas com deficiência para garantir a segurança da população e seu desenvolvimento.

Esse resgate perpassa desde um viés de saúde e bem-estar, com foco nas taxas da área da saúde, até o viés educacional e inclusivo, considerado pilar para o desenvolvimento sustentável. A ONU, ao publicar uma agenda (2015) para transformação do mundo – *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* –, a qual constitui um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, opera na reconfiguração do poder pastoral, declarando: “ao embarcarmos nesta grande jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém será deixado para trás [...] E faremos o possível para resgatar, em primeiro lugar, os que ficaram mais para trás” (ONU, 2015, p. 3).

*26. Para promover a saúde física e mental e o bem-estar, e para aumentar a expectativa de vida para todos, temos de alcançar a cobertura universal de saúde e o acesso a cuidados de saúde de qualidade. **Ninguém deve ser deixado para trás.** Comprometemo-nos a acelerar os progressos alcançados até o momento na redução da mortalidade neonatal, infantil e materna, dando um fim a todas essas mortes evitáveis antes de 2030. Estamos empenhados em garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive para o planejamento familiar, para a informação e para a educação. Iremos igualmente acelerar o ritmo dos progressos realizados na luta contra a malária, HIV/AIDS, tuberculose, hepatite, ebola e outras doenças e epidemias transmissíveis, incluindo a abordagem em relação à crescente resistência antimicrobiana e ao problema das doenças negligenciadas que afetam os países em desenvolvimento. **Estamos comprometidos com a prevenção e o tratamento de doenças não transmissíveis, incluindo distúrbios de comportamento, de desenvolvimento e neurológicos, que constituem um grande desafio para o desenvolvimento sustentável** (ONU, 2015, p. 7).*

Rabinow e Rose (2006) enfatizam que, mesmo que suas formulações em relação ao biopoder tenham embasamento nos estudos de Foucault, é importante considerar que Foucault estudou a emergência de formas de poder no século XVIII, seus deslocamentos no século XIX

e suas configurações no século XX. É preciso perceber e entender que a forma de funcionamento do biopoder se modificou ao longo do século XX.

Sobre as modificações no conceito de biopoder, os autores assinalam o seu uso para referir-se à geração de energia do material biológico renovável e, ainda, o uso do termo *biopolítica* por defensores de uma série de causas ambientais e ecológicas. Rabinow e Rose (2006), preocupando-se com uma clarificação conceitual dos termos em questão, propuseram que o conceito de biopoder designasse um plano de atualidade que deve incluir, no mínimo, os seguintes elementos:

- **Um ou mais discursos de verdade sobre o caráter ‘vital’ dos seres humanos**, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade. Estes discursos de verdade não podem ser ‘biológicos’ no sentido contemporâneo da disciplina; por exemplo, eles podem hibridizar o estilo biológico e demográfico ou mesmo sociológico de pensamento, como nas relações contemporâneas de genômica e risco, unificadas na nova linguagem de suscetibilidade;

- **Estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte**, inicialmente endereçadas a populações que poderiam ou não ser territorializadas em termos de nação, sociedade ou comunidades pré-dadas, mas que também poderiam ser especificadas em termos de coletividades biosociais emergentes, algumas vezes especificadas em termos de categorias de raça, etnicidade, gênero ou religião, como nas formas recentemente surgidas de cidadania genética ou biológica;

- **Modos de subjetivação, através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios**, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do self, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo (RABINOW; ROSE, 2006, p. 29).

Partindo da ampliação do conceito de biopoder proposto pelos autores acima, penso ser produtivo relacionar tal conceito ao funcionamento das políticas de inclusão na Contemporaneidade, uma vez que parece que estas políticas, além de versarem sobre o caráter biológico do sujeito, incluem uma dimensão ética na produção de determinadas subjetividades contemporâneas.

No processo de esquadramento da vida da população, para que a lógica inclusiva se constitua em um movimento que abarque a todos, a articulação entre setores, conforme citado acima, ganha respaldo. A articulação da SECADI com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos institui práticas que objetivam:

manter banco de dados sobre as ações desenvolvidas para a inclusão das pessoas com deficiência beneficiárias do PROGRAMA BPC NA ESCOLA, e proceder à análise das estatísticas dos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, com vistas aos indicadores de cidadania deste mesmo segmento; instituir mecanismos de apoio técnico e financeiro referente às ações de capacitação em temas de acessibilidade; e desenvolver ações de acessibilidade nas escolas, para

garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos de idade, no sistema de ensino (BRASIL, 2009a, p. 05).

Kraemer (2017) enfatiza que o Estado brasileiro, ao assumir que as pessoas com deficiência devem ter assegurado o direito de desenvolver suas competências e práticas sociais para garantir sua plena participação no sistema de ensino, tem pautado sua atuação estratégica objetivando a minimização do risco da exclusão e da discriminação. Em uma análise do coletivo, o risco faz-se presente na associação de um ou mais critérios de diferentes ordens: social, pedagógica, médica, econômica, etc. Castel (1987, p. 125) aponta que “um risco não resulta da presença de um perigo preciso, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de risco) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis”. Ou seja, o mapeamento do risco constitui-se em importante elemento para o governo das condutas.

Em uma sociedade de controle, conforme sinaliza Menezes (2011, p. 18), a “produção de subjetividades inclusivas” potencializa um modo de vida em que “todos controlam todos, todos vigiam todos, durante o tempo todo [...] em função de nossa segurança individual, em nome do menor risco, em nome da democratização e da cidadania, em nome do progresso e do nosso próprio conforto” (VEIGA-NETO, 2003, p. 118).

Na lógica inclusiva, determinadas estratégias são colocadas em operação para a condução das condutas coletivas e individuais, bem como para a minimização dos riscos, uma vez que, conforme Ewald (1993, p. 88), o risco representa “um modo de tratamento específico de certos acontecimentos que podem suceder a um grupo de indivíduos, ou mais exatamente a valores ou capitais possuídos ou representados por uma coletividade de indivíduos, ou seja, por uma população” (EWALD, 1993, p. 88). Dessa forma, estratégias vinculadas à promoção de uma educação para todos alinham-se à minimização dos riscos da sociedade.

Kraemer (2017) destaca que algumas práticas são operacionalizadas a fim de diminuir a necessidade de futuros investimentos na correção das condutas de risco. Dentre as práticas consideradas de risco, ou seja, que possam interferir no desenvolvimento do país, provocando um atraso para a nação, a autora aponta a não alfabetização, o abandono da escola, o desemprego, a oneração do Estado e a dependência dos serviços de assistência, enfatizando que, diante disso, o Estado passa a investir em mecanismos específicos de controle.

Na esteira do controle e da minimização do risco, a nova agenda de desenvolvimento, *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, que sucede os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos em 2000, acena para a crucial

importância da inclusão para seu propósito. Mahmoud Mohieldin e Maria Beatriz Orlando²⁴ (2014), em uma publicação no *site* da revista *Veja* sob o título “O imperativo da Inclusão”, falam sobre essa nova agenda. Mencionam que, no relatório sobre a agenda pós-2015, o Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentíssimas enfatizou a inclusão, declarando que “a nenhuma pessoa – independentemente de etnia, gênero, localização geográfica, deficiência, raça ou outra condição – devem ser negados os direitos humanos universais e oportunidades econômicas básicas”. A nova agenda de desenvolvimento, afirma o documento, deve “acabar com a discriminação” e “enfrentar a pobreza, a exclusão e a desigualdade”.

Para os autores, não é surpreendente que a inclusão seja a pedra angular da ambiciosa nova proposta para os sucessores dos ODM, os Objetivos Sustentáveis para o Desenvolvimento (OSD) – começando com o processo de seleção dos objetivos, em que os países em desenvolvimento têm sido protagonistas. Ainda segundo os autores, a partir da observação na Agenda, atingir os objetivos para a inclusão social e econômica não será fácil. Os alvos devem ser bem definidos, mensuráveis, executáveis e amparados por monitoramento e avaliações eficientes, bem como por estruturas comuns de responsabilização. Além disso, deve ser criado um sistema para ajudar os países a transformarem os objetivos globais acordados na ONU em medidas concretas que se adaptem às suas circunstâncias econômicas e normas sociais particulares.

De acordo com Foucault (2008a), “o que há de mais importante para a nossa modernidade, isto é, para a nossa atualidade, não é, portanto, a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de governamentalização do Estado” (p. 142-143). Portanto, o governo e as artes de governar referem-se a uma ação sobre as condutas individuais e coletivas que o Estado, como instância mais visível, toma como elemento de sua racionalidade.

À medida que o poder soberano vai se esgotando e a população cresce – e, sob os efeitos do mercantilismo, ela adquire importância como força produtiva –, é de suma importância que o governo haja nessa população. O governo terá de “agir de modo que se produza o máximo possível de riquezas; e terá de agir de modo que se forneça às pessoas meios de subsistência suficiente (...); o governo terá de agir, por fim, de modo que a população possa se multiplicar” (FOUCAULT, 2008a, p. 131-132).

²⁴ Mahmoud Mohieldin é o enviado especial do presidente do Banco Mundial sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Maria Beatriz Orlando é especialista sênior em desenvolvimento social do Banco Mundial.

23. As pessoas em condição de vulnerabilidade devem ser empoderadas. *Aqueles cujas necessidades são refletidas na Agenda incluem todas as crianças, jovens, **pessoas com deficiência (das quais mais de 80% vivem na pobreza)**, as pessoas que vivem com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes. Decidimos tomar medidas e ações mais eficazes, em conformidade com o direito internacional, para remover os obstáculos e as restrições, reforçar o apoio e atender às necessidades especiais das pessoas que vivem em áreas afetadas por emergências humanitárias complexas e em áreas afetadas pelo terrorismo (ONU, 2015, p. 7).*

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.2 até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, **deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra (ONU, 2015, p. 25).**

A razão de Estado que surge nessa nova forma de poder diferencia-se do poder soberano, que remetia à obediência à lei, pois agora, para alcançar as finalidades em relação à população, não mais se deverá investir na lei, mas utilizar táticas e dispor de coisas que possam efetivar um governo da população. Uma dessas táticas que vêm sendo operadas é o “empoderamento” da população, principalmente daqueles sujeitos que até então ocupavam a posição de vulneráveis, excluídos e marginalizados.

Foucault, em *A Microfísica do Poder* (2012), retoma que as monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local –, como também instauraram o que se poderia chamar uma nova “economia” do poder, isto é, procedimentos que permitissem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e “individualizada” em todo o corpo social (p. 45). Nessa análise que traçou sobre o poder, o autor diz que o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito “é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (p. 45). Não devemos, então, considerar o poder como uma instância que tem por função eminente reprimir, mas muito mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social.

“De fato, o que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua ação própria. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (FOUCAULT, 2014, p. 132). Foucault (2014) esclarece que ao contrário da relação de violência, uma relação de poder articula-se sobre dois elementos que lhe são indispensáveis para ser justamente uma relação de poder. Esses elementos são, primeiramente, que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce – neste caso de análise dos documentos, o outro são as pessoas mais vulneráveis) seja bem

reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; posteriormente, que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. Ou seja, estes sujeitos mais vulneráveis podem assumir a posição de empoderados, “oferecida” pelos documentos, a fim de suprir suas necessidades.

Ainda na Declaração que visa à transformação do mundo, bem como na Convenção (2009), a ONU operacionaliza seus discursos mediante determinadas estratégias de poder, nas quais a “liberdade” ocupa uma função importante para o governo, tanto das ações mais pontuais, individuais, quanto das ações mais amplas, coletivas.

Artigo 3

Princípios gerais

*a. O respeito pela dignidades inerente, a autonomia individual, inclusive a **liberdade** de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas (BRASIL, 2009, Art. 3, alínea a).*

*[...] Reafirmamos que cada Estado tem, e **exerce livremente** sua soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica. **Vamos implementar a Agenda para o pleno benefício de todos, para a geração de hoje e para as gerações futuras.** [...] Respeitaremos a autonomia de cada país no **desenvolvimento de políticas nacionais para um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável**, em particular para os países em desenvolvimento, mantendo-se consistência com as regras e os compromissos internacionais relevantes (ONU, 2015, p. 6).*

Foucault, ao tratar do poder e suas relações, dizendo que, quando se define o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as ações são caracterizadas pelo “governo” dos homens uns pelos outros, nele se inclui um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres” e enquanto são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades em que várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamento podem apresentar-se (FOUCAULT, 2014, p. 134).

A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros e a maneira de comportar-se em um campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em arranjar probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do enfrentamento entre dois adversários ou do engajamento de um em relação ao outro do que da ordem de “governo” (FOUCAULT, 2014, p. 133).

O processo de governamentalização do Estado moderno pode ser visto a partir do encontro de mecanismos de regulação das condutas que ocorrem no âmbito individual e atingem de forma correlata o corpo populacional, quando se institui uma nova razão política.

Portanto, nesse caminho, tomamos a governamentalidade neoliberal como um modo de racionalização do presente, ou seja, a existência desse modo de governamentalidade das condutas só é possível pela existência de uma racionalização política que hoje é o neoliberalismo, tomando-se a racionalidade política neoliberal como arte de governo contemporâneo. A racionalidade “é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos e nas relações políticas” (FOUCAULT, 2010b, p. 319).

O desenvolvimento sustentável não pode ser realizado sem paz e segurança; e paz e segurança estarão em risco sem o desenvolvimento sustentável. A nova Agenda reconhece a necessidade de construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que são baseadas no respeito aos direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento), em um efetivo Estado de Direito e boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis (ONU, 2015, p. 9).

A escala e a ambição da nova Agenda exige uma parceria global revitalizada para garantir a sua execução. Nós nos comprometemos plenamente a isso. Esta parceria irá trabalhar em um espírito de solidariedade global, em especial a solidariedade com os mais pobres e com as pessoas em situações vulneráveis. Ele facilitará um engajamento global intensivo em apoio à implementação de todos os Objetivos e metas, reunindo governos, setor privado, sociedade civil, o Sistema das Nações Unidas e outros atores e movimentando todos os recursos disponíveis (ONU, 2015, p. 10).

Com os pressupostos de Estado de Direito e boa governança presentes nos documentos internacionais, a ONU opera na condução das nações em aceitar e colocar em funcionamento os discursos e estratégias ali recomendadas. Com isso, garante-se a ideia de parceria nestes investimentos e esforços e de compromisso e responsabilização de todos. Dessa forma, consegue operar de maneira mais eficaz e com menos “trabalho”, ou seja, há uma economia de governo.

Hoje nós também estamos tomando uma decisão de grande significado histórico. Tomamos a decisão de construir um futuro melhor para todas as pessoas, incluindo as milhões às quais foi negada a chance de levar uma vida decente, digna e gratificante e de alcançar seu pleno potencial humano. Nós podemos ser a primeira geração a ter sucesso em acabar com a pobreza; assim como também pode ser a última a ter uma chance de salvar o planeta. O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos (ONU, 2015, p. 12)

O viés ético e moral que envolve o processo de captura de todos e compromisso das nações, principalmente em relação às ações envolvendo as pessoas com deficiência, situa a

inclusão como um direito resultante da luta pela educação para todos, que há décadas tem sido travada no Brasil e no mundo.

Aqui, faz-se necessário situar a inclusão como estratégia da governamentalidade do Estado neoliberal para o governo da população, com o objetivo de diminuir o risco social. Por isso, minha intenção neste primeiro momento da seção, ao analisar a estratégia de “resgate”, foi trazer alguns excertos que mostram a operacionalização da arte de governar que foi pouco a pouco constituindo o Estado governamentalizado. Este, configurado na atualidade, vê a inclusão como uma necessidade, pois, por meio dela, é possível agir sobre condutas e desenvolver processos que garantam o desenvolvimento destes sujeitos e da sociedade, investindo-se, portanto, na sustentabilidade do planeta.

3.2.2 Investindo nos sujeitos “recuperados” e prevenindo o risco à sustentabilidade

Dando sequência à análise e à descrição das estratégias de governo identificadas no funcionamento do estratégia da sustentabilidade na lógica inclusiva, sigo na intenção de mostrar que, após²⁵ o “resgate” daqueles que ficaram “mais para trás” ao longo da história, para garantir que não se constituam um risco à sociedade, há um investimento na produtividade destes sujeitos “recuperados”. Assim, não basta resgatá-los e inseri-los na sociedade; é preciso que sejam investidos de determinadas competências e habilidades, de forma que se tornem produtivos no ingresso no meio social.

Na cultura do empreendedorismo, aquele considerado como um sujeito-empresa precisa ser um investidor, ou seja, é fundamental que este sujeito invista no desenvolvimento de habilidades e competências, para que tenha condições de competir nos jogos que regulam o Estado na racionalidade neoliberal. Nessa lógica, a produtividade do sujeito com deficiência torna-se central, e, para isso, o Estado deve garantir condições para seu desenvolvimento, como prevê o texto da Convenção (2007), já citado em outros momentos do trabalho.

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

²⁵ Saliento que esse após não é no sentido de linearidade, como uma sucessão de processos, mas que condiz com uma condição de possibilidade que permite a operação das estratégias, que aqui se referem ao resgate como condição de possibilidade para o investimento no sujeito para garantir a seguridade da população.

a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; (BRASIL, 2009, Art. 24, item 1, alíneas a e b)

Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade (Ibid., Art. 24, item 3).

Os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas, inclusive mediante apoio dos pares, para possibilitar que as pessoas com deficiência conquistem e conservem o máximo de autonomia e plena capacidade física, mental, social e profissional, bem como plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida. (Ibid., Art. 26, item 1).

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência (Ibid., Art. 27, item 1).

É possível fazer uma leitura desse investimento na produtividade dos sujeitos com deficiência como, conforme Lockmann (2013), “investimentos nos capitais humanos recuperáveis”, denominados pela autora na análise das formas de investimento da assistência na população, cujos alvos são sujeitos considerados dependentes do Estado que ocupam posição de improdutividade na sociedade. Entendo que as estratégias de recuperação e investimento nos sujeitos com deficiência

[...] pretendem desenvolver habilidades e competências naqueles sujeitos que ocupam posição de improdutividade na sociedade, para que estes possam sair dessa posição e ingressar no mercado de trabalho, conseguindo produzir fluxos de renda para garantir suas próprias necessidades e gerenciar sua existência (LOCKMANN, 2013, p. 140).

Compartilho das compreensões de Turchiello (2017) ao entender que as políticas de inclusão acionam estratégias de investimento de forma que a população com deficiência também seja capitalizada. As pessoas com deficiência, ao serem resgatadas e inseridas no contexto social, devem manter-se em atividade permanente de investimentos em si que lhes permitam concorrer e tornar-se responsáveis por suas condições de vida, fazendo girar a roda da economia do Estado.

Nesse investimento na produtividade do sujeito com deficiência, podemos ver um desdobramento político dos pressupostos da Convenção (2007) a partir da garantia do ingresso e permanência na escola comum, promulgada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que institui e regulamenta, dentre outros aspectos, a Educação Especial como campo de saber dentro do contexto da escola inclusiva e operacionaliza o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) garante que

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 5).

Nessa conjuntura, os discursos de que a Educação Especial, no contexto da educação inclusiva, se ocupa de criar as condições necessárias para a permanência e êxito dos estudantes com deficiência são fortalecidos. Percebe-se que o eixo de atenção e potencialização nesse contexto está nas aprendizagens e êxitos dos sujeitos ditos incluídos.

Esforços significativos na formulação e promulgação de documentos que, além de assegurarem o direito do “convívio com todos”, visem a criar, organizar, orientar e financiar determinados serviços e atendimentos para os alunos com deficiência são empreendidos pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, temos como principais documentos a Resolução nº 4 de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica; o Decreto nº 7.611, de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências; e a Nota Técnica nº 62, que dá Orientações aos Sistemas de Ensino sobre o Decreto nº 7.611/2011.

A partir desses documentos, o atendimento educacional especializado (AEE) constitui, atualmente, o serviço organizado e prestado pela Educação Especial dentro das escolas regulares com o intuito de promover, possibilitar e dar condições ao processo de inclusão para os alunos com deficiência. Conforme o Decreto 7.611 (2011), o atendimento educacional especializado é compreendido como o conjunto de atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos oferecidos com o objetivo de suplementar ou complementar os trajetos formativos dos estudantes público-alvo da Educação Especial – estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além disso, o

Decreto estabelece que o AEE deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da Educação Especial e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

No que se refere à prestação de serviço do AEE, dentre os objetivos deste, destaco “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular [...]” e “assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino” (BRASIL, 2011a, Art. 3). Em relação à oferta do AEE, Hermes (2012, p. 73) considera que:

O AEE integra os processos de escolarização dos sujeitos destinados à Educação Especial, ao mesmo tempo em que produz efeitos no processo formativo dos professores da Educação Básica. Trata-se, então, de um processo complexo e produtivo: a legitimidade e a difusão da Medicina Social, da Psicologia e da Pedagogia num regime de verdade produzem o campo de saber e poder da Educação Especial e este, por sua vez, costurado às políticas de inclusão escolar, institui o AEE como serviço capaz de atender às demandas dos ditos anormais nas escolas inclusivas e oferecer docentes para atuar nos processos de aprendizagem e desenvolvimento desses sujeitos, promovendo o processo de normalização e a gerência do risco na sociedade contemporânea.

O atendimento educacional especializado constitui-se em uma tecnologia de governo da vida das pessoas com deficiência, ordenando discursivamente as práticas e as prioridades no desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito. Prover condições de acesso, participação e aprendizagem de todos é o objetivo das práticas desenvolvidas no AEE, uma vez que, para que as pessoas com deficiência possam participar de uma sociedade que se organiza pela racionalidade econômica neoliberal, gerenciar e conduzir suas condutas torna-se necessário. Conforme já destacado ao longo da tese, a regra geral de um Estado neoliberal é a regra da não exclusão.

Para Foucault (2008a, p. 277), “a sociedade inteira deve ser permeada por esse jogo econômico, e o Estado tem por função essencial definir as regras econômicas desse jogo e garantir que sejam efetivamente bem aplicadas”. Para tanto, “cabe à regra do jogo imposta pelo Estado fazer que ninguém seja excluído desse jogo” (Ibid., p. 278).

Com a operacionalização da inclusão na escola comum, os processos de aprendizagem dos estudantes com deficiência passam a ser evidenciados de forma constante. Na racionalidade neoliberal, é preciso que estes sujeitos desenvolvam determinadas habilidades que lhes permitam qualificar seu capital humano para buscarem sua inclusão e permanência nos jogos de mercado. A partir da Política de 2008, que ampliou o movimento da inclusão, garantindo a matrícula e o atendimento das pessoas com deficiência nas escolas comuns, é

possível perceber a articulação de um conjunto de práticas, conforme os excertos abaixo, que possibilitam que esses sujeitos ingressem e permaneçam na escola, obtendo êxito ao longo de seu processo de escolarização. Isso favorece sua inserção no mercado de trabalho, de forma que se tornem produtivos e se articulem na promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade.

25. Comprometemo-nos a fornecer a educação inclusiva e equitativa de qualidade em todos os níveis – na primeira infância, nos ensinos fundamental, médio, superior, técnico e profissional. Todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça ou etnia, assim como as pessoas com deficiência, os migrantes, os povos indígenas, as crianças e os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade[...] (ONU, 2015, p. 7).

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

4.5 até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.7 até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Ibid., p. 20).

Essas referências permitem perceber o quanto a inclusão vem apresentando mudanças de ênfase em um contexto em que a racionalidade neoliberal se apresenta estabilizada. Nessa leitura, as políticas e discursos inclusivos estão atrelados e atentos não mais apenas às implicações educacionais de acesso, permanência e êxito das pessoas com deficiência, mas também a uma preocupação econômica, social e ambiental (as três dimensões do desenvolvimento sustentável), que estabelece outras tramas na atualidade, enfatizadas neste trabalho a partir da noção de sustentabilidade.

Entendendo que nem todos são capturados da mesma forma, a inclusão das pessoas com deficiência a partir dessas duas estratégias – resgate e investimento na produtividade – tem se configurado como uma potente estratégia da governamentalidade neoliberal, “pois desenvolve diferentes ações para conduzir a vida dos sujeitos no interior de um conjunto denominado população” (LOPES; LOCKMANN; HATTGE, 2013, p. 45).

Ancorada nos estudos de Foucault, posso perceber que a ênfase da relação entre o Estado e a população está na organização e desenvolvimento de um “pacto de segurança”, por meio do qual “o Estado que garante a segurança é um Estado que está obrigado a intervir em todos os casos em que a trama da vida cotidiana é rompida por um acontecimento singular, excepcional” (FOUCAULT, 2011, p. 172). Portanto, a inclusão, enquanto uma estratégia política que emerge em uma razão governamental neoliberal, torna-se eficiente ao fazer com que todos participem, aprendam e circulem dentro do espaço escolar e, posteriormente, na sociedade e no mercado de trabalho.

Como já destacado ao longo do trabalho, tomo a inclusão como uma estratégia da governamentalidade neoliberal, conduzindo as condutas dos sujeitos e produzindo modos de ser e estar na Contemporaneidade por meio de processos de subjetivação e estratégias de governo, a partir de um conjunto de práticas que visam a operar sobre o sujeito, sua vida e suas condições de acesso e participação na sociedade como prevenção do risco e marginalização. Além da percepção e produção da inclusão como imperativo, venho percebendo e compreendendo a produção da inclusão também como um processo socioprodutivo dentro de uma noção de sustentabilidade que tem funcionado como uma estratégia de governo na Contemporaneidade a partir da articulação de diferentes setores que interferem na vida, na conduta da população.

Portanto, a ênfase na produtividade do sujeito com deficiência permite-me compreender a inclusão em sua forma produtiva como uma estratégia de governo da sustentabilidade. Ela cria as condições para que as pessoas com deficiência sejam incluídas e permaneçam nesse processo, garantindo sua participação e mobilidade em diferentes espaços e contextos, assim impulsionando o desenvolvimento da sociedade.

Esta leitura da inclusão na Contemporaneidade a partir da estratégia da sustentabilidade dá-se à medida que percebo que a inclusão vem sendo ampliada em diferentes formas nos documentos internacionais e nacionais, em cumprimento de uma agenda mundial inclusiva cujo objetivo é atuar na produção dos sujeitos – de todos os sujeitos, inclusive os sujeitos com deficiência. Estes, então, são produzidos como economicamente “sustentáveis” na sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva de inclusão produtiva, ou ainda, sócio-produtiva, que articula a educação e o social, tendo como estratégia de investimento a *educação ao longo da vida*, ou seja, processos de aprendizagem permanentes, conforme discutirei com mais ênfase no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

4 A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO E A CONSTITUIÇÃO DA INCLUSÃO SÓCIO-PRODUTIVA

Durante o processo de pesquisa, as possibilidades de materiais e análise que foram se apresentando levaram-me a compreender que, na racionalidade política do presente, a inclusão e a noção de sustentabilidade funcionam como tecnologias de governo da população, objetivando o desenvolvimento da produtividade dos sujeitos como uma estratégia comum. Isso permite a inclusão das pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais e educacionais, assim possibilitando o desenvolvimento sustentável da nação.

Na articulação da sustentabilidade com a inclusão, há o investimento na produtividade dos sujeitos, que passam a tomar suas vidas como um empreendimento, que deve ser constantemente revisto, atualizado e aperfeiçoado. Esse constante empreendimento em si tem como objetivo desenvolver habilidades e competências necessárias para que cada um tenha condições de fazer suas próprias escolhas, desenvolvendo sua cidadania e encontrando possibilidades de competir nos jogos de mercado, que funcionam obedecendo à lógica da concorrência. Veiga-Neto (2000, p. 199-200) lembra que,

Nesse quadro, a capacidade em competir torna-se um elemento da maior importância pois, na medida em que o Estado se empresaria, os jogos de competição que se concentravam nas atividades empresariais estendem-se por toda a parte. Assim, o sujeito ideal do neoliberalismo é aquele que é capaz de participar competindo livremente e que é suficientemente competente para competir melhor fazendo suas próprias escolhas e aquisições.

O autor destaca, ainda, que o tipo de sujeito que se espera na racionalidade neoliberal é aquele que tem condições de competir e que é competente para fazer as melhores escolhas e empreender em sua vida (VEIGA-NETO, 2000). Portanto, determinadas práticas educacionais são colocadas em operação, principalmente para as pessoas com deficiência, considerando-se suas condições e características, para melhorar suas performances individuais, de modo que, ao incluírem-se nos espaços educacionais e sociais, contribuam para o desenvolvimento sustentável do país.

Na articulação da sustentabilidade com a inclusão, penso serem colocadas em funcionamento estratégias que visam a desenvolver o capital humano das pessoas com deficiência a partir de determinadas práticas, consideradas como os meios para que a inclusão produtiva seja potencializada. Ou seja, a sustentabilidade funciona como uma estratégia de

governamento que, na produção de determinadas estratégias que visam a desenvolver a produtividade da pessoa com deficiência para um futuro sustentável, atualiza o imperativo da inclusão, uma vez que passa a produzir a necessidade de o sujeito incluir-se de forma produtiva socialmente, garantindo a satisfação de suas necessidades, mas sem pôr em risco a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Cabe aqui enfatizar que meu entendimento de inclusão produtiva se dá, principalmente, a partir e juntamente com dois trabalhos: Lockmann (2013) e Turchiello (2017). Entendo a inclusão produtiva como sendo uma estratégia de mobilidade e fluxo, pois investe no desenvolvimento de competências e habilidades dos sujeitos com deficiência a fim de que estes possam transitar de forma participativa em diferentes contextos educacionais e sociais. Pelos movimentos realizados neste trabalho, pude perceber, ainda, que a noção de sustentabilidade, funcionando como estratégia de governo a partir de determinadas práticas, atualiza essa noção de inclusão produtiva para a noção de inclusão sócio-produtiva, em que os investimentos se dão em diferentes setores e contextos, a fim de garantir a produtividade sustentável daqueles sujeitos.

Diante disso, direcionando-me para a finalização deste estudo, este capítulo constitui-se a partir do objetivo de compreender como vão sendo colocadas em operação determinadas práticas que visam à inclusão produtiva e sustentável das pessoas com deficiência. Para isso, organizei dois movimentos.

O primeiro consiste em uma análise das estratégias e práticas colocadas em funcionamento para que a inclusão das pessoas com deficiência se dê de forma produtiva no contexto da racionalidade neoliberal. Durante as leituras dos materiais analíticos e de outros estudos da área, pude perceber como recorrentes, na articulação da sustentabilidade com a inclusão, as práticas desenvolvidas a partir da noção de *aprendizagem ao longo da vida*, possibilitando o investimento na produtividade dos sujeitos, de forma que o aperfeiçoamento e a atualização se tornem constantes em sua vida, como condição para que se mantenham em processo de inclusão – o que vem se constituindo como uma inclusão sócio-produtiva.

O segundo movimento dá-se à medida que procuro compreender como a noção de inclusão sócio-produtiva vem sendo produzida como uma condição necessária na Contemporaneidade. Percebo que, a partir do agenciamento entre a educação e o social, o estratégia de governo da sustentabilidade encontra condições de funcionamento e passa a organizar uma rede de parcerias que objetivam ações em comum para garantir a participação no mercado de trabalho como possibilidade de melhoria das condições de vida da população com deficiência. Como ninguém deverá ser deixado para trás, promove-se a inclusão

competitiva dessas pessoas no jogo econômico para que sejam produtivas socialmente, o que poderá garantir o desenvolvimento sustentável da nação.

4.1 INVESTIMENTO NA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA A MANUTENÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS SUJEITOS NAS REDES NEOLIBERAIS COMO ESTRATÉGIA DO ESTRATÉGIA DA SUSTENTABILIDADE

A inclusão, neste estudo compreendida como princípio de Estado, busca o ingresso, a permanência e a mobilidade de todos nas redes de mercado. Em uma leitura a partir da governamentalidade neoliberal, é possível perceber o funcionamento de práticas de governo que buscam conduzir as condutas dos sujeitos para que almejem sempre sua inclusão e se mantenham nessa condição. Nesse contexto, para conseguir manterem-se participando, os sujeitos são subjetivados para tomarem suas vidas como uma empresa. Para isso, o empreendedorismo e o desenvolvimento do capital humano são fundamentais e condicionados ao conceito de aprendizagem que vem sendo produzido e instituído pela noção de *aprendizagem ao longo da vida*, como podemos ver em alguns excertos abaixo, retirados da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

*A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e **aprendizado ao longo de toda a vida**, de forma a alcançar o **máximo desenvolvimento possível** de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL 2015, Art. 27).*

*Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e **aprendizagem**, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e **promovam a inclusão plena** (BRASIL 2015, Art. 28, Inciso II).*

*Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes **que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência**, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino (BRASIL 2015, Art. 28, Inciso V).*

Nessa conjuntura, a educação e os investimentos feitos a partir dela e com ela são posicionados como mecanismos importantes para o desenvolvimento de práticas de governo da população. Conforme Veiga-Neto (2015), a educação ocupa “lugar de honra” nos estudos voltados à análise do governo das condutas, pois a educação está

relacionada a um conjunto de ações por meio das quais ocorre a condução das condutas uns dos outros.

Marín-Díaz e Noguera-Ramírez (2011) apontam que, no bloqueio das artes de governar no âmbito da crise de governo que se estabeleceu entre os séculos XV e XVI, as práticas pedagógicas foram fundamentais, uma vez que foi por meio delas que se tornou “possível” resolver essa crise.

No final do século XVIII, a educação se constituiu em um assunto chave para atender tais problemas de governo, e ela se orientou a garantir o governo de si e dos outros no marco do desenvolvimento da governamentalidade liberal, ou melhor, dos dispositivos de seguridade (MARÍN-DÍAZ; NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 130).

Para que o processo de governamentalização dos Estados acontecesse, destacam-se como elementos chave o ensino de tudo a todos, idealizado por Comênio, e a educação humanizadora, proposta por Rousseau e Kant. Esse processo de governamentalização, para Marín-Díaz e Noguera-Ramírez (2011, p. 131), significou “a passagem de práticas pedagógicas vinculadas com a didática e, portanto, com o ensino e a instrução, para práticas pedagógicas relacionadas à educação e ao desenvolvimento – pela primeira vez no Ocidente – de uma ciência da educação”. É possível entender que as práticas e saberes que constituíram a *educação* como noção do campo pedagógico no século XVIII emanam dessa necessidade de governo operado pelos mecanismos de seguridade. Compreende-se que

a emergência, entre os séculos XVI e XVII, da Didática como saber e com ela de noções como instrução e ensino, expressam uma forma particular de pensar o governo dos indivíduos e as populações que fizeram parte do desenvolvimento de um conjunto de estratégias de governo de ênfase disciplinar. Por sua vez, a emergência, entre os séculos XVIII e XIX, da noção de ‘educação’ nos discursos pedagógicos, esteve vinculada ao deslocamento de ênfase dos dispositivos disciplinares de governo para os dispositivos de seguridade ou liberais (MARÍN-DÍAZ; NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 132).

Vale lembrar que a extensão que o poder disciplinar das instituições religiosas, desde o século XV, teve sobre diferentes setores da população fez parte do processo de constituição da razão de Estado. “Com a constituição da Razão de Estado, a instrução se constituiu na chave para assegurar a manutenção e crescimento do poder estatal” (MARÍN-DÍAZ; NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 134).

A governamentalidade, tomada como noção metodológica neste trabalho, possibilita “compreender como a produção de determinadas verdades incidem sobre os sujeitos,

conduzindo-os e, ao mesmo tempo, agindo para que tomem essas verdades para si” (MACHADO, 2016, p. 68-69). Conforme já abordado no trabalho, mais especificamente no Capítulo 1, o curso de 1980, *Do governo dos vivos*, confere novas dimensões à noção de governamentalidade, ampliando a compreensão do governo político dos sujeitos para um governo ético dos sujeitos, ou seja, o governo que o sujeito exerce sobre si mesmo a partir da relação com a verdade. Foucault diz que

O encontro entre as maneiras pelas quais os indivíduos são dirigidos por outros e os modos como conduzem a si mesmos, é o que se pode chamar, creio, de governo. Governar pessoas, no sentido geral da palavra, não é um modo de forçá-las a fazer o que o governo quer; é sempre um ponto de equilíbrio, com complementaridades e conflitos entre técnicas que garantem a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por ele mesmo (FOUCAULT, 2011, p. 155).

Dessa forma, podemos compreender que o processo referente à conduta de si e à conduta dos outros abarca tanto um governo político quanto um governo ético. Por meio da constituição de um conjunto de verdades, formas específicas de condução das condutas são organizadas em cada momento histórico, a partir de determinada racionalidade política.

Para Noguera-Ramírez (2009), na configuração da sociedade contemporânea, que tem se organizado em torno da lógica da aprendizagem, todos têm sido chamados a investir em um permanente processo de formação e aperfeiçoamento das capacidades individuais. Nessa lógica, a inclusão das pessoas com deficiência constitui-se como uma estratégia potente de mobilização social e responsabilização individual, um imperativo da lógica de um Estado neoliberal, uma vez que mobiliza os sujeitos, a economia e o próprio Estado, produzindo uma forma de organização de vida em sociedade. Pelo viés de uma governamentalidade neoliberal, o Estado reforça a necessidade de comprometimento de todos com a implementação, o desenvolvimento e a garantia da qualidade educacional.

O movimento da inclusão escolar, ao constituir-se como um comprometimento de todos a partir de uma responsabilização coletiva, configura-se como um espaço produtivo para a organização da sociedade e seu desenvolvimento. Menezes (2011, p. 139) aponta que a inclusão “é pensada na lógica da correção de percursos, de níveis educacionais, da invenção permanente de novos projetos, da produção de novas teorias de aprendizagens, na lógica da prevenção, etc.”. Nesse contexto, o Estado passa a investir em ações que visam à promoção de condições de aprendizagem de todos.

Na racionalidade neoliberal de governo, a necessidade de investimento permanente em si é evidenciada em cada sujeito e na coletividade da população. Para, Noguera-Ramírez (2009), a necessidade dos investimentos pessoais valida a racionalidade de que a aprendizagem se apresenta como forma de governmentação pedagógico contemporâneo.

Portanto, em acordo com o pensamento de Kraemer (2017), estar incluído na configuração social do presente, a partir do modelo de governmentação pedagógico, significa que cada sujeito tem a possibilidade de desenvolver condições próprias para tornar-se um aprendiz por toda a vida. Essa disponibilidade do sujeito a partir de uma liberdade individual encontra-se regulada no contexto da seguridade. Nela, os interesses são manipulados, e, concomitantemente, os perigos são gestados, colaborando para a manutenção da segurança do interesse coletivo e também do interesse individual (FOUCAULT, 2008b).

Biesta (2013, p. 32), ao discutir a ascensão do conceito de “aprendizagem” e o declínio do conceito de “educação”, principalmente nas últimas duas décadas, enfatiza sua crítica em relação a necessidade de uma “aprendizagem de vida inteira e a criação de uma sociedade aprendente”. Trata-se de um tempo específico de produção e investimento permanente no desejo da aprendizagem, tendo em vista que “o conceito de educação ao longo da vida aparece [...] como uma das chaves de acesso ao século XXI” (UNESCO, 2010, p. 12). Biesta (2013) diz que “aprendizagem” se tornou um conceito favorito em documentos de políticas nacionais e internacionais. O autor destaca, ainda, que “os governos ao redor do mundo já não pleiteiam educação recorrente ou permanente, mas enfatizam a necessidade de uma aprendizagem de vida inteira e a criação de uma sociedade aprendente” (Ibid., p. 32).

A potencialização do conceito de aprendizagem, a partir deste deslocamento, está “imbricada em uma perspectiva que, para além de aprender e/ou apreender conhecimentos escolares, estaria aliada a uma condição e a um tipo de postura de vida”. (ENZWEILER, 2017, p. 32). Como um direito civil, a aprendizagem vem sendo estabelecida nas políticas educacionais como um direito de todos e adotada como uma forma de vida. Desse modo, considerando as prerrogativas de uma sociedade de aprendizagem, destacada por Popkewitz, Olsson e Peterson (2009), podemos observar um alinhamento da aprendizagem como um direito e uma forma de vida no movimento de aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024):

a substituição da expressão “expectativas de aprendizagem” – contida na proposta original do Executivo –, por direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento foi mais um momento polêmico, com a inserção pelo Senado de referência à base nacional comum curricular, a configurar os mencionados direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2014, p. 22).

Com essa configuração da aprendizagem, que passa a ocupar centralidade nas políticas, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento de todos, aprender constantemente é praticar um modo de vida voltado para a individualização e para a condução das condutas na produção de subjetividades autônomas, competentes e responsáveis por si mesmas (KRAEMER, 2017).

Portanto, a aprendizagem, como uma importante estratégia de condução de conduta em uma racionalidade neoliberal, vem constituindo as formas de vida pautadas na racionalidade de que, “se delimitar e fixar o ‘eu’ foi o propósito da disciplina em séculos anteriores, transformar esse ‘eu’ pela ação do próprio indivíduo, passou a ser o propósito da aprendizagem durante o século XX” (MARÍN-DÍAZ, 2016, p. 8). Marín-Díaz (2012, p. 111) ressalta que aprender não é apenas “acumular e adquirir habilidades necessárias; é garantir a transformação e adaptação que ofereçam, a cada momento, habilidades e competências para a entrada no mundo do mercado de trabalho, dos sonhos, dos interesses e desejos”.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para a Educação do Século XXI Delors, (2010) dá destaque a estas “habilidades necessárias” na aprendizagem e desenvolvimento do sujeito.

A educação deve enfrentar um problema porque, ela se situa, mais do que nunca, no âmago do desenvolvimento da pessoa e das comunidades; sua missão consiste em permitir que todos, sem exceção, façam frutificar seus talentos e suas potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de assumir sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal. Ela deve permitir que cada um venha a tomar consciência de si próprio e de seu meio ambiente, sem deixar de desempenhar sua função na atividade profissional e nas estruturas sociais (p. 10).

*Por último e acima de tudo, Aprender a ser, aliás, o tema predominante do Relatório de Edgar Faure, publicado em 1972, sob os auspícios da UNESCO. Suas recomendações permanecem atuais já que, no século XXI, todos nós seremos obrigados a incrementar nossa capacidade de autonomia e de discernimento, acompanhada pela consolidação da responsabilidade pessoal na realização de um destino coletivo. E também, em decorrência de outro imperativo sublinhado por esse relatório: **não deixar inexplorado nenhum dos talentos** que, à semelhança de tesouros, estão soterrados no interior de cada ser humano. [...] Eis o que **confirma a necessidade de maior compreensão de si mesmo** (p. 14).*

Portanto, a aprendizagem, dentro da perspectiva educacional, passa a constituir-se como centralidade do presente. Tendo em conta essa centralidade, no que diz respeito à inclusão escolar de pessoas com deficiência, a aprendizagem “configura-se como uma estratégia emergencial que contribui para o fluxo da inclusão, pois oportuniza a formação

inicial de milhares de pessoas com deficiências, muitas vezes sendo esta a única oportunidade de formação que elas possuem” (RECH, 2015, p. 181).

A aprendizagem, como um discurso do presente, se estabelece como uma tecnologia de governo da vida dos sujeitos. Isso porque “estamos sendo compelidos a nos comportar como aprendizes permanentes, que moram em sociedades de aprendizagens ou cidades educativas” (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 230).

Em relação à aprendizagem, Noguera-Ramírez (2009) sinaliza uma importante diferença entre o aprender, ou aprendizado, e a aprendizagem, afirmando que não são sinônimos.

uma coisa é aprender e que todos aprendam. Outra coisa é a aprendizagem. Uma coisa são os aprendizados que resultam do ensino ou da instrução e outra coisa é a aprendizagem enquanto conceito relativo à capacidade dos organismos vivos de se adaptarem ao seu meio ambiente, transformando-se e transformando-o ao mesmo tempo (NOGUERA-RAMÍREZ, 2009, p. 17).

Nesse sentido, a aprendizagem está implicada na produção de subjetividades, entendidas como aquelas que são capazes de transformar-se, assumindo novas formas.

Considerando a atualização do conceito de aprendizagem e seu funcionamento em uma racionalidade neoliberal como estratégia de governo do estratégia da sustentabilidade na produção das condições de possibilidade para a inclusão sócio-produtiva do sujeito com deficiência, tomo a produção discursiva da sustentabilidade como um acontecimento²⁶ discursivo. Juntamente com Foucault, levo em conta as condições de existência que determinam a materialidade própria do enunciado (CASTRO, 2016). Assim, tomo-a como uma prática discursiva descontínua que compreende as condições de existência que determinam a sua materialidade. Foucault diz que, se os discursos devem ser tratados como conjuntos de acontecimentos discursivos e, por isso, convém dar a esta noção um estatuto,

Certamente o acontecimento não é nem subsistência nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação. Seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 2009, p. 57).

²⁶ Por acontecimento, não estou me referindo a um fato ou a um evento, mas à “irrupção de uma singularidade histórica” (REVEL, 2005, p. 14) que se apresenta como descontinuidade.

O que Foucault chama de acontecimento “é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento”. (FOUCAULT, 2010, p. 255). Foucault, diferentemente dos historiadores do século XIX, os quais chamavam de acontecimento uma batalha, uma vitória ou a morte de um rei, tentando mostrar que “a história era feita de um grande número de estruturas permanentes” e que por estas poderia ser descrita, não buscava o sentido das coisas, mas “a função que se pode atribuir” a elas naquele tempo e naquelas condições. (FOUCAULT, 2010a, p. 256).

Por isso, ele situa o acontecimento nos domínios do poder, podendo ser “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, [...] uma dominação que se enfraquece, se distende [...]”, que envolve, sim, fatos que podem ser de natureza econômica, social, política; porém, o que lhe interessa não é a lógica de sentido ou a estrutura desses fatos, senão a rede de discursos, de poderes e de práticas que os fazem como a irrupção de uma singularidade única e aguda (FOUCAULT, 2012).

Diante dessa contextualização sobre o funcionamento da noção de *aprendizagem ao longo da vida* como uma estratégia de governamento da sustentabilidade, sinalizo minha aliança teórica, principalmente, com os estudos de Noguera-Ramírez (2011), que em sua tese de doutorado (2009) realiza uma análise bastante profunda e pontual, dentre outros elementos, da Modernidade e da Educação. O autor mostra a “sociedade da aprendizagem” em sua ênfase na atividade do sujeito que não só aprende, mas que aprende a aprender. Além deste autor, reforço a importância da leitura das considerações de Biesta (2013) e Marín-Díaz (2012; 2016) e dos trabalhos das pesquisadoras Morgenstern (2016) e Kraemer (2017) para o desenvolvimento desta seção.

Destaco aqui que meu interesse não foi, e não é, fazer uma história da educação ou das práticas de educação permanente, nem do conceito de aprendizagem, pois os autores citados acima já fizeram movimentos nesse sentido e de forma bastante produtiva. Meu interesse foi, e é, contextualizar esses movimentos a partir dos escritos desses autores (e de outros) e problematizar os enunciados acerca da noção de *aprendizagem ao longo da vida* em documentos que trazem esta aprendizagem como uma estratégia de governamento dentro do acontecimento da sustentabilidade na Contemporaneidade e como condição do “pleno” desenvolvimento do sujeito e possibilidade de sua inclusão produtiva.

Para isso, trago abaixo dois capítulos publicados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para a Educação do Século XXI, Delors, (2010), referentes aos quatro pilares da educação e à compreensão da *educação ao longo da vida*²⁷.

Capítulo 4. Os quatro pilares da educação

Pistas e recomendações

• ***A educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.***

• ***Aprender a conhecer***, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: *aprender a aprender*, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida.

• ***Aprender a fazer***, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, *aprender a fazer* no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

• ***Aprender a conviver***, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

• ***Aprender a ser***, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

• No momento em que os sistemas educacionais formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento das outras formas de aprendizagem, é mister conceber a educação como um todo. Essa perspectiva deve no futuro inspirar e orientar as reformas educacionais, seja na elaboração dos programas ou na definição de novas políticas pedagógicas.

Capítulo 5. A educação ao longo da vida

Pistas e recomendações

• ***O conceito de educação ao longo da vida é a chave que abre as portas do século XXI; ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. Além disso, converge em direção a outro conceito, proposto com frequência: o da “sociedade educativa” na qual tudo pode ser uma oportunidade para aprender e desenvolver os talentos.***

• ***Sob essa nova perspectiva, a educação permanente é concebida como algo que vai muito mais além do que já se pratica, especialmente nos países desenvolvidos, a saber: as iniciativas de atualização, reciclagem e conversão, além da promoção profissional, dos adultos. Ela deve abrir as possibilidades da educação a todos, com vários objetivos: oferecer***

²⁷ Biesta (2013, p. 30; grifos do autor) diz que “a linguagem da *educação* tem sido em grande parte substituída por uma linguagem da *aprendizagem*”. No entanto, em alguns documentos analisados, o termo *educação ao longo da vida* aparece como essa forma de aprendizagem permanente; portanto, neste trabalho, tomo a noção de *aprendizagem ao longo da vida* como uma atualização da *educação*, que vem sendo gestada a partir do conceito de aprendizagem, assumindo novas formas no presente, discutidas ao longo desta seção.

uma segunda ou terceira oportunidade; dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo; ou, ainda, aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas.

• Em suma, a educação ao longo da vida, deve tirar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade (UNESCO, 2010, p. 31-32).

O relatório citado acima destaca o conceito de “sociedade educativa” como sendo aquela em que tudo pode ser uma oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento. Noguera-Ramírez (2011) dá destaque ao relatório apresentado pela Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, conformada pela UNESCO em 1971, intitulado “Aprender a ser”, no qual se enfatizam duas noções fundamentais: “cidade educativa” e “educação permanente”. O autor diz que, até então (meados do século XX), havia predominado aquela figura expressa pelos filósofos alemães do século XIX de um “Estado Educador” ou de uma forma de organização social na qual a educação, ou melhor, a “instrução pública”, era uma responsabilidade do Estado, uma função estatal executada por meio da escola pública.

No entanto, Noguera-Ramírez (2011) aponta que os estudiosos daquela Comissão da UNESCO percebiam uma grande transformação, em que a educação não era mais uma função estatal. Era a própria sociedade que se tornava educativa, quer dizer, a própria sociedade educava, oferecia múltiplas e permanentes oportunidades educativas para os cidadãos, mas também demandava e consumia educação. Da obrigatoriedade imposta, a educação passava a ser uma demanda da população, uma necessidade, “um direito” e até uma exigência: passagem da obrigação estatal para a responsabilidade pessoal. Daí a necessidade de um nome próprio para essa nova forma de organização social: a “cidade educativa” (NOGUERA-RAMIREZ, 2011, p. 16).

O autor realça que os discursos envolvendo a sociedade da aprendizagem e o aprendiz permanente, na Contemporaneidade, não são tão recentes como acreditariam os seus promotores. “Foram possíveis devido à construção do conceito de aprendizagem entre o fim do século XIX e os primórdios do século XX” (NOGERA-RAMIREZ, 2011, p. 20). Ele também enfatiza que, desde o fim do século XIX, a emergência do conceito de aprendizagem marcaria a passagem da educação liberal para aquilo que se chamaria posteriormente de “sociedade da aprendizagem”, “sociedade aprendente” ou “cidade educativa”,

[...] de uma parte, à extensão da função educativa além da escola e, de outra, à consequente exigência, para o indivíduo habitante desse novo espaço social, de um aprendizado constante ao longo da vida, exigência que leva a sua consideração como

aprendiz permanente, vitalício ou, como diria Popkewitz (2009), um cosmopolita inacabado (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 21).

A expressão *cosmopolita inacabado* foi cunhada por Popkewitz, Olsson e Peterson (2009). Para eles, o cosmopolita inacabado compreende aquela individualidade que “é responsável por seu próprio estilo de vida e por criar um ambiente que propicie a aprendizagem, a saúde e a segurança de todos os envolvidos, inclusive de si mesmo”. (POPKEWITZ; OLSSON; PETERSON, 2009, p. 91).

O indivíduo habitante desse novo espaço social, que exige aprendizagens ao longo da vida e está presente nas políticas e programas sociais e educacionais, constitui-se como todo e qualquer indivíduo. Nesse contexto, a prática operada pelo Estado brasileiro por meio de estratégias para a condução dos sujeitos a tornarem-se aptos a atender às demandas da sociedade contemporânea tem por elemento balizador a prerrogativa do indivíduo.

Juntamente com Noguera-Ramírez (2011), faço a leitura de que essa configuração e centralidade no indivíduo estão associadas à governamentalidade neoliberal, essa forma econômica de governo que pretende governar menos para governar mais, isto é, essa forma de governar cujo fundamento é a liberdade, o interesse, a agência e a autorregulação dos indivíduos. Portanto, conforme o autor, “a aprendizagem é hoje a forma do governo pedagógico, o governo não mais do cidadão, mas do ‘aprendiz permanente’, do *Homo discentis*. Aprender ao longo da vida, aprender a aprender é a dívida do governo contemporâneo” (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 230; grifo do autor).

Ao trazer a proveniência desse *Homo discentis*, o autor assinala o conceito de plasticidade, desenvolvido por Dewey, como essencial para a composição desse novo sujeito em que a aprendizagem emerge e toma força. Dewey (1995 apud NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 245) diz que plasticidade “é essencialmente a capacidade de aprender da experiência; o poder para reter de uma experiência algo que seja eficaz para afrontar as dificuldades de uma situação ulterior”. Tal plasticidade, essa capacidade de aprender das experiências, significa, em última instância, a possibilidade de aprender a aprender.

Ao aprender um ato, em lugar de considerá-lo já totalmente feito, aprende-se por necessidade a variar os seus fatores e a fazer com eles diversas combinações, segundo mudem as circunstâncias. Abre-se uma possibilidade de progresso contínuo pelo fato de que ao aprender um ato se desenvolvem métodos bons para serem usados em outras direções. Ainda mais importante é o fato de que o ser humano adquire o hábito de aprender. Aprender a aprender (DEWEY, 1995 apud NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 245).

Na concepção de Dewey sobre educação, o hábito implica uma condição ativa por parte do indivíduo, no sentido ativo do controle de meios para a consecução de fins. Noguera-Ramírez (2011) diz que a adaptação é uma via dupla: tanto do ambiente às nossas necessidades, quanto das nossas atividades ao ambiente. Ele aponta que, ao contrário dos animais e dos homens primitivos e selvagens, que se acomodavam e se submetiam ao meio, os povos civilizados “têm ou produzem hábitos que, por sua vez, transformam o ambiente, mas esses hábitos não são completamente fixos ou imóveis: trata-se de comportamentos mais ou menos flexíveis, produto da plasticidade ou capacidade de aprender” (Ibid., p. 246).

Na lógica do neoliberalismo, a aprendizagem torna-se um investimento necessário e condicionante à constituição de sujeitos e ao desenvolvimento do seu capital humano. Masschelein e Simons (2013, p. 111-112) afirmam que “o indivíduo é batizado como um aprendiz (ao longo da vida) [e] a aprendizagem é um investimento no próprio capital humano do indivíduo”. Portanto, é possível compreender que a aprendizagem não está mais relacionada à aquisição de conteúdos variados, mas à possibilidade de “aprender para adaptar-se e ser flexível em diferentes momentos e condições” (MARÍN-DÍAZ, 2012, p. 124).

Morgenstern (2016, p. 192), ao analisar as práticas de correção e a aprendizagem na produção de subjetividades na Contemporaneidade, entende que o *Homo discentis* “é um indivíduo que desenvolve a capacidade de adaptar-se a um mundo que se modifica constantemente e, por isso, precisa ajustar-se, corrigindo as escolhas feitas, o seu destino e o curso da própria vida”. A autora também acredita que, ao fazer a condução das condutas no âmbito do governo pedagógico, a aprendizagem potencializa-se como ação estratégica, estruturando o campo de ação dos indivíduos pela experiência de ser aprendiz, de retirar de uma experiência algo que possa ser reativado no enfrentamento de situações futuras. Nessa leitura, as noções de interesse pessoal e desejo são evidenciadas na nova função da aprendizagem plástica, que se conecta aos modos de autocorreção promovidos no tempo presente (MORGENSTERN, 2016).

No documento *2021 Metas Educativas: La Educación que queremos para la generación de los bicentenarios*, organizado e publicado pela Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) em 2010, consta um subitem intitulado *Aprender a lo largo de la vida*, onde a aprendizagem permanente, ao longo da vida, é enfatizada com o argumento de que somente a partir dela os sujeitos poderão alcançar sua inserção no mundo laboral de forma ativa e criativa, o que produz um interesse e desejo nos sujeitos em alcançar essa condição.

Aprender a aprender é uma das competências essenciais que todos os alunos devem alcançar no final da escolaridade obrigatória, para só então ter adquirido a vontade de continuar a aprender e gerir a sua aprendizagem ao longo da vida. Ele se instala e assume que a educação e a aprendizagem não terminam durante os anos escolares, mas que as pessoas devem continuar aprendendo durante toda a vida. Não é possível, de outra forma, inserir-se no mundo do trabalho de forma ativa e criativa diante da velocidade com que inovações e novos conhecimentos são gerados (OEI, 2010, p.121).

A partir dessa abordagem, já mencionada ao comentar o projeto de educação técnico-profissional, o objetivo de alcançar a alfabetização completa na Ibero-América deve ser entendido e seus cidadãos colocados na perspectiva da aprendizagem permanente. É importante ressaltar que eles não são, portanto, apenas para levar as pessoas a ler e escrever, mas também que todas elas atinjam as competências da educação básica e participem de programas que favoreçam sua inserção laboral. Dessa forma, a noção contemplada na Conferência de Educação para Todos, de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, progride intimamente associada à aquisição de habilidades necessárias para que as pessoas vivam e trabalhem com dignidade, participem da sociedade e continuem aprendendo (OEI, 2010, p. 130-131).²⁸

Baseado na perspectiva de aprender de forma permanente, o documento citado acima produz enunciados que constituem a *aprendizagem ao longo da vida* como condição de desenvolvimento e produtividade dos sujeitos. Assim, aprendendo permanentemente o sujeito conseguirá adquirir as competências necessárias para viver e trabalhar dignamente, participar da sociedade e então continuar aprendendo.

Portanto, como já destacado, por ocupar um “lugar de honra”, a educação passa a ser um território fértil e produtivo para colocar determinadas estratégias de governo em funcionamento. Passa a ser um lugar desejado e consumido por todos, a partir da promessa de que por meio dela cada um conseguirá alcançar posições desejadas de desenvolvimento e reconhecimento, e colocação produtiva no mercado.

Nesse viés, trago abaixo alguns excertos da *Declaração de Incheon Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos* (2015), onde é possível visualizar a centralidade ocupada pela educação, constituída pela noção de *aprendizagem ao longo da vida*, como garantia para o alcance de diferentes propósitos, como paz, tolerância, desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, etc., e, portanto, para o funcionamento da sustentabilidade.

Nossa visão é transformar vidas por meio da educação ao reconhecer seu importante papel como principal impulsionador para o desenvolvimento e para o alcance de outros ODS propostos. [...] Essa nova visão é inteiramente captada pelo ODS 4 “assegurar a educação

²⁸ Tradução minha.

*inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de **aprendizagem ao longo da vida para todos**” [...] Reafirmamos que a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. **Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos pleno emprego e erradicação da pobreza** (UNESCO; UNICEF, 2015, p. 1).*

*Baseada no legado de Jomtien e Dakar, esta Declaração de Incheon é um compromisso histórico de todos nós com **a transformação de vidas por meio de uma nova visão para a educação**, com ações ousadas e inovadoras, para que alcancemos nossa ambiciosa meta até 2030 (UNESCO; UNICEF, 2015, p. 4).*

Pode-se dizer que a educação, enquanto território e estratégia, é “uma espécie de autorregulação, e não um disciplinamento, isto é, a ação do indivíduo em um meio (natural, artificial ou social) cujo resultado é o seu crescimento, seu desenvolvimento, sua maturação e sua aprendizagem” (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 165). Percebe-se que a educação não pretende basicamente disciplinar nem regulamentar, mas regular; “ela opera mediante a liberdade de ação do sujeito em um meio que estabelece os seus limites e as suas possibilidades. Por isso, atua sob a forma de uma autorregulação da conduta” (ibidem).

A noção foucaultiana da governamentalidade, no campo do entendimento ético, como um “[...] conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros” (FOUCAULT, 2006, p. 286), vem, no nosso tempo, constituindo os processos de subjetivação das pessoas com deficiência como sujeitos empreendedores e sustentáveis.

Podemos visualizar que a *aprendizagem ao longo da vida* como estratégia de governo do estratégia da sustentabilidade em uma ordem neoliberal tem como um de seus elementos o empreendedorismo. Nessa lógica, a “responsabilidade” é de todos e de cada um, isto é, cada um investe em si, empreende estratégias e técnicas de e em si na sua produção como sujeito – sujeito este tomado no sentido de capital humano produtivo para o Estado. Essa produção e esse investimento não estão mais pautados na lógica do mercado padronizado, da técnica e capacitação mecânicas, mas atendem à ordem da criatividade, do diferencial, ou seja, não basta capacitar-se; é necessário empreender um investimento e esforço cognitivo na sua constituição e formação produtivas.

Faz-se necessário, para a ordem neoliberal, a produção de um regime de verdade e de relações sociais regidas e produzidas pelo mercado, que nelas também se produz. A produção do discurso operando no sujeito a responsabilidade e obrigatoriedade de investimento e empreendimento em si para o “sucesso” de seu desenvolvimento e inserção plena e ativa na

sociedade conduz esse sujeito a buscar as ações e programas disponibilizados pelo governo para qualificação e capacitação constantes.

O Estado, então, ganha a função de financiamento, dando as condições para que a população e cada um dos indivíduos se empoderem e sejam empreendedores no mercado, ao mesmo tempo em que precisam ser empreendedores de si mesmos. Conforme os excertos expostos, é possível perceber que os documentos produzidos internacionalmente têm enfatizado a necessidade de todos (Nações) assumirem alguns compromissos e esforços na promoção das oportunidades de *educação ao longo da vida* para todos.

Comprometemo-nos a promover, com qualidade, oportunidades de educação ao longo da vida para todos, em todos os contextos e em todos os níveis de educação (UNESCO; UNICEF, 2015).

Concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida (UNESCO; UNICEF, 2015).

*Comprometemo-nos a fornecer a educação inclusiva e equitativa de qualidade em todos os níveis – na primeira infância, nos ensinamentos fundamental, médio, superior, técnico e profissional. Todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça ou etnia, **assim como as pessoas com deficiência**, os migrantes, os povos indígenas, as crianças e os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, **devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade (ONU, 2016, p. 7).***

O empoderamento, a partir das condições de inclusão e inserção no processo de aprendizagem e aperfeiçoamento constante, constitui o objetivo que cada um e todos devem alcançar, para garantirem sua inserção na sociedade como cidadãos plenos de direitos e deveres, em acordo com o preceito da sustentabilidade, que se constitui a partir da satisfação das necessidades das gerações presentes, sem colocar em risco a satisfação das necessidades das gerações futuras. Nessa ordem social, exigem-se a apreensão e a condução da conduta, uma regulação e autorregulação em que cada um e todos sejam úteis ao mercado, nele se incluam, produzam e o mantenham sempre em movimento e em condições de “continuar”.

Projeta-se, assim, uma programação de estratégias para que a atividade dos indivíduos e seus modos de agir se constituam em capital humano. Para Gadelha (2009), a teoria do capital humano constitui-se na identificação e desenvolvimento do conjunto de habilidades e destrezas dos indivíduos. Nessa medida, a sustentabilidade, articulada à inclusão, investe no desenvolvimento da produtividade dos sujeitos a partir da noção de *aprendizagem ao longo*

da vida, entendendo-se que, além do desenvolvimento de domínios técnicos e processos de produção, a produtividade aliada ao empreendedorismo tem relação com comportamentos, habilidades, competências e talentos em que se investe como capital humano pertencente ao sujeito, que o conserva, amplia e utiliza ao longo de sua vida (SCHULTZ, 1987).

Nesse sentido, o *homo oeconomicus*, como empresário de si mesmo, aqui é compreendido e tomado como “aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio” (FOUCAULT, 2008, p. 369). Ele aparece como algo manejável, que vai responder às modificações introduzidas no meio. O sujeito com deficiência, por sua vez, se constitui e se produz empreendendo em si um investimento de capacitação e formação, na medida em que é capturado pela “modificação” da forma de dizer e fazer de si como cidadão, agora produzida e reconfigurada a partir da inclusão produtiva.

Portanto, o sujeito contemporâneo, compreendido como empresário de si mesmo, toma o mercado como princípio regulador de sua conduta e passa a gerenciar sua vida, considerando as possibilidades que lhe são disponibilizadas. Dentre essas possibilidades, a *aprendizagem ao longo da vida* na perspectiva da inclusão cria condições para os sujeitos, em diferentes momentos de suas vidas, investirem continuamente em sua formação e capacitação.

Pelo investimento em educação, na racionalidade neoliberal, a constituição de sujeitos que potencializem seu capital humano torna-se um objetivo, uma vez que, considerando as demandas econômicas e políticas, atualizadas e reconfiguradas a partir do discurso da sustentabilidade, que tem como “máxima” o desenvolvimento da sociedade, a performance de cada sujeito se torna fundamental. Dessa forma, a *aprendizagem ao longo da vida*, como investimento em capital humano, constitui-se como uma estratégia de governo da sustentabilidade, esta tomada como uma ordem discursiva inquestionável do presente que “procura, primordialmente, encaixar as gerações na sociedade em que ela está operando – uma educação que existe para adaptar, acomodar” (CAMOZZATO, 2012, p. 134).

Diante disso, olho para a sustentabilidade como um acontecimento discursivo da Contemporaneidade. Articulada à inclusão, funciona como uma estratégia de governo que, a partir da operação de determinadas práticas de governo dentro do campo da educação, como a *aprendizagem ao longo da vida*, vem constituindo os sujeitos na lógica da produtividade.

Durante os processos de análise neste estudo, pude visualizar a especificidade dos conceitos de desenvolvimento e da produtividade (descritos ao longo do trabalho) das pessoas com deficiência a partir da noção de sustentabilidade nas tramas do neoliberalismo. A partir

disso, foi possível perceber que determinadas práticas de governo, como a *aprendizagem ao longo da vida*, são operadas a fim de criar condições para a inclusão produtiva das pessoas com deficiência nos contextos educacionais e sociais.

Ao analisar os desdobramentos das políticas educacionais e de inclusão na Contemporaneidade (no capítulo anterior), além da *aprendizagem ao longo da vida*, sinalizei a articulação da educação com o social como uma das estratégias de governo da sustentabilidade na produção da inclusão sócio-produtiva dos sujeitos. Essa articulação vem se mostrando como necessária para o investimento sobre as condições de vida da população com deficiência, a fim de garantir sua produtividade e, portanto, a inclusão sócio-produtiva deste grupo, condição fundamental para o desenvolvimento sustentável da nação. Sendo assim, procuro mostrar, na próxima seção, de que maneira o funcionamento dessa parceria vem acontecendo e produzindo os efeitos na condução das condutas das pessoas com deficiência para que busquem sua inclusão produtiva, produzindo essa “nova” forma sócio-produtiva de ser e estar incluído na sociedade.

4.2 INCLUSÃO SÓCIO-PRODUTIVA: PRODUÇÃO E INVESTIMENTO EM UMA “NOVA” FORMA DE PRODUTIVIDADE A PARTIR DA NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Retomando os movimentos realizados ao longo do trabalho, chego a esta última seção, reafirmando a compreensão da inclusão como um imperativo de Estado, atualizada pela noção de sustentabilidade, que, ao mobilizar os sujeitos, se inscreve em uma racionalidade política neoliberal. Nesse contexto, os movimentos ao longo do trabalho foram se constituindo a partir do objetivo principal deste estudo: compreender como a sustentabilidade emerge discursivamente na racionalidade neoliberal, funcionando como uma estratégia de governo que vem promovendo um alargamento do imperativo da inclusão. Neste momento, sigo para a análise e descrição da articulação entre a educação e o social a partir de programas e campanhas do Governo brasileiro, nos quais é possível visualizar o investimento no governo das condutas das pessoas com deficiência para que se constituam produtivas em um mercado de concorrência e competição.

Nos discursos atuais, veiculados principalmente por políticas e programas de Governo, decorrentes de discursos produzidos internacionalmente, conforme foram analisados ao longo do trabalho, é possível perceber que o combate ao nível de pobreza e o alcance da efetiva inclusão social com a geração de emprego são condições necessárias e interdependentes para

o desenvolvimento econômico e sustentável. Dessa forma, são operacionalizadas diferentes estratégias para suprir necessidades, como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer, a fim de promover o bem-estar social, a segurança e, conseqüentemente, o desenvolvimento individual e da população.

Considerando-se que, na Contemporaneidade, as relações são marcadas e constituídas por processos de in/exclusão, em que a todo momento qualquer sujeito pode estar sob ameaça de “[...] estar incluído ou ser excluído de determinadas práticas, ações, espaços e políticas” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 75), entendo ser interessante pensar como a inclusão vem sendo operacionalizada a partir de outros investimentos decorrentes da noção de sustentabilidade. Tais investimentos não se restringem apenas aos educacionais, sendo também sociais e de saúde, ampliando o modo inclusivo de ser e estar na sociedade – tem-se, então, um modo socioprodutivo que se preocupa consigo e com as gerações futuras. Esses investimentos, mobilizados pela noção de sustentabilidade articulada à inclusão, colocam em operação ações que se configuram na necessidade de parcerias (intersectoriais e intergovernamentais).

Entendo parceria a partir de um viés de colaboração e cooperação na promoção de ações intersectoriais e intergovernamentais em prol de um objetivo comum, que neste estudo vem se configurando em ações que se conjunham com o objetivo de desenvolver a produtividade das pessoas com deficiência e, assim, sua inclusão sócio-produtiva para garantir o desenvolvimento sustentável inclusivo. Dal’Igna (2011), ao analisar as relações entre família e escola, percebeu o deslocamento do conceito de aliança para parceria no gerenciamento dos riscos sociais na Contemporaneidade. Ao observar, nos documentos analisados ao longo do trabalho, a produção da necessidade de parcerias, tanto na promoção da inclusão quanto no desenvolvimento sustentável, ajusto meu entendimento do termo *parceria* com a autora, compreendendo que,

Para maximizar o governo dos sujeitos a um custo político e econômico mínimo, o que importa é investir na parceria, fazendo com que cada um assuma responsabilidades e conduza suas ações para promover mudanças sociais (DAL’IGNA, 2011, p. 115).

Conforme discutido no decorrer do trabalho, mais especificamente no Capítulo 3, a estratégia da sustentabilidade opera, na Contemporaneidade, estratégias de governo; dentre elas, está o “resgate” daqueles que “ficaram mais para trás”, em que o grupo das pessoas com deficiência (e outros) se encaixa. O investimento em sua participação e

produtividade na sociedade configuram-se como centrais para o desenvolvimento da população.

Em meio a um cenário de crise na economia mundial, a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, em 2009, o *Pacto Mundial para o Emprego*, aprovando a resolução *Ultrapassar a crise: Pacto mundial para o emprego*, com o objetivo de impedir uma crise de emprego que conduza a um aumento acentuado do desemprego e do número de trabalhadores pobres. Na resolução, é possível perceber a preocupação da participação das pessoas consideradas vulneráveis em um possível agravamento da crise mundial, enfatizando que a garantia de participação e emprego a esta parte da população é uma das bases para uma economia mais sustentável.

12. Sistemas de proteção social sustentáveis concebidos para ajudar as pessoas vulneráveis podem impedir o agravamento da pobreza, prevenir dificuldades sociais, ajudando ao mesmo tempo a estabilizar a economia e a manter e promover a empregabilidade. Nos países em desenvolvimento, os sistemas de proteção social podem também aliviar a pobreza e contribuir para o desenvolvimento econômico e social a nível nacional. Em situação de crise, a adoção de medidas a curto prazo pode ser mais adequada para ajudar as pessoas mais vulneráveis.

*ii) criar um sistema adequado de proteção social para todos, assente num regime básico de proteção social que inclua: o acesso aos cuidados de saúde, a **garantia de rendimento para os idosos e pessoas portadoras de deficiência**, a concessão de prestações familiares e a garantia de rendimento, conjugada com regimes públicos de garantia de emprego, direcionados aos desempregados e trabalhadores pobres (OIT, 2009, p. 4).*

Nesse contexto, reforça-se a importância da inclusão laboral das pessoas com deficiência para garantir o combate à exclusão e à pobreza extrema, ainda tão comuns a esse público.

*Ainda em relação à **inclusão laboral**, como já recomendado pela Declaração de Salvador (2013), persistem importantes desafios para a ONU no Brasil, como assegurar a igualdade de oportunidades – por meio da acessibilidade arquitetônica, comunicacional e tecnológica – sob a égide do trabalho decente e do combate à exclusão e pobreza extrema, infelizmente ainda tão comuns a essa população. Ainda persiste um grande hiato entre o que estipula a lei e o que de fato é realizado no campo da **inclusão sócio-produtiva das pessoas com deficiência**. Não apenas as condições físicas precisam ser asseguradas, mas é fundamental avançar muito ainda na preparação e na capacitação dos recursos humanos de empresas ou do serviço público para o exercício da tolerância e respeito ao diferente (ONU, 2013, p. 7).*

*36. Comprometemo-nos a promover a compreensão intercultural, a tolerância, o respeito mútuo e uma ética de cidadania **global e de responsabilidade compartilhada**. Estamos conscientes da diversidade natural e cultural do mundo e reconhecemos que **todas as***

culturas e civilizações podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, constituindo-se como elementos cruciais para tanto (ONU, 2015, p. 10).

Em consonância com essa preocupação em relação à geração e garantia de emprego a toda a população, uma vez que é necessário que todos participem das redes de mercado, a ONU (2015) destina, nos ODS, o objetivo 8 à promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho decente para todos.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

[...]8.3 promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apóiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

8.5 até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

8.6 até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação (ONU, 2015, p. 22-23).

Essa centralidade na geração e garantia de emprego pleno e produtivo a todos efetiva-se em uma racionalidade neoliberal, na medida em que, segundo Lopes (2009b), existem duas regras instituídas para a entrada e permanência no jogo econômico neoliberal, conforme já destacado ao longo da tese: a de manter-se em atividade e a de que todos precisam estar incluídos em diferentes níveis de participação. Como principais condições de participação desse jogo, a autora elenca: todos precisam ser educados para entrar no jogo; todos precisam permanecer no jogo; e todos devem desejar permanecer no jogo. Com isso, é possível compreender que as ações empreendidas pelo Estado mediante o estabelecimento de parcerias, tanto setoriais quanto governamentais, por meio de políticas e programas de inclusão (escolar, social, assistencial, de trabalho) para garantir as condições de participação das pessoas com deficiência no jogo econômico, produzem um tipo de governo das condutas desses sujeitos para que estes invistam em sua participação produtiva na sociedade.

No Brasil, alguns programas e políticas de diferentes setores promovem a garantia de renda mínima, tendo sido implementados com foco em pessoas em situação de pobreza extrema. O objetivo é garantir e qualificar a vida destas pessoas com moradia popular, educação, trabalho, saúde, incentivo e agricultura familiar (Programa Bolsa Família; Pró-

jovem; Prouni; Fome Zero; Pronatec; Plano Brasil sem Miséria; Pronaf; Vale-cultura; entre outros).

Conforme dados do IBGE (Censo de 2010), o Brasil possui 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que representa 23,91% da população nacional. Esse grupo da população nacional, por muito tempo, ficou relegado a segundo plano nas políticas públicas, à margem do desenvolvimento e crescimento do país, constituindo-se como um “ônus” ao Estado. Nesse contexto, o Estado necessita investir nessa parcela da população, pois, ao ser produzida como um grupo à margem da sociedade, se configura em risco ao desenvolvimento.

Para promover investimentos, a necessidade de parcerias para a garantia da inserção e permanência de todos nos jogos de mercado se produz como inerente ao desenvolvimento sustentável, conforme podemos ver em alguns excertos abaixo, da agenda *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (2015).

Todos os países e todos os grupos interessados, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás (p. 1).

*39. A escala e a ambição da nova Agenda requer uma **Parceria Global revitalizada** para garantir sua implementação. Comprometemo-nos plenamente com isso. Essa **Parceria trabalhará em espírito de solidariedade global, em especial solidariedade com os mais pobres e com pessoas em situações de vulnerabilidade**. A Parceria facilitará um engajamento intensivo global em apoio à implementação de todos os Objetivos e metas, aproximando Governos, setor privado, sociedade civil, o sistema das Nações Unidas e outros atores e movimentando todos os recursos disponíveis (p. 10).*

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17.16 reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias (p. 33).

A agenda citada acima refere o termo *parceria* em um nível global, em que diferentes instâncias de Governo e setores se engajam em prol de um objetivo comum, o desenvolvimento sustentável inclusivo.

Cabe aqui destacar também a veiculação de outro documento importante, que disserta sobre a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência, *A inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência no Brasil: Uma agenda de desenvolvimento pós-2015* (ONU, 2013), enfatizando a importância da inclusão plena e efetiva dessa parte da população a partir de cooperação e apoio do Sistema das Nações Unidas aos Estados Membros, na garantia do desenvolvimento sustentável inclusivo.

*No âmbito da **cooperação** prestada pelo Sistema das Nações Unidas ao Brasil, a equipe do país entende que a **realização plena dos direitos humanos e a inclusão social das pessoas com deficiência é condição fundamental para o desenvolvimento nacional e pleno exercício da cidadania.***

*Ainda que o tema seja de extrema relevância e atualidade, com raras e recentes exceções – entre elas a Convenção da ONU para os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), a questão ainda requer maior envolvimento das Nações Unidas dada a transversalidade presente no desafio de **assegurar a inclusão plena e efetiva dessa população.***

O momento para um maior engajamento do UNCT é mais do que oportuno, haja vista as demandas recorrentes do movimento das pessoas com deficiência por uma abordagem mais incisiva da ONU sobre o tema na agenda de desenvolvimento pós-2015.

*Apesar desses apontamentos em prol de uma ação mais efetiva da ONU sobre o tema, a mesma consulta regional – da qual participaram várias agências da ONU no Brasil – também reconhece a importância de **“fortalecer a ação das agências do Sistema das Nações Unidas e seus mecanismos para apoiar aos Estados Membros na promoção do desenvolvimento sustentável inclusivo em benefício das pessoas com deficiência”** (p. 2).*

Em face da importância da inclusão desse grupo da população para o desenvolvimento do país, que frequentemente esteve à margem das políticas públicas, o Estado brasileiro tem promovido algumas estratégias para “resgatar” essa dívida histórica. Lopes (2009b) mostra que, para dar conta desses sujeitos, cujas posições se configuram como uma ameaça à inclusão no jogo neoliberal, o Estado tem procurado provê-los de políticas sociais, educacionais, de inclusão, assistência e trabalho, buscando a otimização de suas vidas.

Ao olhar para os benefícios propostos à população com deficiência objetivando seu desenvolvimento “máximo” para garantir o desenvolvimento do país, destaco, principalmente, aqueles relacionados a políticas de assistência social, que em sua maioria objetivam garantir condições mínimas de vida a esses sujeitos. Dentre esses benefícios, enfatizo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante o recebimento mensal de um salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não ter condições de prover a própria manutenção nem por sua família (BRASIL, 2011c).

A prestação desse benefício possibilita as condições de consumo dessa parte da população, já que, de alguma forma, esse público se encontra à parte das redes econômicas,

sob ameaça de exclusão dos jogos de mercado. No entanto, Lopes (2009b) sinaliza que é preciso que o Estado lance mão de determinadas estratégias para que esses sujeitos se desloquem da condição de assistidos para uma posição ativa em favor do mercado. Lockmann (2013) enfatiza também que os discursos analisados das políticas de Assistência Social reafirmam o imperativo da autonomia, salientando que pretendem qualificar os sujeitos beneficiários para que não se tornem eternos dependentes do Estado.

Em âmbito nacional, mais recentemente, temos a criação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Viver sem Limite (2013a),²⁹ organizado em quatro eixos: convivência, inclusão, autonomia e oportunidade. O Plano estabelece propostas de ação para acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade, com o objetivo de contribuir para a inclusão produtiva das pessoas com deficiência.

Figura 2 – Plano Viver sem Limite



Fonte: BRASIL (2013a) - adaptado.

²⁹ Elaborado com a participação de mais de 15 ministérios (Casa Civil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ciência, Tecnologia e Inovação, Cidades, Fazenda, Esporte, Cultura, Comunicações, Previdência Social e Planejamento, Orçamento e Gestão) e do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), que trouxe contribuições da sociedade civil. O Plano envolve todos os entes federados e previa um investimento total no valor de R\$ 7,6 bilhões até 2014.

Dentre as ações propostas no Plano, a inclusão social “prevê a efetivação do Programa BPC Trabalho³⁰, com vistas ao fortalecimento da autonomia e da participação social das pessoas com deficiência” (BRASIL, 2013a, p. 38). Segundo o Plano, um dos desafios para a inclusão plena das pessoas com deficiência é a inserção no mercado de trabalho. Entre as diretrizes, o Plano define “a ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional” (BRASIL, 2011b, Art. 3º, inciso III).

O Plano Viver sem Limite promoveu, ainda, alterações na legislação referente ao BPC, como a garantia de retorno ao benefício a quem solicitar a suspensão para trabalhar, mas, posteriormente, perder o emprego – sem necessidade de novo requerimento e avaliação. Além disso, houve alteração referente ao contratado como aprendiz, que poderá acumular o salário de aprendiz com o valor do BPC por dois anos. Nessa condição do contratado aprendiz, que é aquele que se matricula em cursos de qualificação e capacitação e se insere no mercado de trabalho na categoria de aprendiz, mediante a garantia de acúmulo de dois provimentos remunerados, podemos perceber a potencialização do desejo de que os sujeitos permaneçam participando e de que todos desejem estar incluídos (LOPES, 2009b).

[...] possibilidade de retorno ao BPC após uma experiência de participação no mercado de trabalho: a pessoa com deficiência, beneficiária do BPC, passou a ter direito à suspensão especial do benefício para exercer uma atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, sem que seu benefício seja cancelado. E pode reativar o BPC quando perder a oportunidade de trabalho sem a necessidade de passar por novo processo de concessão, que inclui as avaliações social e médico-pericial, caso não esteja recebendo algum benefício previdenciário (BRASIL, 2013b, p. 8).

Outra alteração da LOAS garante que a pessoa com deficiência beneficiária do BPC, com idade a partir de 14 anos, pode ser contratada como aprendiz profissional sem perder o benefício. O aprendiz poderá acumular o recebimento do BPC com o salário pago pelo empregador por até 2 (dois) anos (Ibid.).

Assim, é possível visualizar um investimento na inclusão sócio-produtiva dos sujeitos, visto que o BPC, com suas alterações, possibilita flexibilidade para os sujeitos ingressarem na

³⁰ O BPC Trabalho foi criado para atender prioritariamente beneficiários entre 16 e 45 anos que querem trabalhar, mas encontram dificuldades para inserção profissional. O Viver sem Limite prevê a inclusão de 50 mil beneficiários nas redes socioassistenciais, após visitas domiciliares e busca ativa. As ações são realizadas por equipes dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, articuladas com profissionais de educação, qualificação profissional e do Acessuas Trabalho - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, para inserção na rede de serviços das políticas sociais, nos cursos do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ou outros cursos de qualificação profissional. (BRASIL, 2013, p. 40).

vida laboral sem perderem, necessariamente, seu benefício. Com isso, permite a continuidade do seu direito de renda mínima, viabilizando a oportunidade de formação e capacitação por meio da articulação entre a educação e o social.

Ainda em relação às estratégias colocadas em funcionamento pelo Plano Viver sem Limite, vinculado ao BPC-Trabalho, encontra-se o Acessuas-Trabalho – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, instituído em 2012. O Acessuas-Trabalho tem como finalidade promover a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, articulando, identificando, sensibilizando, desenvolvendo habilidades e orientando para o trabalho (BRASIL, 2016). Estabelece como público-alvo do programa:

Populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade e risco social, idade de 14 (quatorze) a 59 (cinquenta e nove) anos, com prioridade para usuários de programas de transferência de renda e serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais, em especial para:
a) *pessoas com deficiência; (BRASIL, 2016, p. 5).*

O Programa justifica sua atenção ao público-alvo das pessoas com deficiência nas ações de qualificação e inserção no mercado de trabalho ao considerar que:

[...] pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade econômica e social têm maiores dificuldades de acesso a informações sobre leis, direitos sociais e políticas públicas. Além disso, em função de barreiras atitudinais, culturais e físicas que persistem em nosso país, encontram inúmeros obstáculos para o acesso às políticas de educação, saúde, assistência social, habitação e transporte, entre outras, bem como a tecnologias assistivas e demais bens e serviços públicos. Consequentemente, estão mais distantes de alcançarem a qualificação profissional e de serem inseridas no mercado de trabalho. (BRASIL, 2017, p. 51).

Portanto, entendo que os incentivos previstos em ações como as do Plano Viver sem Limite produzem a possibilidade de as pessoas com deficiência buscarem e desejarem outras condições educacionais, sociais e econômicas, otimizando suas vidas ao ingressarem e participarem dos jogos de mercado.

Para que o sujeito se torne autônomo, capaz de governar e gerenciar sua própria vida, ele precisa ser alvo de práticas e estratégias de governo. Nessa lógica, os discursos de autonomia, cidadania, liberdade e responsabilização, apresentados nos documentos analisados às pessoas com deficiência, vinculam-se a um movimento de convocação e convencimento para que cada sujeito realize investimentos em si mesmo, na sua formação, em sua *aprendizagem ao longo da vida* e no desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Seguem abaixo alguns excertos de diferentes documentos que já foram discutidos e analisados ao longo do trabalho, mas que considero importante retomar com a intenção de mostrar a presença dos discursos de autonomia, liberdade e cidadania.

*A habilitação e reabilitação visam a melhorar as funcionalidades das pessoas com deficiência para promover sua **autonomia e independência** (BRASIL, 2013b, p. 78).*

*Como equipe da ONU, deve-se pensar também nas novas dinâmicas econômicas e demográficas pelas quais passa o Brasil. Um país com uma expectativa de vida cada vez mais alta e com um quadro de relativo pleno emprego deve atentar para um cenário de **maior autonomia e independência das pessoas com deficiência** – inclusive de suas famílias e protetores, além de sua inserção laboral quando possível (ONU, 2013, p. 6).*

*c) Reafirmando a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação **de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais**, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação (BRASIL, 2009, preâmbulo).*

*m) Reconhecendo as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e que a **promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento à sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade**, bem como na erradicação da pobreza (Ibid.).*

*n) Reconhecendo a importância, para as pessoas com deficiência, de sua **autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas** (Ibid.).*

*4. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física, cognitiva e psicológica, inclusive mediante a provisão de serviços de proteção, a reabilitação e a reinserção social de pessoas com deficiência que forem vítimas de qualquer forma de exploração, violência ou abuso. Tais recuperação e reinserção ocorrerão em ambientes que promovam a saúde, o bem-estar, o auto-respeito, a dignidade e a **autonomia da pessoa** e levem em consideração as necessidades de gênero e idade (Ibid., Art. 16).*

*a) O respeito pela dignidade inerente, a **autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas** (Ibid., Art. 3).*

*Parágrafo único. O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o **desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas** (BRASIL, 2015, Art. 14).*

*Art. 39. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do **desenvolvimento da autonomia** e da convivência familiar e comunitária, **para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social** (Ibid., Art. 39).*

Para Foucault (2008b), a renda é o rendimento de um capital, e o capital é a fonte de uma renda futura. Sendo o sujeito seu próprio capital, ele mesmo se torna fonte de sua renda. Por isso, a sustentabilidade articulada à inclusão investe na constituição de sujeitos produtivos para o mercado, potencializando a produção das pessoas com deficiência como autogestores e empreendedores de si, movimentando-as constantemente a buscarem uma formação e capacitação que as coloquem em condições de inserção e participação na sociedade, em diferentes formas (social, educacional, laboral), mantendo o fluxo e mobilidade exigidos pela racionalidade neoliberal. Conforme Lopes e Fabris (2013, p. 40), “todos devem participar ativamente de gradientes de produtividade, ou seja, todos devem ser capazes de se manter incluídos, mesmo que com a tolerância dos pares”.

Constroem-se, então, políticas e programas que garantem e promovem, por meio do desenvolvimento de capacidades e habilidades dos sujeitos, o exercício da autonomia, da cidadania e da independência pessoal. Considerando a recorrência do discurso da autonomia e da cidadania nos documentos analisados, é possível fazer uma leitura destes, juntamente com Lockmann (2013), como princípios democráticos pautados na liberdade e emancipação dos sujeitos. Assim como a autora, interessa-me entender e movimentar esses discursos aliados a uma racionalidade neoliberal que objetiva produzir sujeitos autogovernados capazes de prover suas próprias necessidades e conduzir suas vidas de forma que não coloquem em risco a população, incluindo as gerações futuras.

Portanto, trata-se de compreender que “a nossa própria ideia de sujeito humano como individuado, capaz de escolhas, com aptidões de autorreflexão e em busca de autonomia, é um resultado de práticas de subjetivação” (MILLER; ROSE, 2012, p. 17). Os autores dizem que é nesse ponto que podemos ver, a partir do que eles chamam de democracias liberais-avançadas (neoliberalismo), o nascimento de uma nova ética do indivíduo, pautada por responsabilização, autonomia e liberdade.

Tendo a emergência discursiva da sustentabilidade como uma condição da Contemporaneidade que vem funcionando como estratégia de governo em uma racionalidade neoliberal de matriz inclusiva, temos, nesse foco, não apenas um governo de sociedade, que fragmenta o social em grupos distintos para melhor governar, mas também um governo dos sujeitos. Estes se preocupam com suas necessidades e também com as das gerações futuras, pensando no desenvolvimento e sustentabilidade da nação. Isso significa compreender que o governo dos sujeitos é um governo de sociedade que, além de agir sobre grupos específicos considerados de risco, atua sobre cada sujeito em particular, responsabilizando-o pelo gerenciamento de suas condições de vida. Miller e Rose (2012, p. 109) afirmam que

Os seres humanos a serem governados – homens, mulheres, ricos e pobres – agora eram concebidos como indivíduos que deviam ser ativos em seu próprio governo. E as responsabilidades deles já não deviam ser compreendidas como uma relação de obrigação entre cidadão e sociedade [mas], antes devia ser uma relação de fidelidade e responsabilidade por aqueles dos quais mais se cuidava e a quem o próprio destino estava ligado. Cada sujeito estava agora situado em uma variedade de redes heterogêneas e sobrepostas de preocupação de investimentos pessoais – para si mesmo, para a própria família, vizinhança, comunidade e ambiente de trabalho. O que é central para o etos das novas mentalidades e estratégias de governo – a que eu denominei de liberal-avançadas – é um relacionamento entre estratégias para o governo dos outros e estratégias para o governo do eu [...].

Ao longo das análises realizadas neste estudo, foi possível visualizar o desenvolvimento de ações por programas que objetivam uma série de investimentos nos sujeitos, com o intuito de capacitá-los para governar e gerenciar suas próprias vidas, fazendo escolhas coerentes com suas necessidades individuais e com a seguridade coletiva. Assim, é possível compreender que as políticas educacionais e sociais funcionam como estratégias de governo do estratégia da sustentabilidade que, vinculadas a uma racionalidade neoliberal, articulam o eixo político – governo dos outros – e o eixo ético – governo de si.

Destaco o estudo de Gallo (2012) ao utilizar a expressão *governamentalidade democrática*, a partir de suas considerações sobre os estudos de Foucault, apontando que tal termo faz sentido na história recente do Brasil ao ter-se em conta o contexto dos esforços de construção de uma redemocratização do país. O autor destaca cinco elementos identificados nos Estados europeus, estudados por Foucault, que compõem a governamentalidade contemporânea: sociedade, economia, população, segurança e liberdade.

A maquinaria de uma governamentalidade democrática pressupõe uma sociedade civil organizada, em face do Estado; uma economia que regula as trocas e garante a potência do mercado, com geração de riquezas; uma população, que é alvo das ações preventivas do Estado nos mais variados âmbitos, na garantia de sua qualidade de vida; a garantia da segurança dessa população como dever do Estado; e, por fim, a liberdade e a não submissão dos cidadãos como valor fundamental dessa organização social e política (GALLO, 2012, p. 59).

Portanto, com essa leitura e compreensão, o autor enfatiza que a governamentalidade democrática implica, por mais paradoxal que isso possa parecer, um controle social sobre os indivíduos mediante o trabalho sobre as populações. Entendo que o estratégia da sustentabilidade funciona e atua nesse tipo de controle, que aqui é compreendido, conforme Revel (2005, p. 30), como um controle que “é essencialmente uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais integrados num aparelho de Estado centralizado”, ao mesmo tempo em que promove uma capilarização do poder ao

“instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência”.

Penso que a governamentalidade (política e ética) é marcada por um conjunto de ações articuladas em uma maquinaria de poder que consiste em exercer controle sobre os indivíduos por meio do trabalho sobre as populações nas quais eles estão inseridos. Desse modo, eles podem acreditar-se cidadãos livres, participativos – peças centrais no jogo democrático (GALLO, 2012).

Tomando as análises de Foucault (2008b) sobre o neoliberalismo, considero que as ações colocadas em funcionamento pelas parcerias entre educação e assistência social, ao buscarem a mobilização dos sujeitos com deficiência para sua inclusão produtiva nos jogos de mercado, investem em práticas de governo desses indivíduos. Tais práticas acabam por conduzir seus comportamentos e seus estilos de vida, de modo que sua capitalização seja tomada como uma conduta alinhada aos modos de vida regidos pela racionalidade neoliberal.

Portanto, ressalto a compreensão de que a inclusão, produzida como imperativo de Estado e como estratégia da governamentalidade neoliberal, vem se ampliando e se reconfigurando a partir da noção de sustentabilidade. Esta é constituída em uma rede discursiva que abarca diferentes campos do saber e, conseqüentemente, do poder, pois se dá em relações de saber e poder, funcionando como uma estratégia da Contemporaneidade. Assim, coloca em operação determinadas estratégias, como a articulação entre a educação e o social e a noção de *aprendizagem ao longo da vida*, como condições na provisão da produtividade dos sujeitos na lógica de mercado, produzindo uma inclusão sócio-produtiva do presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: movimentos possíveis com as condições do presente

Eis que chego ao momento tão esperado, mas ao mesmo tempo ainda tão vivo e cheio de vontade de continuar, pensando que sempre são possíveis outras leituras e movimentos. Considero este como um momento provisório, em que é necessário encerrar, colocar um fechamento nas ideias desenvolvidas ao longo do estudo, mas com uma possibilidade de, em outro momento e contexto, seguir e abrir outras portas de pensamento e problematização. Entendo ser necessário o fechamento deste ciclo para mostrar o que foi possível realizar a partir das condições de possibilidade que se constituíram ao longo de minha trajetória do curso de Doutorado e, assim, deixar em aberto outros fins e possibilidades de leitura e estudos.

Ao retomar os (des)caminhos que foram sendo delineados e percorridos durante a construção deste trabalho, percebo o quanto fui mudando e redirecionando os trajetos que me constituem como pessoa. Destaco o quanto o redirecionamento analítico da tese a partir de uma nova orientação acadêmica me afetou e causou efeitos importantes na produção deste trabalho, uma vez que consegui visualizar um novo foco de análise e possibilidades teóricas.

Nos primeiros movimentos de leitura e análise dos materiais, ainda trabalhava com a intenção de perceber e analisar as práticas de governamento na produção de sujeitos economicamente sustentáveis a partir de discursos e documentos produzidos pelos chamados “Organismos Internacionais”. Desse olhar, pude visualizar ações e estratégias que condiziam com práticas locais nacionais, ou seja, que tinham efeitos nas políticas brasileiras. Comecei, então, a redirecionar minhas lentes e a perceber que a noção de sustentabilidade operada nos documentos internacionais e, por efeito, nos nacionais vem tendo e produzindo alguns significados nos modos de vida dos sujeitos com deficiência a partir de determinadas estratégias de governamento.

Conforme procurei mostrar no decorrer da escrita, esses significados produzem e oferecem condições de possibilidade para que os sujeitos com deficiência desejem estar a todo momento dentro do jogo e para ele se conduzam; para que façam parte da lógica de mercado e de produção (produzindo e sendo produtores); para que estejam sempre na esteira da inclusão, produzindo-a como um imperativo de Estado. Meu interesse ao longo do trabalho foi compreender como a racionalidade neoliberal, a partir da noção de sustentabilidade, vem conduzindo práticas de governamento que atualizam o imperativo da inclusão, uma vez que o neoliberalismo como modo de vida apresenta algumas regras a serem seguidas, sendo a principal delas a de não exclusão dos jogos econômicos. Conduzi a análise e a escrita deste

trabalho com os objetivos de: analisar a articulação da sustentabilidade com a inclusão na Contemporaneidade (Capítulo 2); problematizar a sustentabilidade como estratégia de governo da população na atualidade (Capítulo 3); e compreender como vão sendo colocadas em operação determinadas práticas que visam à inclusão produtiva e sustentável das pessoas com deficiência (Capítulo 4).

Ao concentrar meu olhar no presente, fui percebendo que a recorrência do termo *sustentável* dentro dos discursos educacionais e sociais, decorrentes de uma noção maior, a sustentabilidade, vem movimentando estratégias que atualizam o imperativo da inclusão a partir de sua articulação. Já não basta entrar e permanecer no jogo neoliberal – é preciso produzir a permanência e a produtividade em uma ordem sustentável que garanta o desenvolvimento e a segurança da nação.

Dessa forma, passei a olhar e a compreender a sustentabilidade como uma estratégia de governo que, ao compreender e mobilizar diferentes discursos, instituições, decisões regulamentares, leis, enunciados científicos e proposições filosóficas, morais e filantrópicas, atua no governo das condutas dos sujeitos. Cabe retomar e esclarecer que a noção de sustentabilidade, descrita desde sua emergência no decorrer do trabalho, atrelada aos discursos ambientais e ecológicos, foi tomada aqui não só como um princípio econômico e/ou ambiental, estando também envolvida com o social, com o desenvolvimento social.

Ao longo do trabalho, a partir das políticas e práticas produzidas internacionalmente, realizei a leitura e compreensão da sustentabilidade como uma noção que, além do viés ecológico, considera as pessoas como alvo principal da garantia de uma vida econômica, política e emocionalmente saudáveis. Portanto, a noção de sustentabilidade foi operada no trabalho mediante um olhar pelo viés do social, que toma a população como centro das discussões e práticas de governo a partir da discussão de questões sociais, econômicas, culturais e ambientais a fim de superar os “problemas” da Contemporaneidade. Nesse sentido, penso que essa compreensão de sustentabilidade, em sua articulação com a inclusão, está produzindo uma “nova” forma de ser e estar na sociedade, uma forma sócio-produtiva, alargando o imperativo da inclusão, que é o ponto central deste trabalho.

Diante disso, na leitura e análise dos documentos que compuseram o *corpus* empírico desta pesquisa, foi possível inferir algumas questões:

- A discursividade sobre o investimento na sustentabilidade dos sujeitos encontra-se articulada com o desenvolvimento da sociedade, cujo “*modus operandi*” vem sendo o imperativo da inclusão, de forma que esta potencializa a participação nos espaços

sociais, educacionais e econômicos de todos os sujeitos, contribuindo não apenas com “benefícios” para si, mas para todo o país.

- O empreendedorismo, a produtividade e o desenvolvimento dos sujeitos como capital humano são condições fundamentais para que cada um possa gerenciar sua vida, fazendo as melhores escolhas e buscando situações de in/exclusão nas redes de mercado, assim contribuindo para o desenvolvimento e a seguridade da nação.
- Pela inclusão, a escola opera a “arte de governar” que dá continuidade ao biopoder do Estado sobre a população. O estratégia da sustentabilidade opera a estratégia da *aprendizagem ao longo da vida* na perspectiva da inclusão, na tentativa de não deixar ninguém fora da ordem neoliberal e do jogo econômico, para que ninguém fique para trás e todos se tornem sujeitos deste tempo, desta ordem que vem se configurando a partir da produtividade e sustentabilidade.
- No estabelecimento de parcerias e na articulação do social com a educação, a sustentabilidade empreende ações que buscam a inserção da pessoa com deficiência na rede laboral (mercado de trabalho) como condição e possibilidade de seu desenvolvimento socioproductivo (inclusão sócio-productiva) para a garantia do desenvolvimento sustentável da nação e a seguridade da população.
- A inclusão sócio-productiva pressupõe uma articulação intersetorial e um olhar integral sobre o ser humano e suas necessidades básicas. Nesse parâmetro, o governo busca promover a inclusão sócio-productiva paralelamente à promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico sustentado. Portanto, vê-se emergir a noção de inclusão sócio-productiva não como um simples acesso ao mercado, mas como acesso aos direitos econômicos e sociais, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país.

A organização das questões acima em itens dá-se na intenção de fazer uma síntese do que, a meu ver, são os principais pontos destacados ao longo do estudo. Dessa forma, o que foi possível compreender com o fechamento deste trabalho é que a noção de sustentabilidade, discurso recorrente do presente em diferentes setores, se articula com a inclusão, tomando-a como um imperativo de Estado e assim funcionando como uma estratégia de governo que investe na condução das condutas da população. Produzem-se, então, na racionalidade neoliberal do presente, sujeitos socioproductivos que buscam seu empreendimento e

desenvolvimento constantes para que possam manter-se em mobilidade e fluxo no jogo econômico neoliberal.

Sendo assim, minha tese é que *o imperativo da inclusão vem sendo atualizado a partir da emergência discursiva da sustentabilidade, que tem funcionado como uma estratégia de governo na racionalidade neoliberal. Com essa articulação, percebe-se o investimento no desenvolvimento educacional e social dos sujeitos com deficiência, o que possibilita sua inserção e permanência na esteira da inclusão sócio-produtiva, assim contribuindo com o desenvolvimento sustentável da nação e promovendo-o.*

Saliento que, dentre as questões que pude visualizar ao longo deste estudo, algumas relacionadas às políticas educacionais e inclusivas no contexto brasileiro que garantem e promovem um mínimo de qualidade e desenvolvimento da população com deficiência a partir de programas e políticas sociais se constituem como de grande importância e preocupação para mim, tendo em vista o momento político (delicado) do país. Dessa maneira, não nos resta senão aguardar o desfecho político-governamental em relação a essa parcela da população que se constitui como um grupo marginalizado e excluído histórica e socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, I. L. Vigiar e punir ou educar? **Revista Educação – Especial Biblioteca do Professor 3: Foucault pensa a Educação**, São Paulo, n. 3, p. 26-35, mar. 2007.

AVELINO, N. Apresentação: Foucault e a anarqueologia dos saberes. In: FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France: 1979-1980: excertos**. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. Governamentalidade e democracia liberal: novas abordagens em Teoria Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.5, p. 81-107, jan./jul. 2011.

BIESTA, G. **Para além da Aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil**. In: Presidência da República. Brasília, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 12 out. 2018

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 1989. Seção 1, p. 19.209.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Brasília, 2007.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. 19 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011b, Seção 1, p. 12.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE (2014 – 2024)**, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CAMOZZATO, V. **Da Pedagogia às Pedagogias – Formas, ênfases e transformações**. 2012. 203f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CANDIOTTO, C. **Foucault e a crítica da verdade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2013.

CASTEL, R. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 159 p.

_____. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CORAZZA, S. M. Labirinto da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

DEACON, R.; PARKER, B. Educação como sujeição e como recusa. In: SILVA, T. T. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 97-110.

Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

DOHERTY, R. A. Uma política educacional criticamente formativa: Foucault, discurso e governamentalidade. In: PETERS, M. A.; BESLEY, T. (Org.). **Por que Foucault?: novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 201-212.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ENZWEILER, D. A. **Discursos sobre a aprendizagem na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1964)**. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

EWALD, F. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Vega, 1993.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

_____. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FONSECA, M. A. da. Para pensar o público e o privado. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970- 1982)**. Tradução Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 134 p.

_____. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978- 1979)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2009a.

_____. Sade, Sargento do Sexo. In: FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos III**. 2. ed. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p. 366-370.

_____. A “Governamentalidade”. **Ditos & Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 281-305.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1977-1978)**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

_____. Diálogo sobre o poder. **Ditos & Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c, p.253-266.

_____. Poder e Saber. **Ditos & Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d, p. 223-240.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, M. B. **Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010e. p.192-217.

_____. **Do governo dos vivos: curso no college de France: 1979-1980: excertos**. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. **Ditos & Escritos IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 118-140.

_____. **A História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 1. ed. [S.l.]: Editora Paz e Terra, 2015.

GADELHA, S. S. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p.171-186, mai./ago. 2009.

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade. **Inclusão social**, Brasília, v. 3, n. 1, p.75-78, out.2007/março 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1624/1830>>. Acesso em: 14 set. 2018.

HATTGE, M. D. **Performatividade e inclusão no movimento todos pela educação**. 2014. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

HERMES, S. T. **O Atendimento Educacional Especializado como uma tecnologia de governo**: a condução das condutas docentes na escola inclusiva. 2012. 150p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2012.

KLAUS, V. **Desenvolvimento e governamentalidade (neo)liberal**: da administração à gestão educacional. 2011. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KRAEMER, G. M. **A modulação das condutas das pessoas com deficiência no direito à escola comum Brasileira**. 2017. 202f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

_____. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis:Vozes, 2011, p.35-86.

LAZZARATO, M. **La fabrique de l'homme endetté: essai sur la condition néolibérale**. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

LIMA, G. F. da C. Educação e sustentabilidade: possibilidade e falácias de um discurso. In: I ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. **Anais...** Indaiatuba, São Paulo, 2002. Disponível em:<http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

LOBO, L. F. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOCKMANN, K. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal.** 2013. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOPES, M. C.; LOCKMANN, K.; HATTGE, M. D. **Políticas de Estado e Inclusão.** *Pedagogía y Saberes*, n. 38, p. 41-50, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/issue/view/220/showToc>>. Acesso em: jul. 2016.

LOPES, M. C.; RECH, T. L. Inclusão, biopolítica e educação. **Revista Educação (impresso)**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 210-219, mai./ago. 2013.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 127p.

LOPES, M. C. et al. Inclusão e Biopolítica. **Cadernos IHU idéias**, São Leopoldo, ano 8, n. 144, 2010, 30p.

LOPES, M. C. Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade. In: LOPES, M. C.; DALIGNA, M. C. **In/Exclusão: nas tramas da escola.** Canoas: Ed. Ulbra, 2007, p. 11-33.

_____. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, M. C.; HATTGE, M. D. (Org.). **Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009a, p. 107-130.

_____. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Revista Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, p. 153-169, mai./ago. 2009b. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/8297/5536>>. Acesso em: jun. de 2016.

_____. et al. **Inclusão e Biopolítica.** Cadernos IHU. São Leopoldo: Instituto Humanitas, UNISINOS, 2010.

_____. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. In: THOMA, A. da S.; HILLESHEIM, B. (Org.). **Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

LOPES-RUIZ, O. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais.** Rio de Janeiro: Editora Azougue. 2007.

LOCKMANN, K. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal.** 2013. 317f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MACHADO, F. C. **A Formação Docente na Racionalidade Neoliberal: Práticas de Governo dos Professores de Surdos.** 2009. 72f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

MACHADO, F. C. **Racionalidade neoliberal e sensibilização para a inclusão escolar de deficientes.** 2015. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MACHADO, R. B. **A inclusão como rede: uma análise de práticas de professores de educação física na Contemporaneidade.** 2016. 309f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

MADEIRA, L. M. **Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil.** 2008. 358f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARÍN-DIAS, D. L.; NOGUERA-RAMÍREZ, C. Educar es gobernar. In: SALCEDO, R. A. C.; MARÍN-DÍAZ, D. L. (Org.). **Gubernamentalidad y educación: discusiones contemporáneas.** Instituto para La Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico, IDEP, 2011, p. 127-151.

MARÍN-DÍAZ, D. Educação, Indivíduo e biopolítica: a crise do governmento. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 14, v. 14, n. 247, p. 01-28, 2016.

_____. **Autoajuda e Educação: uma genealogia das antropotécnicas contemporâneas.** 2012. 310f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

MENEZES, E. da C. P. de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades inclusivas.** 2011. 189f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, 2011.

MENEZES, E. da C. P. de; RECH, T. L. Práticas de subjetivação nos movimentos de integração e inclusão escolar. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

MILLER, P.; ROSE, N. **Governando o Presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal.** São Paulo: Paulus, 2012.

MOHIELDIN, M.; ORLANDO, M. B. **O Imperativo da Inclusão.** Veja. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/o-imperativo-da-inclusao/>>. Acesso em: jul. 2016.

MOHR, A. C. **A inclusão escolar nos discursos veiculados pela educação especial: estratégia discursiva de subjetivação docente.** 2014. 132p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

MORGENSTERN, J. M. **Governamentalidade Neoliberal e a produção de sujeitos para a dinâmica inclusiva.** Anais da IX Anped Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2802/698>>. Acesso em: abr. 2013.

MORGENSTERN, J. M. **Práticas de correção e aprendizagem: produção de subjetividades na contemporaneidade.** 2016. 307f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, 2016.

NOGUERA-RAMÍREZ, C. E. **O Governo Pedagógico**: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem. 2009. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. **Pedagogia e Governamentalidade ou da Modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OEI. **2021 Metas Educativas**. Lá educación que queremos para la generación de los bicentenarios. El Salvador, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. 1975.

_____. **Resolução 31/123**. Ano internacional das pessoas deficientes. 1981.

_____. **A Inclusão Social e os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil**: uma agenda de desenvolvimento pós-2015. Nações Unidas no Brasil, 2013

_____. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela 42 Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Última edição em 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org>>. Acesso em: 23out. 2018.

PASSOS, I. C. F. **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas na atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PETERS, M. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, T. T. da. (Org.). **O Sujeito da Educação**: Estudos Foucaultianos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PINEAU, P. Como a noite engendra o dia e o dia engendra a noite. Revisando o vínculo da produção mútua entre escola e Modernidade. **Pro-posições**, v. 19, n. 3, p. 83-104, set./dez. 2008.

POSSA, L. B. Formação em Educação Especial na UFSM: estratégias e modos de constituir-se professor. 2013. 239p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

POSSA, L. B.; NAUJORKS, M.I. **Efeitos da racionalidade Neoliberal nos discursos sobre inclusão**: o silêncio docente. **Educação**, v. 38, n. 2, p. 319-328, mai./ago. 2013.

PORTOCARRERO, V. Práticas sociais de divisão e constituição do sujeito. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais**, n. 24, 2006, p. 27-57.

RECH, T. L. **A emergência da inclusão escolar no governo FHC: movimentos que a tornaram uma “verdade” que permanece.** 2010. 183p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, 2010.

_____. A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMA, A. da S.; HILLESHEIM, B. (Org.). **Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando diferenças.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 19-34.

_____. **Da escola à empresa educadora: a inclusão como uma estratégia de fluxo-habilidade.** 2015. 259f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTOS, I. M. dos. **Inclusão escolar e a educação para todos.** 2010. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250 p.

_____. **Investindo no povo: o segredo econômico da qualidade da população.** Tradução Elcio Gomes de Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 202p.

TÓTORA, S. **Foucault: Biopolítica e Governamentalidade Neoliberal.** REU, Sorocaba, SP, v. 37, n. 2, p. 81-100, dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=reu&page=article&op=view&path%5B%5D=646&path%5B%5D=629>>. Acesso em: maio de 2016.

TURCHIELLO, P. **A produtividade dos sujeitos com deficiência na articulação da educação profissional e tecnológica com a inclusão.** 2017. 228p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada.** Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

_____. Conferencia Internacional de Educación. **La Educación Inclusiva: El Camino el Futuro.** Ginebra. 2008.

_____. **Educação - um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 1996. DELORS, Jacques (Coord.). Brasília, 2010.

UNESCO; UNICEF. **Declaração de Incheon. Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.** Fórum Mundial de Educação, Incheon, 2015.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 947-963, out. 2007.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. **Inclusão como dominação do outro pelo mesmo**. Texto apresentado e debatido no VII Colóquio Internacional Michel Foucault, em outubro de 2011a, na PUC-SP. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/293902/inclus%C3%A3o-como-domina%C3%A7%C3%A3o-do-outro-pelo-mesmo---alfredo-veiga>>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Revista do Nu-Sol – Núcleo de Sociedade Libertária**, v. 20, p. 121-135, 2011b.

VEIGA-NETO, A. (Org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.

_____. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. Entrevista. In: COSTA, M. V. (Org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 103-127.

_____. Governo ou Governamento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 79-85, jul./dez. 2005.

_____. Na oficina de Foucault. In: GONDRA, J.; KOHAN, W. (Org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 79-91.

_____. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 13-18.

_____. **Foucault e Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011a.

_____. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: VEIGA-NETO, A.; BRANCO, G. C. **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011b.

_____. Por que governar a infância? In: RESENDE, H. de (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 49-56.